

VANESSA ZIEGLER

**PLUTARCO E A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE IDEAL NO
PRINCIPADO ROMANO: uma análise da biografia de Alexandre**

Assis
2009

VANESSA ZIEGLER

**PLUTARCO E A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE IDEAL NO
PRINCIPADO ROMANO: uma análise da biografia de
Alexandre**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a obtenção
do título de Mestre em História (Área de
Concentração: História e Sociedade).

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Lúcia Dorini de
Oliveira Carvalho Rossi

Assis
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ziegler, Vanessa
Z662p Plutarco e a formação do governante ideal no principado Romano: uma análise da biografia de Alexandre / Vanessa Ziegler.
Assis : [s.n.], 2009.
154 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Civilização greco-romana. 2. Política e governo. 3. Historiadores. I. Título.

CDD 937.06

*Ao meu grande amor e companheiro
Mateus*

A conclusão desta dissertação dependeu do apoio de muitas pessoas que estiveram ao meu lado e que acompanharam os meus esforços desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação de História da Unesp campus de Assis até a minha defesa, e por essas pessoas eu faço meus agradecimentos.

Agradeço, primeiramente o Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha (UNESP/ Assis) pela amizade e pelos valiosos conselhos que me orientaram durante todo o desenvolvimento deste trabalho, participando inclusive de meu Exame de Qualificação. Foram os seus incentivos que me fizeram participar do NEAM (Núcleo de Estudos Antigos e Medievais – UNESP/Assis) e tomar gosto pela pesquisa e pela vida acadêmica.

À Dr^a. Maria Aparecida de Oliveira Silva (USP/ São Paulo) agradeço as enormes contribuições científicas no curso de minha pesquisa e na participação de meu Exame de Qualificação. Agradeço também o incentivo ao estudo e à pesquisa, e sobretudo à amizade dedicada.

Faço um agradecimento especial a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Andréa Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi (UNESP/ Assis) pela sua dedicação constante, por suas sábias sugestões e críticas e principalmente por seu amor ao ensino e à pesquisa, que com certeza desperta e inspira em muitos alunos o gosto pelo estudo da História Antiga. É por sua dedicação e por sua amizade que eu lhe dirijo um sincero obrigada!

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) eu agradeço pelo financiamento que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa e muito enriqueceu a mesma. A ajuda financeira foi fundamental para a aquisição de livros e artigos específicos, nacionais e importados, utilizados nessa dissertação, e também promoveu minha participação em eventos e congressos.

Agradeço aos meus pais Agostinho Ziegler e Edileusa Ziegler pelo apoio e pelo carinho dispensados nos momentos mais difíceis de minha vida. Às minhas irmãs Mônica, Viviam e Michelle pela cumplicidade e pelo absoluto apoio que me levaram a concretizar mais essa etapa de minha vida. Ao pequeno Vinícius, meu sobrinho, por iluminar e dar um novo sentido a minha vida. E sobretudo, agradeço ao meu marido Mateus, pela paciência ao me ouvir falar de Plutarco, muitas vezes sem mesmo entender o que eu dizia, e, principalmente, pelo seu amor incondicional e incansável dedicação.

E por fim, agradeço aos meus amigos: o casal Elisângela e Rafael, Jacqueline, Jamila, Maria Isabel, Margareth, Michelle, Ricely e Tatiane pelas longas conversas e desabafos

RESUMO

Pelas constantes generalizações tecidas sobre todo o *corpus* de Plutarco, que foi superficialmente caracterizado como um projeto basicamente moral, o objetivo desse trabalho visa fortalecer a idéia de que o autor grego enxergava a atividade política como essencial na vida de um homem. Assim, a *paideia* e a filosofia eram mediadoras de uma ética que orientava o comportamento e as ações do governante, lapidando sua natureza e dando-lhe condições de refrear seus instintos e suas paixões. O governante, que mais recebesse educação e fosse doutrinado pela filosofia teria mais condições de dirigir com justiça e prudência a comunidade de cidadãos. Esse era o tipo de governante que Plutarco julgava ideal: bem educado, virtuoso e sábio como um filósofo, tal como Platão o pensou, e a imagem que mais se aproximava desse ideal era a de Alexandre, o grande.

Palavras-chave: Plutarco, biografia, Vida de Alexandre, civilização greco-romana, política e governo, filosofia.

ABSTRACT

For the constants generalizations maked over all Plutarch's *corpus*, which was superficially described as basically a moral project, the aim of this work claim fortify the thought which the greek writer view the policy activity as essential in the man's life. Thus, *paideia* and philosophy mediated a ethics which conducting the ruler's actions and behavior, refining your nature, as well as your instinct and passions. The ruler which earned more education and philosophy will be conditions to guide the citizens' community with justice and prudence. This was kind of ruler which Plutarch judged as ideal: educated, virtuous and wise like a philosopher, such as Plato thinked, and the image which more approached of this model was Alexander the Great.

Keywords: Plutarch, biography, Life of Alexander, Greek-Roman civilization, politley and rule, philosophy.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Preceitos políticos (<i>Praecepta gerendae reipublicae</i>)	<i>Praec. ger.</i>
Sobre a virtude moral (<i>De virtute morali</i>)	<i>De virtute</i>
A educação das crianças (<i>Liberis Educandis</i>)	<i>Lib. educ.</i>
Sobre se o ancião deve intervir na política (<i>An seni gerenda sit</i>)	<i>An seni</i>
A um governante sem instrução (<i>Ad principem ineruditum</i>)	<i>Ad princ. iner.</i>
Sobre a necessidade de que o filósofo converse especialmente com os governantes (<i>Maxime cum principibus philosopho esse disserendum</i>)	<i>Max. cum. princ.</i>
A virtude pode ser ensinada (<i>An virtus doceri possit</i>)	<i>An virtus</i>
Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre Magno (<i>De Alexandri Magni fortuna aut virtute</i>)	<i>De Alex. fortuna</i>
Sobre a fortuna dos romanos (<i>De fortuna romanorum</i>)	<i>De fort. rom.</i>
As contradições dos estóicos (<i>De Stoicorum repugnantiis</i>)	<i>De Stoic. repug.</i>
Classical Quarterly	CQ
Journal of Hellenic Studies	JHS
Greece and Rome	G&R
American Journal of Philology	AJPh

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract	viii
Abreviaturas e siglas	ix
Introdução	12
Capítulo 1. Reflexões teóricas e metodológicas para a análise de Plutarco	
1. História e Análise de discurso	17
2. Linguagem e discurso	19
3. O autor, o texto e o leitor	22
4. Plutarco e a Biografia como fonte histórica	27
5. A Historiografia Plutarquiana	33
Capítulo 2. Plutarco e a formação do governante no Principado Romano	
1. Introdução	42
2. O Principado Romano	43
2.1. <i>A Humanitas</i> : o modo de vida romano	44
2.2. As virtudes romanas	46
3. A província de Queronéia	48
4. Plutarco	49
5. Obras	52
5.1. <i>A Vida de Alexandre</i>	54
5.2. <i>Os Tratados Sobre a Virtude ou a Fortuna de Alexandre Magno</i>	55
6. Algumas reflexões sobre Plutarco e a identidade grega no Principado	57
7. A Vida de Alexandre: proposta política ou moral?	60
8. Os leitores de Plutarco	65
9. A virtude e a educação do governante no Principado	
9.1. Conceito de <i>areté</i>	70
9.2. A virtude Plutarquiana	73
9.3. Plutarco e a educação do cidadão	76
9.4. Conselhos ao governante	82
Capítulo 3. Alexandre como modelo de governante	
1. Reconstruindo um mito	88
1.1. Mito e Memória	88
1.2. O mito imperial	91
1.3. As fontes sobre Alexandre Magno	95
1.4. Imagem e representação de Alexandre	97
2. As virtudes de Alexandre	
2.1. A nobreza e ancestralidade de Alexandre	108
2.2. A educação de Alexandre	113
2.3. Alexandre filósofo	116
2.4. Humanidade e generosidade	119
2.5. Coragem e bravura	123

2.6. Controle de si	127
3. A progressiva “barbarização” de Alexandre	
3.1. A adoção dos costumes persas e o culto ao governante	130
3.2. Violência e bebedeira	134
Considerações finais	143
Referências bibliográficas	145

INTRODUÇÃO

Plutarco é uma fonte de conhecimento da vida e dos costumes greco-romanos, pois em suas obras se descortinam o cotidiano e o modo de vida dessas civilizações. As *Vidas Paralelas* juntamente com as obras da *Moralia* trazem um rico repertório sobre essas sociedades, pois enfocam hábitos e costumes, tratam de questões filosóficas, históricas e políticas e, sobretudo, trazem à luz valores e ideais gregos e romanos vistos sob a perspectiva de um autor grego, que vive em uma província grega de dominação romana, a Beócia.

Por se tratar de um autor grego vivendo no mundo romano do I e II séculos d.C., os questionamentos acerca da importância e alcance da sua produção literária no seu próprio mundo e os propósitos de sua escrita eram os pontos que mais chamavam a atenção, visto que a historiografia plutarquiana se construiu, em grande parte, sobre o pensamento de que as *Vidas* e a *Moralia* eram obras desprovidas de conteúdo histórico e político, ou seja retrataram Plutarco como um biógrafo moralista despolitizado e à margem dos acontecimentos históricos de sua época.

Entretanto, a leitura de suas obras, realizada neste trabalho, apontou uma direção diferente daquela retratada pela historiografia, pois observamos que as aspirações de Plutarco referentes à política imperial, as relações com as províncias, a questão da formação e da virtude do governante, coincidiam com as aspirações encontradas em produções literárias de outros autores do mesmo período, como Suetônio, Dion Crisóstomo, Tácito, Plínio, o Jovem.

Muitas dessas obras apresentavam um ponto de contato, que remetia para uma representação recorrente da figura de Alexandre como modelo de governante ideal, ao mesmo tempo em que essas representações eram projetadas na figura do imperador Trajano.

Paralelamente a essas questões, já vínhamos analisando a *Vida de Alexandre*, de Plutarco, cientes de que essa narrativa era mais uma versão construída sobre essa figura

lendária. Pois como percebemos pela documentação existente que abrange os Séculos I a.C até o II d.C., o mito de Alexandre foi largamente associado às pretensões políticas de generais e chefes de Estado, com partidos e propostas muito diferentes, legitimando o poder pessoal e projetos expansionistas. A literatura nesse sentido, particularmente a do Século I, teve um papel de grande importância, pois endossou essas pretensões políticas recriando e retransmitindo o discurso produzido pela aristocracia, provedora de governantes tanto romanos como provinciais.

Entretanto, não concordávamos com a idéia recorrente de que Plutarco escrevera a *Vida de Alexandre* com a proposta de retomar os valores religiosos e ideais da cidade, baseado no passado grego. Com o desenvolvimento da pesquisa percebemos que a *Vida de Alexandre* era uma forma de *exempla*, narrando as boas e as más ações de Alexandre, tratando primeiro de suas virtudes para abordar depois seus vícios. Mas que esse caráter moral dos exemplos vinha na verdade de uma preocupação política, pois esse estilo narrativo também foi utilizado por outros autores contemporâneos como Suetônio. Acreditamos que Plutarco possuía uma teoria política, largamente baseada em Platão e Aristóteles, e que tentava incorporar essa teoria em toda a sua produção literária, inclusive nas biografias.

O fato de Plutarco querer destacar o caráter de sua personagem vem da idéia de prover o governante ou o futuro governante com exemplos de figuras políticas lendárias que deram certo ou não, no sentido de serem reconhecidos não só pelo seu sucesso militar, mas com a função de educar politicamente, para que esse governante administre a comunidade com justiça. O mito de Alexandre então adquire um valor pedagógico frente à civilização romana, visto que o Principado teve maus exemplos de governantes, que espalharam o terror e a desordem. O Alexandre de Plutarco é uma forma de mostrar onde Alexandre errou e onde ele acertou.

Nosso argumento funda-se na idéia de que a função do mito de Alexandre tem um

caráter político, com o intuito de educar politicamente e moralmente os futuros governantes, Pela leitura de outros trabalhos de Plutarco inseridos na *Moralia* que são dedicados à discussão da política e da atividade política na vida de um cidadão, fortalecemos nossa argumentação de que a política para Plutarco era essencial, e que para um bom desempenho do governante, este deveria ser altamente educado, aos moldes da *paideia*, juntamente com a filosofia, que daria ao governante o poder de refrear suas paixões e exercitar seu autocontrole, tudo em benefício do bem comum, o bem estar dos cidadãos e da comunidade.

Acreditamos que não é por simples estima ou moralismo exacerbado que Plutarco utiliza a imagem de Alexandre como modelo a ser seguido, já que esse modelo existia e encontrava-se cristalizado no pensamento da época.

O primeiro capítulo dessa dissertação, portanto, preocupa-se em tecer algumas reflexões sobre a metodologia e tratamento das fontes, a saber, a *Biografia de Alexandre* e os dois tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre Magno*. O método utilizado no tratamento das fontes que mais pareceu apropriado foi a Análise de Discurso, tendo como base teórica a linha de pensamento francesa, que prestigia o contexto em que os discursos foram produzidos.

Como uma das fontes foi escrita no gênero biográfico, fez-se necessária uma discussão sobre a utilização de uma biografia como fonte histórica pelos historiadores de hoje, questionando também um tema já bastante abordado que é a polêmica diferença entre História e Biografia, justamente pelo fato de Plutarco utilizar esse tipo de gênero narrativo e justificar sua escolha no prefácio do par Alexandre e César, afirmando não escrever História, mas Biografia por não estar interessado nos eventos militares e sim no caráter de seu biografado. Essa nova discussão se justifica pelas constantes generalizações tecidas sobre todo o *corpus* de Plutarco, que foi superficialmente caracterizado como um projeto basicamente moral. Devido à essas generalizações é pertinente que discutamos a historiografia plutarquiana ainda

neste primeiro capítulo, a fim de analisarmos o tratamento histórico dado aos seus trabalhos, das primeiras traduções datadas da segunda metade do século XIV, aos novos trabalhos que estão surgindo.

No segundo capítulo, seguindo os preceitos teóricos da Análise de Discurso, ambientamos a vida e toda a produção literária de Plutarco, em busca de um melhor entendimento sobre as condições de composição e publicação de seus trabalhos. É neste capítulo que discutimos as pretensões políticas de Plutarco na *Vida de Alexandre* e nos tratados *Sobre a fortuna de Alexandre*. Nossa argumentação baseia-se na idéia de que a política era uma atividade essencial na vida de Plutarco, e que influenciou seu estilo de escrita. A educação e a filosofia sob este ponto de vista são mediadoras de uma ética que balizam o comportamento e as ações do governante, ou seja, a filosofia lapida a natureza do indivíduo, dando-lhe condições de refrear seus instintos e suas paixões, e a forma deste indivíduo apreender essas lições era através da educação, pois o governante que recebeu educação dirigirá com mais justiça e prudência a comunidade de cidadãos. Assim, a *Vida* e os tratados, juntamente com outros trabalhos do autor (*Sobre a virtude moral*, *Sobre a necessidade de que o filósofo converse especialmente com os governantes*; *A um governante sem instrução e Conselhos políticos*), nos dão uma idéia de como Plutarco pensava a política, a formação do governante e o tipo ideal apto a governar a cidade, tendo como parâmetro a figura de Alexandre. A questão da virtude, bem como as suas idéias sobre a educação e filosofia serão analisadas a partir das fontes supra citadas, mostrando o quão próximas essas idéias estão da teoria de Platão.

O terceiro capítulo irá tratar do mito de Alexandre enquanto modelo de virtude e portanto de governo ideal; e toda a repercussão que ele obteve desde sua construção, ainda na época republicana, objetivando mostrar que a utilização desse mito legitimava projetos políticos. Fizemos então um levantamento das fontes sobre Alexandre que foram usadas na

construção de seu mito, visando mostrar como sua imagem vem sendo alvo de inúmeras interpretações, algumas de caráter positivo e outras de caráter negativo.

Por ser considerado um exemplo de general, ícone de bom governo e expansão territorial, a imagem de Alexandre foi utilizada por muitos generais, chefes de Estado e imperadores romanos como propaganda política de um governo expansionista e destinado ao sucesso militar. Nesse contexto, como observaremos, o Alexandre de Plutarco é um personagem ambíguo, pois ao mesmo tempo em que ele é um modelo de governante ideal (sua biografia contém os elementos que o fazem ser excelente entre outros governantes, que é a sua ancestralidade e inclinação natural para a política e para as atividades militares; sua coragem; sua educação baseada na *paideia* grega; seu amor pela filosofia e pelas artes, que conseqüentemente o tornaram generoso e moderado) ele também figura como violento e descontrolado. Dessa forma, cabe ainda neste capítulo uma discussão acerca do lado “bárbaro” de Alexandre proveniente dos relatos de Plutarco, a fim de mostrar que a narrativa apesar de construir uma imagem favorável ao macedônio, não deixa de apontar seus vícios e seu progressivo desregramento, sugerindo que ambos derivem de sua ascendência “bárbara” e de sua aproximação com os persas.

Capítulo 1

Reflexões teóricas e metodológicas para a análise de Plutarco

1. História e Análise de discurso

Com razão que Margareth Rago escreve que,

“Já faz algum tempo que os historiadores perceberam as dificuldades do seu ofício, não apenas pelos obstáculos de acesso aos documentos, mas porque sua atividade não é neutra e nem o passado existe como coisa organizada e pronta, à espera de ser desvelado. O historiador produz o passado de que fala a partir das fontes documentais que seleciona e recorta, compõe uma trama dentre várias outras possíveis e constrói uma interpretação do acontecimento. Há múltiplas histórias a serem contadas já que os grupos sociais, étnicos, sexuais, generacionais, de baixo ou de cima, se constituem de maneiras diversas, mas têm diferentes modos de narrá-las. A história pode mostrar formas diferentes de pensar, de organizar a vida, de problematizar, vivenciadas por outras sociedades, em outros momentos históricos”¹.

A necessidade de pensar novos objetos à sua prática historiográfica, leva os historiadores a considerarem ao seu trabalho a parceria de outras áreas de pesquisa, como a lingüística, a antropologia e a sociologia, e a incorporar novas metodologias e categorias de análise. Essa necessidade nasce das dificuldades que historiadores enfrentam quando se deparam com fontes, sejam eles documentos escritos ou artefatos, que necessitam de novas abordagens para serem estudados. Nesse sentido, a interdisciplinaridade promove o diálogo entre a História e outras disciplinas na busca de novos modelos e interpretações que estudem o homem e a sociedade e suas transformações contribuindo para a teoria da História.

Seguindo essa tendência, de interdisciplinaridade e de busca por uma análise que satisfizesse a presente pesquisa, a análise dos discursos de Plutarco; adotamos como metodologia a Análise de Discurso (AD). Essa adoção justifica-se pelo anseio do historiador em compreender o período vivido por Plutarco de Queroneia e suas relações políticas e sociais já que a AD, proposta como metodologia para a pesquisa histórica, parte do pressuposto de que o documento sempre carrega um discurso que não está isento das impressões de seu contexto de produção, muito menos das intenções de seu produtor, e como

¹ RAGO, M. L. Estudo reavalia rumo da Escola dos Annales. Em: O Estado de São Paulo, São Paulo, 11-6-2000, D2. *Apud* FUNARI, P.P.A; SILVA, G.J. Teoria da História. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Tudo é História; 153) p. 11.

tal, de acordo com Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas² “não pode ser visto como algo transparente”.

Ainda, em conformidade com os autores supra citados, adotar a AD

“trata-se, antes, de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social”³.

Dentre as diversas teorias sobre o discurso disponíveis, àquela que mais se adequou a presente pesquisa, foi a teoria de linha francesa, pois possibilita estudar as práticas de linguagem num terreno que relaciona questões ligadas ao sujeito, ao discurso e à história.

Para o historiador, trabalhar com discurso significa navegar pela teoria lingüística, mesmo considerando que sua tarefa não tenha por objetivo a análise lingüística. Entretanto, é preciso entender o mecanismo da linguagem, a sua estrutura funcional e as várias formas de análise que ofereça elementos observáveis para compreender o momento e a forma em que o discurso foi produzido, o seu alcance na manutenção e afirmação na relação entre opinião pública e o *status quo*⁴.

A AD tem como premissa básica relacionar a linguagem com a exterioridade, ou melhor, com as condições de produção do discurso: o autor, o leitor e o contexto histórico e social da obra; mesmo por que o discurso não é apenas transmissão de informação, ele remete ao ideológico e ao social.

Por isso mesmo que a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentido enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja

² CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *História e Análise de Textos* In.: Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997., p. 377.

³ *Idem* p. 378

⁴ OLIVEIRA, Andréa L. D. *Princeps e Basileus nos Discursos de Dion Crisóstomo*. Assis, 2001. 271p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”p.18

enquanto membros de uma determinada forma de sociedade⁵.

2. Linguagem e discurso

A produção do discurso acontece na história, por meio da linguagem, recurso onde se materializa a ideologia. Para Fiorin a linguagem, “é uma instituição social, o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens”⁶.

Bourdieu fala da linguagem como uma *praxis*, “utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação”⁷.

Dessa forma, não é apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento que os discursos de Plutarco devem ser pensados, mas como um sistema de signos que favorecem uma estratégia de manutenção da *estrutura de poder* (pensando no Império Romano e nas relações que ele mantém com as províncias), na qual Plutarco se inclui e dela faz parte.

Segundo Brandão,

“a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais”⁸.

Por não estar desvinculado de suas condições de produção, o estudo do discurso

⁵ ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios & procedimentos*. Ed. 6°. São Paulo: Pontes, 2005 p. 15-16.

⁶ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2004, p.6.

⁷ BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. Extraído de: ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983 p.156-183.

⁸ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise de discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004 p. 11

deve ser encarado como uma construção narrativa que utiliza elementos semânticos no intuito de convencer o leitor das idéias que eles contêm.

Por isso, o discurso é encarado como uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo, por isso mesmo é que não pode estar dissociado de seu contexto histórico, contexto este que vai dar sentido ao que é pronunciado. Nessa prática discursiva, o enunciador,

“lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. ... organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros”⁹.

Paralelamente às estratégias de persuasão do autor estão outros elementos utilizados nos discursos que exprimem a maneira de ver o mundo de uma determinada época e de uma determinada sociedade. Esses elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, que dialogam entre si.

Isso é o que podemos chamar de ideologia. Um conjunto de idéias ou representações que são usadas para justificar ou explicar uma determinada ordem social. De acordo com Fiorin, a ideologia é “elaborada a partir de formas fenomênicas da realidade”, ou seja, constituída a partir das idéias dominantes de determinados grupos da sociedade, grupos dominantes com elementos comuns e que apresentam um discurso próprio baseado nas suas visões de mundo.

“Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo... a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo... o discurso é mais o lugar da reprodução do que o da criação”¹⁰.

Isso não quer dizer que a individualidade e o processo criativo do enunciador sejam desmerecidos já que o mesmo conteúdo pode ser expresso de diferentes maneiras

⁹ FIORIN: 2004 p. 18

¹⁰ *Idem* p.32

apresentando peculiaridades significativas. É o enunciador que, por meio de seus discursos, materializa valores, carências, desejos, explicações, justificativas e racionalizações existentes em sua formação social, por isso ele é o suporte das formações discursivas.

A produção literária pode ser entendida como a visão de mundo de uma determinada facção social e estar comprometida com os interesses sociais, porém o texto é individual e é “unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso”¹¹.

O enunciador não está livre das pressões sociais, pois ele é produto dessas relações, e como tal ele assimila várias visões de mundo dentro de uma sociedade. A AD então se interessa por essas várias visões de mundo que o enunciador insere no discurso, e não a sua “verdadeira” posição ideológica¹².

Relativo à Plutarco pretende-se identificar na sua estrutura as figuras e os temas que refletem os mecanismos promotores da identidade e da unidade do Império Romano, assim como os elementos míticos que promovem este sentimento de identidade e de unidade do Império em relação às províncias, principalmente as províncias orientais.

Os *romances biográficos*, em particular as biografias de Plutarco, como sugere Bakhtin não eram desligados do acontecimento político social e concreto, ao contrário, elas eram definidas por esse acontecimento, eram “atos verbais cívico-políticos, de glorificação e autojustificação públicas”¹³, em determinado espaço e tempo, que o autor denomina cronotopo.

“O itinerário pelo discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta na história. É preciso levar em conta o intertexto para ler o texto. A análise do discurso deve desfazer a ilusão idealista de que o homem é o senhor absoluto de seu discurso. Ele é antes servo da palavra, uma vez que temas, figuras, valores,

¹¹ FIORIN, 2004 p. 41

¹² *Idem* p. 51

¹³ BAKHTIN, Mikhail. *Biografia e Autobiografias Antigas*. In.: __. Questões de literatura e de estética. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988 p.251.

juízos etc. provêm das visões de mundo existentes na formação social”¹⁴.

Para tanto, é necessário entender as condições em que o texto de Plutarco foi produzido, o contexto social no qual o discurso se instaura e, em particular, a estrutura do grupo no qual ele se realiza. Segundo Bourdieu para explicar o discurso,

“é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólicas que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que alguns estejam *impossibilitados de falar* (por exemplo, as mulheres) ou devam *conquistar* seu público enquanto que outros estão em país conquistado – mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas somente por porta-vozes). Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo¹⁵”.

3. O autor, o texto e o leitor.

Todo discurso produzido em um determinado lugar em um determinado tempo supõe um receptor, alguém ou um grupo idealizado pelo autor capaz de entender a mensagem, o conteúdo de seu discurso. Como bem disse Bourdieu “O discurso é um bem simbólico que pode receber valores muito diferentes segundo o mercado em que ele está colocado¹⁶”. Isso define que não falamos para qualquer um nem em qualquer lugar, mas que escolhemos o que vamos dizer, a quem e onde dizer, caso contrário possivelmente não seremos entendidos, como acertadamente declarou Foucault, em *A Ordem do Discurso*, quando falava dos procedimentos de *exclusão*, como a *interdito*¹⁷.

Essa relação existente entre o autor e o leitor é outra questão que se levanta na pesquisa, pois se Plutarco se propôs a escrever ou falar, certamente foi porque ele acreditou na existência de espectadores, alguém que compartilhasse as mesmas idéias. Plutarco se impôs nesse mercado conscientemente como um emissor dotado de uma competência

¹⁴ FIORIN, 2004 p. 77.

¹⁵ BOURDIEU, 1983 p. 164

¹⁶ *Idem* p.164

¹⁷ FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 2002 p.2 (versão autorizada para PDF)

específica, isto é, de um poder simbólico mais ou menos importante sobre essas relações de produção¹⁸.

Nessa relação de produção e circulação do discurso, existe uma “linguagem autorizada” como definiu Bourdieu, “pois o discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo”¹⁹. Pois como já foi dito, discursar não é apenas comunicar, é também um instrumento de poder. No discurso espera-se ser ouvido, reconhecido e de se fazer respeitado.

Por isso mesmo,

“A ciência do discurso deve levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção. A produção é comandada pela estrutura do mercado ou, mais precisamente, pela competência (no sentido pleno) na sua relação com um certo mercado, isto é, pela autoridade lingüística como poder que confere às relações de produção lingüística uma outra forma de poder”²⁰.

O destinatário legítimo é pensado como “leitor ideal” ou “leitor modelo” nessas condições de produção e de recepção; aquele leitor capaz de entender o discurso de seu autor como este realmente o pensou. Mas é aí que começam os problemas, pois nenhum leitor é capaz de interpretar um texto como o autor que o produziu, e mesmo assim, o texto, uma vez publicado pode adquirir significados que nem mesmo o autor supunha.

Em *Interpretação e Superinterpretação*, Umberto Eco trabalha com dois conceitos chave, a intenção do texto e a intenção do autor, pois num texto há sempre um dilema: encontrar o que o autor queria dizer ou descobrir a intenção do texto independentemente das intenções de seu autor. A obra, fora os elementos textuais e significações originais do texto, está sempre sujeita às expectativas próprias de seus leitores que dão significações múltiplas a leitura. Para Eco,

“A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjectura sobre a intenção do texto. Um texto é um dispositivo concebido para produzir seu leitor-

¹⁸ BOURDIEU, 1983 p.164

¹⁹ *Idem* p. 161

²⁰ *Ibidem* p.162

modelo. Esse leitor não é o que faz a 'única' conjectura 'certa'. Um texto pode prever um leitor-modelo com o direito de fazer infinitas conjecturas. O leitor empírico é apenas um agente que faz conjecturas sobre o tipo de leitor-modelo postulado pelo texto. Como a intenção do texto é basicamente a de produzir um leitor-modelo capaz de fazer conjecturas sobre ele, a iniciativa do leitor-modelo consiste em imaginar um autor-modelo que não é o empírico e que, no fim, coincide com a intenção do texto”²¹.

Como afirmou Chartier, “todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Do leitor ideal autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão”²².

Se,

“por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros,... por outro, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada”²³.

Entretanto, pensar em um leitor ideal é desconsiderar que cada leitor apreende o discurso de acordo com suas próprias referências, individuais e coletivas, históricas ou existenciais, dando um sentido diferente e próprio aos textos que ele se apropria.

Chartier acredita que “deve-se pensar nos contrastes da recepção do texto, nos próprios leitores, cujos juízos contraditórios devem ser inscritos na diversidade dos caracteres e dos humores e também na pluralidade das aptidões e expectativas, que se modificam de acordo com a faixa etária”²⁴. A expectativa de vida de um idoso não é a mesma de um jovem, por exemplo, assim como são diferentes os usos e apreensões de um mesmo texto. Para Eco,

“Poder-se-ia dizer que um texto, depois de separado de seu autor (assim como da intenção do autor) e das circunstâncias concretas de sua criação (e, conseqüentemente, de seu referente intencionado), flutua (por assim dizer) no vácuo de um leque potencialmente infinito de interpretações possíveis”²⁵.

Mas isso não quer dizer que a interpretação “não tenha objeto e corra por conta

²¹ ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 p.75.

²² CHARTIER, R. *Práticas da leitura*. 2ª ed. SP: Estação Liberdade, 2001 p.20

²³ CHARTIER. *História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1990 p.122

²⁴ CHARTIER, 1990 p.122.

²⁵ ECO, 2005 p. 48

própria”. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz”²⁶.

“Mas a diferença entre a interpretação sã e a interpretação paranóica está em reconhecer que esta relação é mínima e não, ao contrário, deduzir dessa relação mínima o máximo possível. O paranóico não é o indivíduo que percebe que “enquanto” e “crocodilo” aparecem curiosamente no mesmo contexto: o paranóico é o indivíduo que começa a se perguntar quais os motivos misteriosos que me levaram a reunir estas duas palavras em particular. O paranóico vê por baixo de meu exemplo um segredo, ao qual estou aludindo”²⁷.

Outra crítica que se faz é em relação ao estabelecimento de associações a grupos sociais específicos e produções culturais e identificar os objetos próprios aos diferentes meios sociais. Apesar das estratégias de produção e edição dos textos, é problemático pensar numa rigidez do comércio textual, uma vez que o que foi produzido pode ser partilhado por indivíduos de grupos sociais diferentes.

Em Roma, por exemplo, o sistema de publicação e circulação dos textos era bastante complexo e restrito. A circulação de textos, segundo Starr²⁸, dependia de alguns caminhos que resumidamente vamos expô-los aqui.

A primeira forma de circulação desses textos baseava-se na cópia que o autor fazia e entregava a um amigo muito próximo. Essa atitude visava a correção, a revisão ou mesmo possíveis críticas; só então os autores optavam publicar ou não os seus textos²⁹. Quando a obra estava pronta, primeiramente, seu autor enviava uma cópia de presente para a pessoa a quem dedicava a obra, só então ele enviava outras cópias para outros amigos inseridos em seu restrito círculo de amizades. Estas cópias eram feitas à custa do próprio autor. Por sua vez, os amigos presenteados enviavam cópias pagas por eles próprios a outros amigos, promovendo uma circularidade restrita dos textos³⁰.

A segunda forma de circulação era a declamação dos textos em jantares íntimos,

²⁶ *Idem* p.28

²⁷ *Ibidem* p. 57

²⁸ STARR, R.J. *The circulation of literary texts in the Roman World*. CQ 37 (i) 1987 p.213.

²⁹ *Idem* p.213

³⁰ *Ibidem* p.217.

para um reduzido grupo de pessoas, todas próximas ao autor. A terceira forma consistia no depósito de uma cópia da obra em uma grande biblioteca pública³¹ para quem quisesse lê-la e também copiá-la. A quarta, um autor poderia permitir ou encorajar seus amigos a tornar o livro conhecido a partir de seu empréstimo. E quinto pela existência de livreiros, que eram donos de pequenas lojas em que se vendiam livros³².

Apesar dos dois primeiros caminhos de publicação ser restritos apenas a um círculo fechado de amizades, existia outros caminhos que faziam com que o texto fosse acessível a outras pessoas. Entretanto, não podemos esquecer que em Roma a literatura, foi por muito tempo encarada como um tipo de hobby para os escritores antigos provenientes da aristocracia, não interferindo nas suas relações sociais, já que estas se baseavam também pela política, pelos casamentos e pelas tradições familiares³³.

Mas para os escritores mais novos, como nos lembra Starr se referindo a Marcial, a literatura era uma forma de estar mais próximo da elite romana: “para eles a literatura desempenhava um papel funcional... desde que ela tem sido e permanece como um símbolo de status social”³⁴.

Portanto, acreditamos serem apropriadas as palavras de Chartier que “o que é necessário reconhecer são as circulações fluídas, as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais. Todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos da maioria são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenção e tradições, cultura letrada e base folclórica”³⁵.

Por isso, a abordagem sociológica tradicional, para Chartier, pode ser substituída por outra capaz de caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que

³¹ *Ibidem* p.216

³² *Ibidem* p.220

³³ *Ibidem* p.223

³⁴ *Ibidem* p.223

³⁵ CHARTIER, 1990 p. 134

circulam em determinada sociedade³⁶, baseada não em grupos sociais, mas em idéias comuns. Por isso, a noção de apropriação³⁷ pode ser útil no sentido de “pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção”³⁸.

4. Plutarco e a Biografia como fonte histórica

“Existe, portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, à vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época”.

Pela afirmação acima feita por René Rémond³⁹ podemos entender melhor porque as biografias passaram a ser “centro das preocupações dos historiadores”⁴⁰, ou seja, os historiadores são frutos de seu tempo, não deixam de forma alguma o seu presente fora de suas análises sobre o passado.

As biografias e narrações de vida há muito tempo vem sendo contadas, o fato é que o interesse do historiador sobre esse tipo de narrativa se acentuou. Para Borges⁴¹, podemos atribuir este interesse aos movimentos da sociedade e ao desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade.

Porém, apesar de sua popularidade através dos séculos, muitos intelectuais, críticos literários e historiadores têm olhado para as biografias e autobiografias como um gênero inferior a História. Isto porque enquanto a História estava associada aos grandes feitos

³⁶ *Idem* p.136.

³⁷ A noção de apropriação está empregada neste texto de acordo com a idéia de Bourdieu (A distinção. Crítica Social do julgamento p. 193 *Apud* CHARTIER, 1990 p.137) e não com a de Foucault, que entende essa noção como procedimento de exclusão.

³⁸ *Ibidem* p.136

³⁹ REMOND, R. (org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

⁴⁰ LEVI, G. *Usos da biografia*. In: ____ Ferreira, M. e Amado, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1998 p. 180

⁴¹ BORGES, V. P. *Grandezas e Misérias da Biografia*. In: ____ Pinsky, C.B.(org). Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 209

e exigia pesquisa e análise documental, a biografia era tida como essencialmente ética e retórica, por vezes a-histórica.

História ou ficção, o fato é que a biografia tem suscitado muitas indagações, justamente porque não conseguimos distinguir perfeitamente a tênue linha que separa a História da biografia.

É verdade que a maioria dos biógrafos tenta dar sentido à vida do biografado, um sentido artificial, passando por cima das lacunas que os documentos deixaram, acreditando que a vida apresenta essa ordenação cronológica tão perfeita, à base de ações e reações, onde o futuro do biografado necessariamente foi consequência de seu passado, e nesse ínterim, nem a sorte nem a genialidade do biografado interferiram em sua própria vida.

É o que Bourdieu chamou de ilusão retórica, “produzir uma história de vida como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção”⁴².

Para Bourdieu os biógrafos não conseguiram se desvencilhar do romance, de sua forma acabada e são os principais iludidos, pois querem dar sentido à vida dos biografados. Dessa forma, para Bourdieu a biografia é uma ilusão, porque tenta reconstituir a memória de um indivíduo, como se ele fosse único, desprezando o contexto da qual ele faz parte. Portanto, para o autor, a melhor forma de se fazer biografia é inserir o biografado em campos e analisá-los⁴³.

Mas para Giovanni Levi, por exemplo, as biografias, por se tratarem de narrativas de vida, podem ser divididas em diferentes tipos⁴⁴, esquematizando o que para ele são novos caminhos trilhados pelos que procuram utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico.

Há uma relação permanente e recíproca entre a biografia e contexto, segundo

⁴² BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: __ Ferreira, M. e Amado, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1998 p. 185

⁴³ *Idem* p.185

⁴⁴ Sobre os tipos de biografia esquematizados por Giovanni Levi p.175-176

Levi, a biografia é importante para “permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas”⁴⁵.

Para os antigos gregos e romanos, História, biografia e autobiografia eram gêneros literários distintos escritos com diferentes propostas. A revolução intelectual do V século a.C., na Grécia, possibilitou muito a criação e os progressos no campo da história, “nessa época, a tragédia, a comédia, a medicina, a filosofia e a retórica foram criadas ou transformadas”⁴⁶. O estilo da História grega era essencialmente regulado por normas de escrita em prosa e por sua diferenciação de outros gêneros literários.

A História passou a ser usada exclusivamente para contar ou escrever eventos acontecidos no passado, esses eventos eram de cunho político, estavam relacionados ao Estado e aos chefes de Estado, narrava os grandes acontecimentos militares, confrontos, guerras, ou a História política local.

Já a Biografia prosperou muito mais tarde, nos períodos helenístico e romano, quando os escritores davam estilo biográfico a tudo quanto se relacionava a todos os tipos de pessoas⁴⁷. Porém, era comum que os biógrafos pouco soubessem sobre a vida de seu biografado ou se utilizassem de outras fontes, assim a arbitrariedade com que os biógrafos escreviam constituía um problema, e um motivo para a biografia ser desmerecida, já que se pensava que os biógrafos não se preocupavam com a narrativa verdadeira dos acontecimentos.

Além do mais, a noção herodotiana-tucidideana de História era centralizada

⁴⁵ LEVI, 1998 p. 180

⁴⁶ MOMIGLIANO, A. *História e Biografia*. In.: ___. *O legado da Grécia*. Uma nova avaliação. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; 1988 p. 188.

⁴⁷ *Idem* p. 196

essencialmente em política e guerra, reforçando a idéia de que os relatos biográficos não constituíam História, além disso, como visava à verdade, não cabiam em História elogios, exaltações, ou qualquer outro tipo de manifestação a um indivíduo em particular, o que poderia ser encontrado facilmente nas biografias que se caracterizavam por serem panegíricos, elogios a um indivíduo⁴⁸.

A História não estava interessada na trajetória dos indivíduos, deixando essa tarefa de contar “vidas” aos biógrafos. Dessa forma, a biografia era tida como a-histórica, pois se acreditava que não tinha a preocupação de narrar o contexto social ao qual aquele indivíduo estava inserido. Tanto que Plutarco no prefácio da vida de Alexandre explica a diferença entre História e Biografia, mostrando quão forte é a tradição grega no seu conceito de História:

“Na verdade, não escrevemos histórias, mas vidas, não há sempre uma manifestação da virtude ou do vício nos mais ilustres feitos, pequenas coisas como uma frase ou um gesto fazem ressaltar o caráter do que batalhas sangrentas, ou de grandes arsenais, ou de cercos às cidades [...] então eu devo permitir-me dedicar-me aos sinais da alma de um homem [...] deixando para os outros a grandiosidade dos fatos e as guerras” (*Vida de Alexandre* 1. 2-3).

Nessa passagem, que é considerada uma das mais importantes das *Vidas Paralelas*, Plutarco inicia sua narrativa admitindo que seu objetivo era revelar o caráter de seu protagonista, pois seu interesse se fixa na “manifestação da virtude e do vício”, por meio de detalhes como “frases ou gestos cotidianos”, ao invés de recorrer aos grandes feitos do passado, “das batalhas, de grandes arsenais, ou de cercos às cidades”.

Plutarco se justifica dizendo escrever biografia, pois sua idéia não era se ocupar com as memórias de guerra de Alexandre, mas a sua vida. Essa separação se devia, segundo Momigliano, aos gregos possuírem “uma longa tradição de poesia épica antes de começarem a escrever prosa histórica”⁴⁹. Porém, gregos e romanos sabiam as diferenças entre História e poesia épica, a História era escrita em prosa e destinada a separar fatos de fantasias sobre o

⁴⁸ *Ibidem* p.188

⁴⁹ MOMIGLIANO, 1988 p. 182

passado.

Embora a História fosse destinada a contar a verdade dos fatos, Aristóteles acreditava que historiador e poeta não se distinguiam pelo fato de um escrever em prosa e o outro em verso.

“Se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de História, figurando ou não o metro nela. Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido.” (*Poética* 1451b).

A diferenciação estava, portanto, em seu conteúdo, e não na forma em que eram escritas. Nesse sentido, é fundamental o trabalho de Maria Aparecida de Oliveira Silva, *Plutarco Historiador: uma análise das biografias espartanas*⁵⁰. Seu argumento se fundamenta no fato de que “Plutarco não escreveu apenas biografias, mas um tipo de História”.

A autora não só traçou um contexto da sociedade à qual o biografado pertencia, mas também traçou uma seleção de informações de diversas fontes que Plutarco usou para a escrita de suas biografias, caracterizando o procedimento do historiador. Como mostrou Silva, as *Vidas* apresentam seleção de fontes e análise documental, Plutarco cita “grande parte das fontes que selecionara para o seu relato e, em vários momentos, faz uma análise dessas fontes, apresentando críticas e as razões pelas quais discorda delas”⁵¹.

Dizendo que seu objetivo era escrever sobre uma vida, Plutarco não foi reconhecido pelos historiadores. Somente no século XX com a introdução de novas abordagens na História sua obra passou a ser utilizada como fonte histórica, e o tipo de informação que as biografias continham passou a interessar historiadores.

Nas pesquisas sobre a antiguidade em geral, a falta de documentos é um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos, impulsionando o historiador a procurar outros

⁵⁰ SILVA, Maria Aparecida de O. *Plutarco historiador: Análise das biografias espartanas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

⁵¹ SILVA, 2006 p. 148

tipos de fontes. As biografias, nesse sentido, são tratáveis como qualquer outra fonte, com a máxima imparcialidade, e com a preocupação de que elas também não podem cobrir certas lacunas dentro das narrativas.

Como pudemos observar, as biografias apresentam alguns problemas como a linearidade e a coerência artificial da vida dos biografados. As biografias antigas não estão isentas desses problemas, ao contrário, podem ter alguns aspectos mais problemáticos ainda, como fontes baseadas em outras fontes, cujo tempo que separa a primeira da segunda ultrapassa os séculos, dando margem às dúvidas e às “invenções”. As lacunas eram preenchidas com passagens míticas, que tinham por função tornar o passado compreensível.

Segundo Gomes⁵², “é um grande perigo, o pesquisador acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que ‘verdadeiramente aconteceu’, como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento”.

Hoje, entretanto, apesar da dissociação que ainda se faz entre História e Biografia, as biografias e autobiografias são alternativas de escrita histórica e também são fontes para a pesquisa histórica. Nesse sentido o que importa na utilização de biografias como fontes não é saber se o autor está dizendo a verdade ou não, o que importa para o historiador é saber as condições em que o autor escreveu e o discurso por ele utilizado para reconstruir a vida daquele biografado.

Outro ponto importante no uso das biografias como fontes é não esquecer que a fonte em questão é portadora de um discurso que com certeza não é “inocente”, como se refere Le Goff⁵³.

A relação que o autor tem com seu texto muitas vezes nos leva como leitores, a pensar que o texto é uma representação do autor. A relação de texto/autor pode ser tão estreita que não se sabe exatamente quem é o biografado, “mesmo que o autor não deseje se expor em

⁵² GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: ____ Escritas de si, escritas da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004 p.15.

⁵³ LE GOFF, J. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1996 p.221.

seu trabalho, ele o faz, pois o processo biográfico se tornou um instrumento de definição moral e na análise há uma forma de dar sentido ao meu próprio mundo”⁵⁴.

Portanto, levando-se em conta os problemas de linearidade, de racionalidade, e de coerência, as biografias nos possibilitam não só conhecer a vida do biografado, mas, acima de tudo, a do biógrafo e a sociedade que ele integrava e as várias relações que mantinha com diversos campos sociais.

5. A Historiografia Plutarquiana

As principais responsáveis pela consolidação do pensamento de que as *Vidas* são narrativas essencialmente biográfico-moralistas, foram as suas várias traduções realizadas ao longo do tempo. Um estudo da recepção dos trabalhos de Plutarco em vários momentos da história, principalmente a partir de suas primeiras traduções para as línguas modernas, nos permite ver como essas obras foram apreendidas, já que existem “dispositivos tipográficos” que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto.

Segundo Chartier, os dispositivos tipográficos “permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores”⁵⁵.

A primeira tradução das *Vidas* do original grego para uma língua moderna foi feita por Juan Fernández de Heredia, em aragonês e publicada em 1385⁵⁶. Segundo Silva “o conteúdo histórico da obra foi diluído por um lado, pela sua intenção de simplificar a

⁵⁴ BORGES, 2005 p. 218

⁵⁵ CHARTIER, 2001 p.100

⁵⁶ Para um trabalho mais aprofundado sobre as primeiras traduções das *Vidas* de Plutarco ver SILVA *op. cit.* p.36

narrativa e, por outro, pelo seu desconhecimento da história greco-romana⁵⁷. Em 1559 Jacques Amyot publica a tradução francesa das *Vidas*, e em 1579 é a vez de Sir Thomas North⁵⁸, que utilizou a tradução de Amyot para elaborar sua tradução inglesa⁵⁹. Foi essa a tradução lida por Shakespeare, que utilizou as *Vidas* dos chefes de estado romanos Coriolano, Júlio César e Marco Antônio como fontes para suas peças que levam seus nomes⁶⁰.

Uma nova tradução inglesa feita por um grupo de trabalho de estudiosos sob a direção de John Dryden apareceu em muitos volumes entre 1684 e 1688⁶¹. As *Vidas Paralelas* de Plutarco se tornaram muito populares nesse período, onde a Europa vivenciava uma grande nostalgia pelo período clássico greco-romano. Além de serem escritas num gênero mais “prazeroso” (a biografia), as *Vidas* ofereciam um amplo panorama do mundo grego e romano e de alguma forma, seus valores filosóficos e morais ecoavam no espírito da sociedade dessa época.

Devido a esse “comércio”, onde a recepção da obra é pensada no momento de sua produção, as obras de Plutarco, tanto as *Vidas Paralelas* quanto a *Moralia*, foram lidas em diversos momentos da história, ganhando significações múltiplas e muitas generalizações ao longo do tempo, por vezes de cunho predominantemente religioso, ou moral, ou filosófico, ou simplesmente pedagógico visando educar as futuras gerações de cidadãos.⁶²

No século XIX, a História começava a ser pensada como Ciência, e estava à procura de “fontes” que falavam por si mesmas, a historiografia de Plutarco foi diretamente

⁵⁷ SILVA, 2006 p.36

⁵⁸ Segundo Filomena Mesquita, North traduziu as *Vidas Paralelas* não do original grego e sim do francês a partir da 3o. edição da versão de Jacques Amyot. Ver Filomena Mesquita, “O Papel da Tradução de Thomas North no Plutarco de Shakespeare”, In: *Actas do Congresso Plutarco Educador da Europa*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002, p. 324. A primeira tradução inglesa do original grego ocorreu em 1770 por John e William Langhorne. Ver Perrin, B., “Introduction”, In: *Plutarch's Lives*, London, Harvard University Press, 1998, p. xviii

⁵⁹ KIMBAL, R. *Plutarch & the issue of character*. New Criterion, 19 i4 2000; SILVA, 2006 p.37.

⁶⁰ DUFF, T. E. *Plutarch's Lives*. Exploring Virtue and Vice. New York; Oxford University Press, 2005p.3; SILVA, 2006 p.39

⁶¹ DUFF, 2005 p. 4

⁶² SILVA, 2006

afetada por essa concepção de escrever História. Como sabemos, muitas biografias de Plutarco se referem a acontecimentos ocorridos há mais de cem, trezentos anos antes de sua composição, esse grande intervalo de tempo levou então os historiadores a pensar que suas *Vidas* eram apenas imitações de outras obras contemporâneas aos fatos, e que Plutarco não passava de um mero compilador de fontes desorganizadas, negando-lhe o papel criativo de autor⁶³. Plutarco passou a ser ignorado como uma possível fonte histórica e crítica, relegado à uma categoria “menor” da literatura, que é a biografia. Seu contexto social e político também foi menosprezado assim como suas preocupações e anseios.

Só a partir de 1920, que alguns estudiosos passaram a ver as obras de Plutarco com outros olhos, como Konrat Ziegler que enfatizou a criatividade do autor beócio: “suas *Vidas* são o produto de sua própria leitura e de seu próprio design criativo”⁶⁴. As *Vidas* emergem como trabalhos originais feitos por um mestre de estilo, retórica, e técnica biográfica⁶⁵.

Atualmente, muitos estudiosos sobre Plutarco, dentre eles Lingüistas Clássicos, Historiadores, Filósofos e outros, têm-se debruçado a estudar o vasto número de trabalhos que o autor legou com o intuito de adicionar novos olhares às pesquisas. Entretanto, muitos desses trabalhos não analisam sua obra como um todo, mas como partes dispersas, cada uma com uma proposta diferente. Desprezando o contexto social do autor e suas preocupações, muitos autores enfatizam o caráter biográfico-moralista de Plutarco não a considerando como projeção de seu pensamento político.

Como podemos observar, no campo literário, por exemplo, Mossman analisa a biografia de Alexandre como se fosse um texto épico, e compara a figura de Alexandre ao do herói Aquiles procurando traçar as diferenças e as semelhanças entre esses dois personagens.

⁶³ DUFF, 2005 p.6

⁶⁴ ZIEGLER, Konrat (Plutarchos von Chaeroneia. Stuttgart, 1949) *Apud* DUFF: 2005 p.8

⁶⁵ STADTER, P.A. “Introduction”, In. *Plutarch and the historical tradition*. London, Routledge, 1992. p.2

A autora acredita que Plutarco utilizou conscientemente elementos épicos e trágicos para ilustrar as tensões de Alexandre e enfatizar a ambigüidade do caráter do herói, de forma a dar um “colorido trágico” na narrativa⁶⁶. Em um trabalho posterior, Mossman objetiva mostrar que na biografia de Pirro, Plutarco usa a mesma técnica poética usada na biografia de Alexandre, associada ao épico Aquileano de Homero⁶⁷.

Dentro de uma visão religiosa, dissociada dos demais aspectos sociais e políticos da vida de Plutarco, inserem-se alguns estudiosos que acreditam que a vida sacerdotal de Plutarco influenciou seus escritos preponderantemente, não levando em consideração que as atividades que Plutarco exercia no templo eram próprias de uma aristocracia que estava acostumada a ter o poder político e religioso nas mãos.

Para Kimball⁶⁸, por exemplo, esse caráter moralizante de Plutarco provém dos vinte anos que o queronense atuou como sacerdote no templo de Delfos. O autor acredita que muito do trabalho de Plutarco era um “ensaio para satisfazer a demanda de moral”, uma reação à decadência do mundo romano e da fé nos antigos deuses. Dessa forma, como sacerdote em Delfos, Plutarco ajuda a estender o que o autor chama de “outono espiritual”.

Por outro lado, outros pesquisadores dão enfoque ao caráter pedagógico de Plutarco, que na maioria das vezes está associado a uma temática puramente moral. Plutarco, portanto, é visto como moralista e “Educador da Europa”⁶⁹, pois muitos estudiosos, como Alves, acreditam que essa condição se construiu não só “pela sua exemplaridade moral, mas também pelo culto aos heróis e à exaltação da grandeza da alma humana, servindo de ‘fonte’

⁶⁶ MOSSMAN, J. M. *Tragedy and Epic in Plutarch's Alexander*. JHS CVIII 1988 p. 85

⁶⁷ MOSSMAN, J. M. *Plutarch, Pyrrus, and Alexander*. In: Stadter. *Plutarch and the historical tradition*. London, Routledge, 1992.

⁶⁸ KIMBALL, 2000. Sobre outros autores que seguem essa mesma linha de pensamento ver HANI, J. (*La religion égyptienne dans la pensée de Plutarque*, Paris, Les Belles Lettres, 1976, p.476) e LATZARUS, B. (*Les idées religieuses de Plutarque*, Paris, Ernest Leroux, 1920, p.11) *Apud* SILVA, 2006.

⁶⁹ Ver Actas do Congresso Plutarco Educador da Europa. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

aos grandes escritores, aos homens de Estado, gerais e outros ‘protagonistas da História’”⁷⁰.

Ainda nesta linha de pensamento, Swain⁷¹ entende que Plutarco, sendo um “moralista” e um “biógrafo” preocupado com o estudo do caráter e com o efeito da educação em um indivíduo, prioriza a *paidéia* helênica em suas *Vidas*, tanto nas biografias gregas quanto nas romanas. Russell também partilha desta idéia, acreditando que Plutarco tenha escrito para demonstrar aos romanos a superioridade política grega adquirida através da educação helênica, a *paidéia*⁷².

O autor argumenta que as *Vidas* tem uma proposta clara de produzir *exempla* para homens públicos de seu tempo, e particularmente endereçado a Sosius Senecio, porém o autor não acredita que as *Vidas* possam ser pensadas como um “trabalho primariamente de referência contemporânea”⁷³, já que as biografias reproduzem períodos anteriores ao que o autor vive, e por isso, aborda questões muito diferentes daquelas vividas por seus contemporâneos; e mais, essas questões são vistas sob a ótica limitada de um escolástico, ou seja, demasiadamente teóricas.

Podemos também encontrar uma idéia de superioridade grega no trabalho de Edith Hamilton⁷⁴. A autora faz uma associação direta de Plutarco com Platão, no sentido dos dois filósofos antigos enxergarem a grandeza e a beleza da alma humana e perceberem a *paidéia* como força inovadora e evolutiva. Edith Hamilton se mostra parcial se posicionando ao lado dos gregos, exaltando-os e constatando seu gênio inato como filósofos encarregados de civilizar o mundo romano.

⁷⁰ ALVES, Manuel dos S. *O intertexto de Plutarco no discurso literário do século XIX*. Humanitas vol. XLVII, 1995 p. 953.

⁷¹ SWAIN, S.C.R. *Hellenic Culture and the Roman Heroes of Plutarch*. JHS CX, 1990 p. 128

⁷² RUSSELL, D.A. *On Reading Plutarch's Lives*. G&R 13, 1966 p.139 -154.

⁷³ *Idem* p.141

⁷⁴ HAMILTON, Edith. *O Eco Grego*. São Paulo: Ed. Landy, 2001

Já em algumas pesquisas, argumenta-se que o interesse de Plutarco era puramente filosófico, com o objetivo de transmitir a moral e a filosofia às futuras gerações. Nessa linha de pensamento encontra-se Timothy Duff. O autor acredita que as *Vidas* são tratados morais e que Plutarco molda sua narrativa sob este aspecto⁷⁵. Duff analisa como algumas biografias são construídas e como elas poderiam ter sido lidas em seu contexto original⁷⁶, porém, o autor não acredita que Plutarco tenha escrito para seus pares, para aquela elite *paideia* de seu tempo, pois as biografias, a seu ver, trazem mensagens duvidosas, nem sempre sobre as boas ações de seu biografado, o que poderia gerar dúvidas e conflitos em seus leitores. Duff também parece se posicionar na mesma linha de pensamento de Peeling, que acredita que Plutarco, nas *Vidas*, parece se esquivar de delinear paralelos com a vida contemporânea⁷⁷.

Todavia, ainda que se prevaleça a idéia no meio acadêmico de que Plutarco é um biógrafo-moralista desinteressado e despreocupado com a vida política, muitos estudiosos se posicionam em outra linha de pensamento, àquela que põe em relevo seu contexto histórico, não mais dissociando sua produção literária de sua vida e época.

Assim, temos o trabalho de Silva, que prestigia Plutarco como Historiador e não apenas como biógrafo. A autora argumenta sobre a existência de conteúdo histórico nas biografias. O fato das *Vidas* terem sido escritas no gênero biográfico não desqualifica sua obra como histórica, “havia em torno do biografado a sociedade que o regulava e que interferia no curso de sua história, bem como na de sua cidade”⁷⁸.

Ademais, encontramos muitos estudiosos que têm se dedicado às questões de identidade que as *Vidas* levantam, pelo fato delas terem sido escritas em paralelos,

⁷⁵ DUFF, T. *Moral Ambiguity in Plutarch's Lysander-Sulla*. In: _ Mossman J. M. *Plutarch and his Intellectual World: essays on Plutarch*, 1997, p.169

⁷⁶ Ver DUFF, 2005. As biografias analisadas são: Pirro e Mário; Fócio e Cato Menor; Lisandro e Sula; Coriolano e Alcibíades, que segundo Duff apresentam algumas ambigüidades e contradições referentes às propostas morais de Plutarco. Segundo o autor outras biografias saem do paradigma moral instituído, segundo ele, por Plutarco, como as biografias de Antônio ou César.

⁷⁷ Ver PEELING, C.B.R. (*The Moralism of Plutarch's Lives*. In: D. Innes, H. Hine, and C.B.R. Peeling (eds.), *Ethics and Rhetoric: Classical Essays for Donald Russell on his Seventy-Fifth Birthday* (Oxford), p. 213-17.) *Apud* DUFF, 2005 p. 67.

⁷⁸ SILVA, 2006 p.50

comparando gregos e romanos. Sobre esse aspecto, há opiniões diversas e muitas são divergentes, o que na verdade enriquece os estudos sobre Plutarco.

Para Jones, Plutarco, vivendo sob o império e sendo um homem envolvido e interessado nas questões do presente, “sentia o efeito das mudanças trazidas pelas relações contemporâneas”: as relações sociais e políticas entre Roma e as províncias, particularmente Queronéia, província romana e cidade natal de Plutarco⁷⁹. Isso por que Plutarco, fazendo parte de uma aristocracia, não se esquivava de desempenhar cargos importantes dentro de sua cidade e também de se ocupar com as obrigações religiosas no Oráculo de Delfos. Jones também acredita que Plutarco não teria escrito as *Vidas Paralelas* pensando numa atitude diplomática entre gregos e romanos, pois as *Vidas* não revelam divisão entre eles, mas sua unidade⁸⁰. Segundo Jones, as *Vidas* expressam uma época em que gregos se tornam côsules romanos e comandam exércitos romanos, quando imperadores e futuros imperadores poderiam ocupar o cargo de arconte em Atenas⁸¹.

Em outro trabalho bastante interessante, Rebecca Preston acredita que o interesse de Plutarco pela identidade não existe em um “vácuo”, ou seja, só é possível entender como a identidade é construída em seus trabalhos inserindo-a nos contextos social, político e intelectual do autor⁸², isso porque, segundo a autora, a identidade faz parte de um complexo processo de construção, negociação e contestação⁸³. Devido a isso a autora não acredita que Plutarco possa ser representante apenas de uma identidade, mas de múltiplas.

Projetando as tensões culturais entre gregos e “bárbaros” na *Vida de Alexandre*, Whitmarsh⁸⁴ considera que essa obra deixa entrever a complexidade cultural na representação de Alexandre e dos Macedônios. O autor entende que as “Vidas não são simplesmente

⁷⁹ Ver JONES, C.P. *Plutarch and Rome*. Oxford, University Press, 1972.

⁸⁰ JONES, 1972 p. 109.

⁸¹ *Idem* p.109.

⁸² PRESTON, Rebecca. *Roman Questions, Greek Answers: Plutarch and the construction of identity*. In.: ___. GOLDHILL, Simon. *Being Greek under Rome. Cultural Identity, the Secons Sophistic and the Development of Empire*. Cambridge University Press, 2001 p.89

⁸³ *Idem* p.88

⁸⁴ WHITMARSH, Tim. *Alexander's Hellenism and Plutarch's Textualism*. CQ 52.1, 2002 p. 174-192

manuais idealizados de Helenismo filosófico em ação”, mas ao contrário, deixam em relevo as crises e tensões de diferentes visões de mundo, o grego, o romano e o bárbaro.

Idéia muito próxima daquela defendida por Asirvatham, que acredita que o Alexandre de Plutarco trata justamente dessa dicotomia entre o grego civilizado e o bárbaro incivilizado, pois essa oposição era um tema central da identidade grega do período clássico adiante, inclusive no império onde era importante manter a distinção genealógica entre gregos e não gregos⁸⁵.

Sobre interesse de Plutarco em política temos poucos trabalhos que lhe são dedicados. O trabalho de Lamberton, na verdade não se concentra na análise política dos trabalhos de Plutarco, é mais uma abordagem geral do *corpus* plutarquiano; mas, apesar disso, o autor concorda com o vivo interesse que Plutarco mostra sobre política e sobre o seu engajamento. Entretanto, Lamberton acredita que o autor queronense se contradiga pois ele viveu em um “lugar e em um tempo sem política, onde não havia política internacional, sem campo de ação para excelência militar – exceto nos limites do império, uma parte do mundo que sobre o todo não parecia interessá-lo muito”⁸⁶.

Aalders, diferentemente de outros autores acredita que Plutarco se preocupava com o envolvimento na vida política de sua comunidade, entretanto o autor acredita que essa preocupação não faz parte de todo seu *corpus* literário, e afirma que “sua intenção nas *Vidas* não é guiar seus leitores em direção a certa atitude política e ao certo modo político de ação”⁸⁷. Para o autor, apesar das *Vidas* abordarem eventos políticos e ações políticas de seus biografados, elas não estão centradas com política como tal. “Declarações e julgamentos feitos por Plutarco sobre atividade política não estão isentas nas *Vidas*”, afirma o autor, mas

⁸⁵ ASIRVATHAM, S.R. *Classicism and Romanitas in Plutarch's De Alexandri Fortuna aut Virtute*. AJPh 126, 2005.

⁸⁶ LAMBERTON, R. *Plutarch*. Chelsea, Michigan: Yale University, Hermes Books, 2001 p.2

⁸⁷ AALDERS, G.J.D. *Plutarch's Political Thought*. Amsterdam, Oxford, New York: North-Holland Publishing Company, 1982 p. 9

elas não são mais que uma consequência da preocupação de Plutarco com a elevação moral de uma pessoa⁸⁸.

Entretanto, pretendemos mostrar com esse trabalho, que a despeito das várias opiniões mostradas, Plutarco não está margem das atividades políticas de sua época, pelo contrário, o autor pensava a atividade política como função principal da aristocracia e a tenta destacar tanto nas obras da *Moralia* quanto nas *Vidas*, principalmente a de Alexandre, foco de nossa análise. Dessa forma, o próximo capítulo dedica-se a um estudo sobre o contexto político e social do autor para que compreendamos melhor as condições de produção de seu discurso, seguido por uma análise de algumas obras da *Moralia*, cujo teor gira em torno da questão da virtude e da educação do governante.

⁸⁸ *Idem* p. 9

Capítulo 2

Plutarco e a formação do governante no Principado Romano

1. Introdução

Este capítulo está dividido em duas questões centrais: o contexto plutarquiano e a formação do governante no Principado. A primeira parte preocupa-se em mostrar como o surgimento do Principado, alterando grandemente as estruturas sociais, políticas e financeiras do império beneficiou a aristocracia provincial, tornando-a forte e parte importante da máquina estatal romana. Dentre essas províncias, a nossa análise se centrará particularmente na Beócia, onde está localizada Queroneia, cidade natal de Plutarco. Junto com esse contexto político e social, entendemos que a *humanitas* aparece como elemento fundamental para discutir a importância da educação na formação do governante romano, e como elemento que diferencia o “civilizado” do “incivilizado”. Diferenciação esta concebida originalmente pelos gregos, que expressaram sua ideia de civilização por meio do conceito de *paideia*, que por sua vez foi baseado no pensamento de que alguns homens, mais particularmente integrantes da aristocracia, possuíam virtudes que o faziam excelentes em comparação a outros.

Esse contexto é necessário para o entendimento das condições de produção das obras plutarquianas, as *Vidas* e a *Moralia*, uma vez que de antemão sabemos que Plutarco é grego mas que vive no mundo romano, condição que obrigatoriamente nos faz pensar em agregação mútua de valores, e conseqüentemente na construção de múltiplas identidades.

A segunda parte do capítulo irá analisar a proposta política de Plutarco a partir dos conceitos de *paideia* e *areté*, que acreditamos serem as bases de seu pensamento político-filosófico, para a formação do governante ideal. Nesse sentido, objetivamos mostrar que Plutarco pensou a educação e a filosofia, baseado na teoria platônica, como mediadoras da sabedoria e da justiça, dando ao governante condições de comandar a comunidade de cidadãos justamente. A nossa análise será centrada primeiramente nas virtudes e na educação do governante e, por fim, parece-nos muito interessante que façamos também uma análise

sobre os conselhos que Plutarco endereçou à aristocracia de sua época, como forma de dar conselhos ao governante.

2. O Principado Romano

As sucessivas conquistas militares romanas possibilitaram a crescente expansão do *imperium* e conseqüentemente desembocaram em transformações que atingiram todos os âmbitos do mundo romano. Essas transformações culminaram com a crise da República que, resumidamente, foi gerada pela grande extensão territorial administrada pelo *princeps*; pelos conflitos sociais gerados na luta pela posse de terras envolvendo patrícios e plebeus; pela dominação e exploração das rotas marítimas e continentais e pela extensão da cidadania romana a outros povos. Adicionado a esses eventos, o poder do Senado tornava-se cada vez mais enfraquecido ao passo que o poder político de líderes militares, como Júlio César e Pompeu, fortalecia-se com as vitórias e as conquistas.

As lideranças e as ambições pessoais desempenharam um papel importante para o advento do Império, pois, além de contribuir para a formação dos dois históricos triunviratos, culminou com a instalação do poder pessoal através da figura do *princeps*, que encerraria em si mesmo, e em torno de si, a liderança política e militar das elites romanas. O *princeps* torna-se, ao mesmo tempo, o mito-vivo, o chefe e o cidadão mais próximo de todos.

Para as muitas províncias que foram gravemente afetadas pelas guerras civis, o advento do Império significou muito mais que uma troca de poder; para os provincianos representava a paz e a segurança longamente desejadas. Além disso, os membros dessa aristocracia provincial podiam adquirir a cidadania romana e chegar até à classe dos eqüestres, por graça do imperador ou pelos serviços prestados no exército e na administração

municipal¹.

Ao longo dos séculos II a.C. e I d.C. há um aumento da participação do *homo novus*, que integrava tanto a ordem senatorial como a ordem eqüestre, modificando profundamente a estrutura da sociedade romana, que somente admitia aristocratas romanos no seu quadro de senadores. O próprio imperador Trajano é um exemplo desta mudança gradativa de um *homo novus* chegando à posição de primeiro do Senado (*princeps*). Essa troca se mostrava bastante frutífera, pois Roma dependia dos recursos financeiros que vinham das províncias, ao mesmo tempo em que estas precisavam da segurança que o império proporcionava.

Com as províncias gregas, as relações romanas foram importantes para consolidar um sentimento de amizade recíproca e a participação da aristocracia provincial grega nos negócios do império. Gregos como Estrabo e Dionísio de Halicarnasso e, podemos falar inclusive de Plutarco, integraram-se à sociedade romana a ponto de escrever sobre Roma não como estrangeiros, mas como cidadãos. Dion Cássio é outro exemplo, ele integrou o Senado sob o governo de Cômodo e foi duas vezes cônsul. Apesar de sua obra, *História de Roma*, ter sido escrita em grego, o autor se identificou inteiramente com a sociedade romana².

2.1. A Humanitas: o modo de vida romano

Em Roma, com as conquistas e com a expansão econômica e territorial iniciadas após o fim das Guerras Púnicas no Século III a.C., criou-se condições para o compartilhamento de idéias e costumes com os povos conquistados. Roma entrou em contato com outras civilizações abrindo-se ao conhecimento e à cultura de povos helênicos e orientais, adaptando-os e assimilando-os de acordo com seus próprios interesses e

¹ ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 p.177.

² GOODMAN, Martin. *The Roman World* (44 B.C – A.D.180). London: Routledge, 1997 p.233

necessidades.

A partir do Século II a.C., a religião romana procurou se fundir cada vez mais à grega; a filosofia grega foi amplamente difundida, com especial atenção ao epicurismo e ao estoicismo, este último teve em suas fileiras de apreciadores o Imperador Marco Aurélio; a literatura e as artes foram redefinidas, tendo como modelo o estilo helenístico; a língua grega tornou-se o idioma da expressão do pensamento e dos letrados; e a *paideia* ganhou um conceito equivalente, *humanitas*, e foi inserido no modo de vida romano, sem ferir os ideais éticos e morais que já estavam estabelecidos.

O termo *humanitas*, no contexto romano, é usado para distinguir o homem “selvagem” e grosseiro do homem civilizado e instruído. Este conceito também está associado a outra palavra de origem grega, a filantropia, que resume em um indivíduo comportamentos inseridos na *humanitas* como: amabilidade, piedade e simplicidade. Por este conceito se exprimiam efeitos moderadores como não castigar desumanamente os escravos ou refrear a vontade de destruir, no caso de guerras, onde vencedores aniquilavam os vencidos. Em resumo, a *humanitas* é mais um “mérito que uma característica universal”³ adquirida por meio da boa educação.

Dentre as qualidades compreendidas na idéia ciceroniana de *humanitas* estão a amabilidade, a prestatividade e a consideração pelos outros⁴. Segundo Cícero, tido como grande mediador entre as duas culturas, a grega e a romana, a pessoa do orador é o grande modelo de *paidéia* retórica. É no *De Oratore* que Cícero irá desenvolver sua teoria educativa.

Na figura ideal do *orator* efetiva-se o modelo de *humanitas* que é o objeto da educação liberal, “produto da cultura desinteressada e da participação na vida pública e que se

³ VEYNE, P. *Humanitas: Romanos e não Romanos*. In. _GIARDINA, A. O Homem Romano. Lisboa: Editora Presença, 1992 p. 283.

⁴ CLARKE, M.L. *The Roman Mind*. Studies in the history of thought from Cicero to Marcus Aurelius. London: Cohen & West Ltd., 1956. p.135

exprime pelo domínio da palavra”⁵. A capacidade de palavra, de riqueza e de cultura e de participar da vida social e política como personagem principal, fazem do verdadeiro orador o homem ideal, e conseqüentemente um governante ideal.

2.2. As virtudes romanas

Virtus (virtude), *pietas* (piedade referente aos deuses, à família e aos vencidos) e *fides* (fidelidade, lealdade às amizades e aos negócios empenhados) eram alguns desses ideais romanos contidos na *Humanitas* que dominavam todos os aspectos da vida militar, familiar, econômica e social de um cidadão⁶, que ditavam o comportamento de um romano, a postura que ele deveria ter perante a sociedade e as instituições políticas e religiosas.

Entretanto, sendo o povo romano essencialmente camponês esse cambiamento cultural sofreu certa resistência, principalmente dos “grupos sociais e políticos mais conservadores, que viram, sobretudo na filosofia, um meio de corrupção dos jovens e de ataque a ordem da sociedade e do Estado romanos”⁷.

Isso porque na Roma arcaica a aristocracia campesina seguia uma tradição ancestral: o *mos maiorum*, cuja instituição principal era a família encabeçada pela figura do *pater*. Nessa tradição “o essencial é formar a consciência da criança ou do jovem, inculcar-lhe um sistema rígido de valores morais, reflexos seguros, um estilo de vida”⁸ voltado às atividades agropastoris ou militares, mas principalmente formar um cidadão subordinado ao Estado, já que o interesse coletivo era mais importante que o interesse individual.

A educação tinha um caráter, sobretudo prático, familiar e civil, que valorizava as

⁵ CAMBI, F. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999 p.109

⁶ GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1984 p. 71

⁷ CAMBI, 1999 p. 107

⁸ MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, Ed. Universidade de São Paulo, 1973 p. 365

necessidades cotidianas voltadas à agricultura, à atividade militar e a política, “destinada a formar em particular o *ciuis romanus*, superior aos outros povos pela consciência do direito como fundamento da própria ‘romanidade’ e consciente do vínculo que esta vinha constituir entre os povos, até com os escravos, realizando aquela *res publica* que ‘garantia a cada um e a todos, por meio das instituições e do direito, a segurança das pessoas e da propriedade e o acúmulo de riquezas e vantagens’⁹, e solicitava a todos *officia* (deveres) militares, fiscais, políticos, religiosos e também educativos”¹⁰.

Já na época imperial, que é o período de nosso maior interesse, a cultura romana passa a ser difundida junto com a sua dominação política e militar. As instituições educativas a propagavam junto aos vários povos, instituindo escolas de gramática e retórica. Desse modo, cria-se, segundo Franco Cambi, “uma unidade espiritual do Império, ligada à língua e às traduções literárias, romanizando regiões que eram diferentes e até discordantes entre si - pela etnia, pela crença religiosa, pelos costumes, pela língua”¹¹.

A ação política dos imperadores, principalmente em relação à formação dos cidadãos, foi implantar escolas nas várias regiões provincianas para que a idéia de *romanitas* fosse incorporada pelas classes aristocráticas provincianas então receptoras da cidadania romana.

Politicamente, segundo Marrou, “a obra de Roma foi reunir vencedores e vencidos em uma mesma comunidade”, mas “o ideal da Roma imperial não está limitado aos valores propriamente políticos: a justiça, a ordem e a paz não constituem, a seus olhos, um fim: são apenas meios que permitem aos homens viver em segurança, em abundância, no lazer, ou seja, na felicidade”. Esse pensamento segue o projeto alexandrino de implantar a civilização helenística em todos os cantos do mundo.

⁹ GIARDINA, A *apud* CAMBI, 1999 p. 106

¹⁰ CAMBI, 1999 p. 106

¹¹ CAMBI, 1999 p. 117

3. A província de Queroneía

Queroneía é uma cidade a oeste da Beócia, conhecida, sobretudo pelas duas grandes batalhas que ocorreram em seu território: a primeira se refere à vitória de Filipe da Macedônia, pai de Alexandre Magno e a segunda à guerras travadas contra Mitrídates que ajudaram a confirmar a supremacia romana sobre a Grécia.

Queroneía se ligava facilmente a outras cidades gregas por estradas importantes e era privilegiada geograficamente por estar próxima dos três grandes mares da Beócia: o Golfo Coríntio, o Egeu Setentrional e o Meridional; e a Delfos, o principal templo da Grécia. Além dessa localização privilegiada, Queroneía possuía uma vasta área fértil que permitia o cultivo de flores usadas medicinalmente¹². Apesar de pequena, a cidade em meados do Século II d.C. gozava de uma situação próspera e possuía entre seus habitantes, famílias abastadas como a de Plutarco.

Situação provavelmente muito diferente daquela que a pequena cidade sofreu no final da República romana. De acordo com Jones, a produção de Plutarco foi diretamente influenciada por essa situação de depressão econômica e de violência, já que o autor deixa traços de alguns eventos nas suas *Vidas Paralelas*¹³ como o incidente que envolveu um comandante romano que se apaixonou por uma jovem aristocrata queronense e, que culminou com o assassinato de vários romanos e com a intervenção de Luculo, que salvou a cidade da destruição¹⁴; e, o outro incidente se refere à Campanha do Ácio, onde a necessidade de homens e suprimentos levou Antônio a enviar agentes e soldados para captar provisões na região. Em Queroneía, como nos conta Plutarco, seus bisavós foram obrigados a carregar grãos para Anticira pelo Golfo Coríntio, enquanto os agentes de Antônio os apressavam com

¹² JONES, 1972 p.4

¹³ *Idem* p.7

¹⁴ *Vida de Címão* 1-2.1

chicotes nas mãos. Quando faziam o segundo carregamento de grãos notícias chegaram de Ácio e os agentes foram embora, fazendo com que os cidadãos dividissem os grãos entre eles¹⁵. Essas narrativas mostram uma pequena extensão da submissão que essas províncias sofriam em relação ao poder romano na época do final da República.

Segundo Jones, não só Queroneia, mas outras cidades gregas lembraram por gerações os tempos difíceis do final da República e o renascimento que se iniciou com o início do Império em Roma¹⁶. Uma das justificações para esse renascimento era econômico, pela prosperidade que a paz poderia garantir. Mas ao tempo do nascimento de Plutarco, essas marcas já haviam desaparecido¹⁷.

4. Plutarco

Apesar de Plutarco ter escrito a biografia de muitas personalidades, pouco se sabe sobre sua própria vida. Acredita-se que tenha nascido nos anos 40 do I século d.C, na Queroneia, na província da Beócia, e nesta pequena cidade passou grande parte de sua vida.

Referente à sua educação, sabe-se que com cerca de 20 anos, Plutarco iniciou sua educação superior em Atenas, na Academia. Lá ele foi discípulo do egípcio Ammonius, único que ele nomeia como professor¹⁸.

Como pertencia a aristocracia local pelo nascimento, Plutarco participava de viagens, festivais e obrigações oficiais, tornando-se conhecido e mantendo amizade com muitos romanos ilustres que visitavam a Grécia. Muitos desses romanos eram homens novos e ocupavam cargos importantes em Roma, como Mestrius Florus, amigo do Imperador

¹⁵ *Vida de Antônio* 68, 6-8.

¹⁶ JONES, 1972 p.8

¹⁷ *Idem* p. 8. Segundo Jones os jogos Pítios (ptolian) em Acraephiae retornaram cerca de 40 d.C após um período de 30 anos.

¹⁸ Ammonius lecionou em Atenas e também desempenhou o posto de general hoplita. JONES, 1972 p. 13; HAMILTON, 1969 p. xiii

Vespasiano, e que concedeu a Plutarco a cidadania Romana. Segundo Plutarco, era importante ter amigos romanos “das altas esferas do poder” posto que os romanos se preocupavam com os interesses políticos de seus amigos¹⁹.

Foi sob Império dos Flavianos que Plutarco alcançou a maturidade e iniciou sua vida pública, e começou a compor as *Vidas Paralelas*²⁰. Foi também sob o governo de Domiciano que os filósofos e outros intelectuais foram perseguidos e expulsos de Roma e da Itália, devido às críticas que estes faziam aos imperadores²¹. Entre os perseguidos estavam os romanos Arulenus Rusticus, que foi executado; Avidius Quietus que foi para o exílio juntamente com o irmão de A. Rusticus, Junius Mauricus; todos amigos de Plutarco²².

Jones acredita que esse período marcou a vida e a produção literária de Plutarco. “Sua atitude com os Flávios é notadamente hostil. Vespasiano é caracterizado como cruel e infeliz. Já Domiciano é o arquétipo de arrogância e extravagância vulgar”²³. O número de seus trabalhos que puderam ser datados dessa época é muito pequeno em comparação com aqueles escritos no período dos Antoninos, principalmente Nerva (96-98), Trajano (98-117). Segundo Jones isso poderia ser em parte, resultado das pesquisas e estudo do Latim, por outro lado, poderia ser o resultado do temor de ser acusado de traição²⁴.

Mas, com a ascensão de Trajano, a literatura floresceu fazendo com que Roma se abrisse novamente ao pensamento filosófico helênico²⁵, incentivando Plutarco a escrever.

Além de suas atividades desempenhadas como embaixador e cônsul, Plutarco participava das obrigações relativas ao oráculo de Delfos exercendo as funções de *epimelete* e finalmente tornando-se um dos dois sacerdotes permanentes do templo.

Sob os governos de Nerva, Trajano e Adriano, Plutarco atingiu o topo de sua

¹⁹ *Prec. Pol.* 814c

²⁰ JONES, 1972 p.20

²¹ BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Ed. 70, 1986 p.22

²² JONES, 1972 p.24

²³ *Idem* p.24

²⁴ *Ibidem* p.25

²⁵ GRIMAL, 1984 p.72

produção literária e de sua carreira na vida pública. Neste período, o autor queronense consolidou seu prestígio entre os romanos proeminentes na sociedade, entre eles o cônsul Q. Sosius Senecio, amigo de Trajano e a quem Plutarco dedicou as *Vidas Paralelas* e *Conversas à Mesa*.

Utilizando suas influências políticas em Roma, Plutarco promoveu um período de prosperidade ao oráculo de Delfos. Lá foram erguidas muitas construções entre os governos de Trajano e Adriano, consolidando as relações de evergetismo.

Por fim, por todo o desempenho empreendido por Plutarco, Trajano o honrou com a *ornamenta consularia*, título destinado àqueles que estavam fora do senado. Por sua vez, Adriano o fez procurador honorário da Grécia, porém, a idade avançada de Plutarco não lhe permitia desempenhar todas as atividades deste alto cargo. Também não sabemos exatamente a data de sua morte, mas é bem possível que seja por volta de 120 d.C, pois quando Adriano sucedeu Trajano em 117 d.C., Plutarco, como sacerdote senior do templo de Delfos, lhe dedicou uma estátua, mas em 125 d.C. outra estátua foi dedicada à Adriano, mas feita dessa vez por um certo T. Flavius Aristotimus²⁶.

Embora não existam sinais de comunicação entre o Imperador Trajano e Plutarco, acredita-se que os dois mantiveram contato, pois ambos tinham amigos em comum como Sosius Senecio. Além disso, Trajano tinha interesse particular na prosperidade do oráculo de Delfos.

A mesma conjectura pode ser feita sobre um filósofo contemporâneo de Plutarco, Dion de Prusa ou Crisóstomo, pois, segundo Jones, Favorinus, que gerenciou uma associação com muitos filósofos da época era também pupilo de Dion; além disso, dois trabalhos de Plutarco (uma Discussão e um Discurso entregues em Olímpia) têm o nome de Dion em seu título (*Pro Dion*). A frase pode significar simplesmente que Dion era endereçado ou discutido,

²⁶ HAMILTON, 1969 p. xvi

mas também pode significar que ele foi atacado²⁷.

Assim como Plutarco, Dion é proveniente de uma família rica e recebeu uma excelente educação. Dion estava no grupo de filósofos que foram expulsos de Roma por Domiciano. Sob o reinado de Nerva, que era um velho amigo, e de Trajano, sua influência foi restaurada. Para expressar sua gratidão a Trajano, Dion passou a pregar em muitas cidades do oeste da Grécia sobre a necessidade da concórdia interna de acordo com seus Discursos Bitinianos.

5. Obras

O Catálogo de Lâmprias, provavelmente datado do III ou IV séc. d.C., lista 227 trabalhos escritos por Plutarco. Esta lista foi redefinida por volta de 1300 pelo padre bizantino Maximus Planudes.

Os trabalhos que sobreviveram foram divididos em duas grandes compilações: as *Vidas Paralelas* e a *Moralia*. A primeira, as *Vidas Paralelas*, foram escritas por volta de 96 d.C, quando o Imperador Domiciano morreu até a morte de Plutarco em cerca de 120 d.C²⁸ e consiste em um projeto que ocupou a vida madura e início da velhice de Plutarco e que desde a antiguidade permanece como sua maior realização.

As *Vidas* podem ser importantes fontes coerentes sobre a história romana, e por sua vez, o que Plutarco escreveu também pode revelar o que ele pensava de Roma e dos romanos²⁹. Segundo Jones, Plutarco esquematizou suas biografias em três momentos da história romana a considerar: o reinado de Rômulo, o início da intervenção romana na Grécia

²⁷ JONES, 1969 p.35.

²⁸ DUFF, 2005 p. 2

²⁹ JONES, 1972 p.88

e o declínio da República Romana³⁰. Ainda segundo o autor, a fundação de Roma teria sido tema de interesse para os gregos, pelos empréstimos de suas lendas e tradições e do desejo em reconciliar cronologias conflitantes e dar uma explicação racional aos mitos³¹.

Sobre o período da República Romana, Plutarco parece ter um interesse especial, pois cerca da metade de suas biografias romanas são retiradas do último século da república dos Gracos a Antônio³², e Jones acredita que esse interesse deriva de um tipo de convicção de Plutarco, de que as virtudes romanas estavam em declínio devido aos maus exemplos dados por seus representantes políticos.

As *Vidas* consistem de 23 pares de biografias, mas 22 pares sobreviveram. Cada par traz uma personalidade política ou militar grega comparada com uma personalidade romana. O critério de comparação é baseado não apenas nas qualidades comuns dos biografados, mas também pelas similaridades das carreiras. As biografias variam em estilo e modos com o desenvolvimento do projeto e com as diferenças na evidência avaliada, começando no passado mítico (Teseu) e terminando com o fim da República (Julio César).

Ainda no gênero biográfico, o Catálogo de Lâmprias relembra outra série de *Vidas* que remontam aos primeiros Imperadores Romanos. Desta série, originalmente incluíam *Augusto, Tiberio, Cláudio, Calígula, Nero, Galba, Otho, e Vitélio*, apenas Otho e Galba sobreviveram. O Catálogo de Lâmprias trata Otho e Galba como um par. Plutarco tinha pouco mais de 20 anos nessa época e não há indicação da *Vida* do próximo Imperador, Vespasiano, o que sugere que a série foi completada sob os Flávios (69-96)³³.

A segunda compilação, a *Moralia* ou Ensaios Éticos e Morais, inclui trabalhos escritos de diversos gêneros (ensaios, diálogos, conversas familiares, cartas) e versam sobre os mais variados temas como: filosofia, política, ética, amor, amizade, educação, religião,

³⁰ *Idem* p.89

³¹ *Ibidem* p.89

³² *Ibidem* p.89

³³ LAMBERTON, 2001 p. 23

entre outros.

Ainda que as opiniões de Plutarco acerca da política estejam espalhadas pelas *Vidas* e pela *Moralia*, o autor beócio escreveu algumas obras de teor estritamente político como aquelas que falam em particular sobre a figura do governante: *Sobre a necessidade de que o filósofo converse especialmente com os governantes* (*Maxime cum principibus philosopho esse disserendum* 776a-779c); *A um governante sem instrução* (*Ad principem ineruditum* 779d-782f). Outras ainda versam sobre a administração das cidades gregas no Império Romano: *Sobre se o ancião deve intervir na política* (*An seni sit gerenda respublica* 783b-797f); *Preceitos políticos* (*Praecepta gerendae republicae* 798a-825f) e finalmente o ensaio *Sobre a monarquia, a democracia e a oligarquia* (*De unius in republica dominatione, populari statu et paucorum imperio* 826a-827c) cuja autenticidade é discutida por alguns estudiosos de Plutarco³⁴.

5.1. A Vida de Alexandre

A biografia de Alexandre traz uma ordenação muito similar às demais biografias, apresentando o nascimento, a ascensão à vida madura e a morte de seu biografado.

Nos cinco primeiros capítulos do livro, Plutarco se dedica a narrar o mítico nascimento de Alexandre e a traçar algumas considerações sobre o seu caráter, alternando a narrativa com contos que tem por objetivo evidenciar o comportamento do príncipe. Em seguida Plutarco mostra como foi a formação de Alexandre com Aristóteles³⁵ aludindo à

³⁴ Ver os trabalhos de Aalders, G.J.D. *Mnemosyne* 35 (1982) 72 e Alonso Nuñez, J.M. *Atene e Roma* 3 (1985), 32-36. Sobre os trabalhos que defendem a autenticidade desse ensaio ver Barigazzi "Note critiche...II" p. 73; Cuvigny, M. Na edição de *Plutarque. (Euvres Morales XI, 2. Traités 52-53*, Paris, 1984, e Caiazza, A. na edição *Plutarco, Monarchia. Democrazia. Oligarchia*, Nápoles, 1993, p. 7-12, também as análises de Carsana, A, *La teoria della "costituzione mista" nell'età imperiale romana*, Como, 1990, p. 47-53, e Teixeira, E. "Démocratie et monarchie chez Plutarque", *Dial. D'Hist. Anc.* 21 (1995), 139-146 *apud* Plutarco. *Obras Morales y de Costumbres*. Vol X. Madrid: Biblioteca Clasica Gredos, 2003.

³⁵ *Vida de Alexandre* 7-8

questão do governante instruído e filósofo, para então, a partir do capítulo XI, narrar a ascensão de Alexandre ao trono da Macedônia.

A narração das guerras da Ilíria e da Grécia alternam-se com as várias digressões de Plutarco sobre o dubio caráter de Alexandre, como o tratamento a Timocléia, cativa da batalha de Isso³⁶ e a destruição de Tebas, incluindo a morte de muitos tebanos³⁷, e marcam o estilo de escrita de Plutarco, que utiliza anedotas para ilustrar as virtudes e vícios de seu biografado.

Nesse sentido, a biografia mostra um Alexandre mais humano, propenso a erros e acertos, mas com uma capacidade de arrependimento, como nos episódios do incêndio do palácio de Dário em Persépolis e o assassinato de Clito. A *Vida* também retrata um Alexandre supersticioso, perturbado e cheio de desconfianças, se tornando violento e despertando o medo em seus companheiros³⁸.

Essa violência é muito bem marcada na narrativa, relacionada ou não com sua embriaguez. Entretanto, todos esses eventos são de alguma forma atenuados por anedotas que vêm em seguida; assim, há uma tentativa de sensibilizar o leitor, fazendo com que este julgue favoravelmente as decisões de Alexandre.

5.2. Os Tratados Sobre a Virtude ou a Fortuna de Alexandre Magno

Acredita-se que estes tratados estejam em conexão com o *De fortuna romanorum*, que é um outro tratado plutarquiano que aborda sobretudo a virtude adicionada à grande sorte (*fortuna*) de Roma³⁹. O que sugere, porém, que a grande sorte de Roma foi o azar de Alexandre, contradizendo inclusive os tratados em favor do rei macedônio, pois se Alexandre

³⁶ *Idem* 12.2

³⁷ *Idem* 11.1-6

³⁸ *Idem* 75.1

³⁹ *De. fort. rom.* 316f

não tivesse morrido prematuramente, ele teria tempo de concretizar seus planos⁴⁰.

No primeiro desses tratados, Alexandre é apresentado como filósofo, modelo de *paidéia* grega, cujas virtudes, mais que a sorte (*fortuna*), são responsáveis por sua grandeza de alma e pelo sucesso das conquistas. O segundo tratado, ainda exalta suas virtudes, como a frugalidade, a temperança e a tenacidade nas conquistas militares. O peso e a magnitude de suas ações eram as marcas de um homem que possuía virtude, senso e inteligência⁴¹.

Para Wardman, os tratados *Sobre a fortuna* apresentam um Alexandre superior aos filósofos do passado⁴², como Sócrates e Platão, “em oposição aquilo que fez Alexandre um exemplo de tudo o que um filósofo não é”⁴³.

Ao mesmo tempo a virtude (*areté*) e a sorte (*tyché*) de Alexandre também são tratadas nos discursos, muitas vezes aparentando contradição. As virtudes de Alexandre são as responsáveis por suas conquistas e glórias⁴⁴, entretanto a sorte não deixa de influenciar favoravelmente o herói⁴⁵.

Esses discursos também não mostram como nas *Vidas*, o lado sombrio de Alexandre. Suas fraquezas são praticamente esquecidas. Plutarco nada fala sobre a destruição de Tebas, ou do incêndio do palácio de Persépolis ou do assassinato de Clito. O seu gosto pela bebida é minimizado⁴⁶ e somente de Filotas, Plutarco volta a comentar nos discursos, dizendo que Alexandre passou sete anos suspeitando de sua traição⁴⁷ sugerindo que o rei não se precipitou em julgá-lo.

O tom apologético dos discursos é muitas vezes tomado como resultado de um exercício retórico, cujo propósito é mostrar a ação “civilizatória” de Alexandre, domesticando os bárbaros da Ásia e levando a eles a paz e a justiça. Entretanto, discute-se ainda se esses

⁴⁰ *Idem* 326a

⁴¹ *De Alex. fortuna* 337e-f

⁴² *Idem* 328d-e

⁴³ WARDMAN, A.E. *Plutarch and Alexander*. CQ, V, XLVIII, 1995, p. 96

⁴⁴ *De Alex. fortuna* 326f; 335f

⁴⁵ *Idem* 329d-e

⁴⁶ *Idem* 337f

⁴⁷ *Idem* 339f

tratados são apenas exercícios retóricos ou se sua proposta faz parte de um discurso recorrente ao I século, que encontra eco nos trabalhos de Dion Crisóstomo nos discursos II (Alexandre e Diógenes) e IV (Alexandre e Felipe) e o *Panegírico* de Plínio o Jovem.

Segundo Oliveira,

“Plutarco apresenta Alexandre como modelo de rei ideal. Dion Crisóstomo, define em Alexandre as virtudes do bom rei, visando escrever sem rupturas a história do Principado na tradição cultural helênica e faz admitir aos gregos, seus contemporâneos, que um bom imperador pode ser, como Alexandre, um rei civilizador que ama todos os homens de seu império, não distingue ninguém entre vencedor e perdedor, reconhece a lei, o *nomos* divino. Quem respeita esta lei é livre e racional, quem a menospreza é um louco ou escravo. É importante constatar a perfeição das virtudes atribuídas a Alexandre, que anunciam e definem de antemão heróis e comparações homéricas, a mesma superioridade que é reconhecida em todos os filósofos, todos os políticos da antiga Grécia, prefiguram sem dúvida alguma o ideal real que os contemporâneos querem ver incorporados na pessoa de Trajano”⁴⁸.

6. Algumas reflexões sobre Plutarco e a identidade grega no Principado

Nos últimos anos têm-se confirmado o crescente interesse pelo estudo das questões sobre a construção de uma identidade grega nas obras de Plutarco, mais especificamente nas *Vidas*. Essa condição se deve ao fato de Plutarco ter pareado personagens romanos e gregos incitando não apenas as comparações referentes ao caráter de seus biografados, mas também comparações entre o mundo grego e o mundo romano.

Para alguns autores⁴⁹ Plutarco fez essas comparações pensando na superioridade da cultura grega frente aos romanos, que só podem ser entendidas a partir da *paideia*, vista tanto como educação da elite quanto a cultura partilhada por esse mesmo grupo. A *paideia* dessa forma fortalece a identidade e a autoridade política dessa elite grega porque é ela que os diferencia da população inculta e incivilizada⁵⁰. E Plutarco fazendo parte dessa elite *paideia* procurava construir ou mesmo reforçar a identidade de seu grupo a partir do passado grego

⁴⁸ OLIVEIRA, 2001 p.145

⁴⁹ RUSSELL, 1966; SWAIN, 1990.

⁵⁰ PRESTON, 2001 p.90

eternizado em seus textos literários e atividades culturais. Ele emerge, dessa forma, como herdeiro e guardião da cultura clássica, com o objetivo de conservar a memória grega, principalmente dos tempos mais florescentes, fornecendo modelos dessa identidade como, por exemplo, Péricles.

Silva acredita na possibilidade de pensar a composição da obra de Plutarco “como um movimento de preservação da cultura literária helena”, pois como a autora verificou a maior parte das fontes citadas por ele fazem parte da tradição literária grega⁵¹.

Entretanto, um rápido olhar sobre a vida de Plutarco nos sugere que o autor não compartilhava apenas de uma identidade grega, mas de várias identidades, pois uma inscrição de Delfos indica que ele adquiriu a cidadania romana, também que ele era um dos sacerdotes do templo de Apolo e membro da liga Anfictiônica de Delfos. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo, ele estava conectado com o poder romano, era envolvido com as questões religiosas de Delfos e com as questões administrativas de uma instituição pan-helênica⁵².

Arelado a isso, a obtenção da cidadania romana e os altos postos que Plutarco desempenhou sugerem o compartilhamento de interesses da aristocracia grega com o poder imperial, indicando que havia diálogo e mais que isso, que a elite provincial negociava com Roma o poder político local. O Império Romano criou novas modalidades de identidade, especificamente pelo acesso das elites provinciais à cidadania romana, que foram inseridas às extensas redes de contatos dos romanos.

Pensando nesse contexto é que acreditamos, com base nas reflexões de Jones, que Plutarco não escreveu suas obras com o interesse conciliatório nem diplomático, já que não havia o quê conciliar, pois Plutarco era amigo de romanos poderosos como Sosius Senecio⁵³. Mas para o autor, isso não quer dizer que as antigas tensões envolvendo gregos e romanos

⁵¹ SILVA, M.A.O. *Memória e Identidade em Plutarco*. In. : *Memória e Festa*. Fábio de Souza Lessa e Regina Maria da Cunha Bustamante (org). Rio de Janeiro : Mauad, 2005 p. 460

⁵² PRESTON, 2001 p.89; JONES, 1972 p.25-26

⁵³ JONES, 1972 p.108

tinham desaparecido, pois assim como existiam gregos simpáticos a Roma, existiam os que criticavam o poder romano. Essa admiração que Plutarco tem por Roma, por outro lado, como afirma Jones, não cega o seu senso crítico, nem o imiscui de apontar os excessos a que a sociedade romana se deixava levar⁵⁴. Entretanto, a sua crítica não o coloca em posição hostil a Roma, e ele nem as faz como um estrangeiro, mas como um homem que tem simpatia e influência nos círculos do governo⁵⁵.

Para Preston, entretanto, com base em seu estudo sobre as *Questões gregas* e as *Questões romanas*, esses tratados podem ser interpretados como conciliatórios, devido à análise que Plutarco faz dos costumes romanos, como por exemplo, aceitar que o sucesso de Roma se devia ambas à virtude e à fortuna⁵⁶. Para a autora, Plutarco não enxergava os romanos como bárbaros, mas como estrangeiros civilizados à moda grega⁵⁷, dessa forma ele distinguia gregos, romanos e bárbaros.

Whitmarsh também acredita que Plutarco usou esses três critérios diferentes para dividir o mundo, e isso, segundo o autor, pode ser bem visualizado na *Vida de Alexandre*, onde em muitos momentos o próprio Alexandre foi julgado sob a ótica grega e considerado em muitos aspectos um bárbaro. Para os gregos, mesmo que a Macedônia tenha absorvido muito da *paideia* helênica ela não era grega em sua essência. E isso de alguma forma justifica a decadência de Alexandre.

Ainda segundo Whitmarsh, no caso romano, os problemas aumentam, pois apesar de algumas *Vidas* apresentarem algumas figuras romanas sendo mais positivas que outras gregas, isso não quer dizer que gregos e romanos tenham valores iguais. Isso porque Plutarco se mostra parcial analisando o mundo romano a partir de um vocabulário grego. Mas essa relação que os gregos tinham com os bárbaros não era a mesma que os gregos tinham com os

⁵⁴ *Idem* p.122

⁵⁵ *Ibidem* p.122-123

⁵⁶ PRESTON, 2001 p.92

⁵⁷ *Idem* p. 115

romanos, e Plutarco não via os romanos como um povo inferior ao grego, mesmo os analisando sob sua ótica. O que desmente essa suposição de Whitmarsh, é o fato de Plutarco apresentar em algumas biografias, romanos que tinham melhor caráter que outros gregos biografados, como por exemplo, Paulo Emílio.

Entretanto, acreditamos que Plutarco apesar de se ver como grego, pelo sentimento de pertencer à Grécia por nascimento e pela língua, ele também se via como parte integrante do Império Romano. Portanto, Plutarco não olhava Roma de fora, mas como habitante do império e cidadão romano, pois seus interesses estavam diretamente conectados aos negócios do império, uma vez que a segurança das províncias dependia exclusivamente de sua saúde. Atitude provavelmente atribuída ao temor de uma nova guerra civil.

7. A Vida de Alexandre: proposta política ou moral?

Sabemos que a história nasceu a partir da necessidade de conservar a memória de um passado heróico (seja ele sobre uma grande guerra ou sobre homens importantes), de registrar os acontecimentos cronologicamente, e mais importante, de exprimir uma interpretação daquele fato, dessa forma a história⁵⁸ como narrativa do passado apresentava uma utilidade, pois do contrário não se diferenciaria de qualquer outro texto escrito em prosa.

Para justificar o porquê estava escrevendo as biografias de homens que se destacaram na História, Plutarco, na biografia de Timoleão e Paulo Emílio, escreveu:

“Eu comecei escrevendo biografias para os outros, mas eu continuei e cresci preso a elas por mim mesmo;... as virtudes desses grandes homens me servem como um espelho em que eu posso ver como afinar e fazer mais generosa minha própria vida”
(*Vida de Timoleão* 1-3)

E ainda em Péricles:

⁵⁸ Baseados em nossas considerações sobre História e Biografia, tomamos como históricas as narrativas de Plutarco.

“a virtude com seus feitos nos coloca ao ponto de uma situação tal que, ao passo que estamos admirando as obras, desejamos imitar seus autores. [...] A beleza autêntica atrai ativamente e cria dentro de nós um impulso à ação, formando o caráter do espectador não com a imitação e sim com o conhecimento profundo de sua obra, que induz a preferi-la”. (*Vida de Péricles* 2.3-4)

Assim, a justificativa de Plutarco para escrever suas *Vidas* baseava-se na antiga idéia de função da história, remetendo-se à Tucídides e a Heródoto, frequentemente expressada em termos de uma oposição entre utilidade e prazer, mas sempre em detrimento do prazer.

Segundo Momigliano, “a relação exata entre satisfação e utilidade, bem como o tipo de satisfação e utilidade haviam sido objeto de disputa e de preferência pessoal, pelo menos desde que Tucídides acusou Heródoto de colocar deleite antes da instrução”⁵⁹. Porém nem mesmo Tucídides deixou de ser cuidadoso com a sua narrativa.

Plutarco, segundo Duff, se fixa dentro dessa tradição historiográfica que enfatiza “utilidade” mais que “prazer” como seu objetivo principal pelo uso de uma estrutura paralela, que convida o leitor a identificar similaridades entre *Vidas* (gregas e romanas) vividas em diferentes meios, e concordamos com o autor a esse respeito; porém, discordamos da idéia de que essa utilidade é moral mais que política ou militar⁶⁰.

Porém, é precipitado pensar que Plutarco esperasse inspirar pela imitação, e conseqüentemente, educar toda a comunidade de cidadãos sem visualizar um grupo em particular. É aí que está a diferença entre Platão e Plutarco, o primeiro visava a educação de todos, o segundo visava a educação daqueles que se voltariam para a política. Pois para Plutarco, a política era uma atividade essencial na vida de um homem, vista também como elemento próprio de uma aristocracia⁶¹ que por nascimento possuía uma *areté*, uma excelência.

Portanto, essa tendência de visualizar Plutarco como moralista preocupado em

⁵⁹ MOMIGLIANO, 1988 p. 190

⁶⁰ DUFF, 2005 p.53

⁶¹ *Praec. ger.* 798A-b

restituir os valores religiosos e morais da cidade, a partir do pensamento que a sociedade romana sofria com a decadência das virtudes e dos valores tradicionais é uma construção tardia da historiografia greco-romana.

Segundo Le Goff, a antiguidade desconhecia o sentido de decadência justamente por que desconhecia o sentido de progresso, podendo apenas ser percebida de uma perspectiva religiosa⁶², especificamente no crescimento do cristianismo, que surgiu supostamente para suprir toda essa carência de valores morais. Além disso, a noção mais próxima de moralidade que os gregos antigos e da época de Plutarco possuíam era de *areté* (virtude ou excelência), conceito bastante amplo e que iremos estudar mais detalhadamente no quarto capítulo dessa dissertação.

Assim como Platão, Plutarco enxergava a decadência sob a lente da filosofia política, onde “a atração pelo prazer traz o desprezo pelo bem e conduz à corrupção e à desordem, nas técnicas e ofícios, nos costumes e na cidade. A perversão nascida da procura do prazer e, na sua forma mais perigosa, do proveito, conduz a uma sucessão de regimes decadentes: a aristocracia militar, a oligarquia mercantil e, depois, o seu intermédio democrático, a odiosa tirania”⁶³. Entretanto, somente uma excelente educação, aos moldes da *paideia* helênica, poderia vencer a injustiça e a impiedade e formar os guardiões de um novo Estado onde reinarão a justiça e a virtude.

A importância que tem a educação e a virtude moral (*etiké areté*) de um governante para Plutarco pode ser mais bem entendida se situarmos o momento histórico vivido pelo autor.

O advento do Império trouxe uma onda de tranquilidade às províncias orientais, entretanto, ao Império Romano encontrava-se uma Grécia submetida, desfrutando, é certo, de uma relativa liberdade política, mas à sombra de um Imperador, que poderia ser capaz de

⁶² LE GOFF, 1996 p.377

⁶³ MOREAU, J, 1972 p. 160 ("Platon", em Encyclopaedia Universaux, Encyclopaedia Unhersalis France, Paris, 1968-1975, vol. XIII. Mortier, R.) *Apud* LE GOFF: 1996 p.380

praticar os maiores excessos e as maiores crueldades.

Como testemunha de uma época governada por Nero e Domiciano, considerados os piores imperadores, Plutarco participou de um dos períodos mais difíceis do Império caracterizados pelo terror e pela instabilidade política. E isso, provavelmente, marcou profundamente a sua convicção política e moral, caracterizando seu estilo de escrita.

É nesse sentido que Plutarco pensa a educação e a filosofia, como mediadoras da virtude, que podem ser ensinadas ao governante por meio das instruções dos filósofos. Dessa forma, a preocupação de Plutarco com a atividade política, se justifica pelo seu interesse com o bem estar da coletividade, que só poderia se concretizar com um governo justo. E para esse governo ser justo era necessário um governante virtuoso, que apresentasse comprometimento e interesse pelos outros e que soubesse refrear suas paixões.

Por essa preocupação, Plutarco dedicou-se a escrever muitos ensaios sobre a virtude moral do governante, com o intuito de aconselhá-los nesse caminho perigoso, porém generoso, que é a atividade política. Pois no seu entender, a política requer desprendimento como nos filósofos, uma sólida formação e vocação⁶⁴.

O envolvimento na vida política para Plutarco, como bem notou Aalders⁶⁵ era “um fundamental modo de ser de um povo civilizado”⁶⁶ e concordamos com este autor neste aspecto. Entretanto, discordamos da idéia que Aalders sustenta de que a política para Plutarco era ditada por suas aspirações morais. Ao contrário, acreditamos que a política é que era o cerne de suas preocupações sendo balizada pela virtude (*aretê*), pois o governante deveria ser modelo exemplar de conduta, como Plutarco explicita nesse trecho:

“Tu, por tua parte, exercita e adequa teu caráter como se muitas vezes fosses viver em um teatro aberto ao público; e se não é fácil expulsar por completo o mal de tua alma, ao menos arranca e fecha os vícios mais aflorados e destacados. Seguramente, tens ouvido dizer que também Temístocles, quando estava pensando em dedicar-se à política, deixou as bebedeiras e que, descuidado, sóbrio e pensativo, contava aos seus parentes que o troféu de Milcíades não o deixava dormir. Enquanto Péricles

⁶⁴ *Praec. ger.* 798c

⁶⁵ AALDERS, 1982 p.6

⁶⁶ *An seni* 791c

realizou mudanças inclusive em sua imagem e modo de vida, consistentes em caminhar devagar, falar afavelmente, mostrar sempre o semblante circunspecto, guardar a mão dentro do manto e não andar por mais que um caminho, o que levava à tribuna e ao conselho”. (*Praec. ger.* 800b-c)

O governante, portanto, deveria ser equilibrado e não poderia pender a excessos que o levariam facilmente à tirania ou a cometer erros graves, que prejudicariam a vida de toda a comunidade.

Plutarco recomenda a vida engajada, elogia o indivíduo que participa das atividades políticas, e mais, ele admira líderes e chefes de estado e gasta muito tempo da sua vida pensando e escrevendo sobre eles. Seu pensamento político se reflete na escolha dos seus biografados. Plutarco admira Platão, Aristóteles e Zenão, mas não escreveu biografia alguma sobre esses filósofos.

A escolha de Plutarco abrange uma seleção de homens que se eternizaram na História exercendo as funções de legisladores, estadistas e generais, todos eles envolvidos com as grandes questões do Estado e da política, que vão da época helenística, passam pela República Romana e culminam com o Império. Personalidades como Cícero e Demóstenes, por exemplo, nas *Vidas*, são tratados como políticos e não como pensadores ou figuras literárias⁶⁷.

Ele faz uma conexão entre teoria e ação política criticando abertamente o filósofo teórico⁶⁸ como o fez também Cícero em *De Re Publica*. Por isso, o alvo freqüente das críticas de Plutarco eram os epicuristas e estóicos, pela sua característica politicamente inativa e contemplativa, pois muitos deles se abstinham da vida pública⁶⁹. Essa crítica pode ser encontrada em algumas obras que Plutarco escreveu sobre os estóicos: *Que os estóicos dizem coisas mais extravagantes que os poetas* (*Compendium argumenti Stoicos absurdiora poetis dicere*), *As contradições dos estóicos* (*De Stoicorum repugnantiiis*) e *Das concepções comuns*

⁶⁷ AALDERS, 1982 p. 8

⁶⁸ *De Alex. fortuna* 328e

⁶⁹ *De Stoic. repug.* 1033b-c

entre os estóicos (De communibus notitiis adversus Stoicos); e sobre os epicuristas: (Non posse suaviter vivi secundum Epicurum). Entretanto, a análise dessas obras não faz parte do escopo deste trabalho. Mas, há ainda um outro tratado *Sobre a virtude moral* (De virtute morali) que se acredita que Plutarco o tenha escrito com o objetivo de criticar os estóicos⁷⁰. De qualquer forma, esse tratado se mostra importante por acrescentar nosso conhecimento sobre o que Plutarco pensava sobre a virtude e teremos a oportunidade de analisá-lo.

O enfoque de Plutarco é a atuação política, cujo fim deve ser o bem comum⁷¹, alcançado por meio de uma moral que é representada pela prática das virtudes e pela abstenção dos vícios, como ele exemplifica nas *Vidas*. Dessa forma, as *Vidas* são um tipo de extensão prática de seu pensamento teórico, político e filosófico. Pois, elas foram escritas como o último grande projeto do autor, produto de sua vida madura e politicamente engajada.

8. Os leitores de Plutarco

Pensando, portanto, que Plutarco traçou uma proposta baseada numa virtude política, criando narrativas que seriam construtivas para seus leitores, é aí que nos perguntamos: para quem Plutarco escrevia? Quem eram os seus leitores originais?

Para Duff, Plutarco não escreveu para a aristocracia local de seu tempo, pois o material contido nas *Vidas* não refletia os questionamentos contemporâneos, ou seja, não era possível que os homens de seu tempo, que ocupavam cargos políticos importantes pudessem imitar os feitos políticos ou militares de um Péricles ou de um Fábio Máximo, porque o tipo de administração atual era muito diferente daquele clássico contido nas *Vidas*⁷². Essa

⁷⁰ Sobre a finalidade de Plutarco ter escrito o tratado *Sobre a virtude moral* Ver ZIEGLER, Konrat *op. cit.* p.133-134 *apud* “Introducción”. In.: _ *De virtute morali*. Traduzido por W.C.Helmbold. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1957 p.32.

⁷¹ *Praec. ger.* 799A

⁷² DUFF, 2005 p.66

administração atual era ditada pelo Império Romano.

Portanto, para o autor, as *Vidas* foram escritas visando qualquer leitor que quisesse se inspirar nas atitudes de grandes homens, sugerindo que este tipo de moralismo fosse implícito, por meio de exemplos, mas sem uma intervenção (julgamento ou crítica) do autor. E nesse sentido, Duff acredita que Plutarco não segue muito bem o paradigma de que o historiador deveria guiar apropriadamente seus leitores por meio de respostas corretas à estes exemplos, e deixa o leitor tecer as suas próprias considerações e julgamentos, assim, para o autor, as mensagens contidas nas biografias poderiam ser duvidosas.

Essa argumentação se torna falha ao lembrarmos que todos os biografados de Plutarco eram homens conhecidos por seus leitores, e estes sabiam exatamente quais eram os homens moderados e quais eram os desregrados, quais governantes viraram tiranos e quais defenderam a república.

De fato, não sabemos a abrangência nem a extensão que os princípios éticos e políticos de Plutarco atingiram, ou seja, quais leitores poderiam participar das mesmas idéias de Plutarco. Entretanto, podemos trabalhar com uma hipótese, que não é deduzida sobre toda a população de leitores da época de Plutarco, mas sobre grupos que partilhavam os mesmos interesses do autor beócio.

Para jogar luz à essa questão, novamente teremos que recorrer ao contexto plutarquiano. Sabemos por meio da documentação existente, e pelo pouco que o próprio Plutarco escreveu sobre si mesmo, que ele fazia parte de um reduzido número de bem nascidos, e como tal, teve a oportunidade de concluir seus altos estudos e se lançar à vida política de sua cidade.

Plutarco desempenhou muitos cargos políticos e os fez até a velhice. Como um político conhecido e de prestígio, mantinha relações políticas com a aristocracia provinciana local e com a aristocracia romana. Portanto, Plutarco pertencia à aristocracia por nascimento e

estava “autorizado” a produzir e a reproduzir o discurso de seu grupo, pois de acordo com Bourdieu “não falamos a qualquer um; qualquer um não ‘toma’ a palavra”⁷³.

Se levarmos em consideração as relações de produção e publicação de um texto literário, veremos que essa produção dependia previamente da análise de aceitação do público, ou seja, o consumo do público é quem dita as normas de produção. E o público Plutarquiano, *a priori*, eram os seus *amici*⁷⁴ próximos.

Se formos um pouco mais além, e pensarmos nas questões relativas à publicação de uma obra e o alcance de seu acesso na sociedade grega e romana do I século, veremos que os escravos e a população comum, comerciantes e agricultores, incluindo as mulheres, tinham pouco acesso à leitura. Adicionada a isso, não podemos esquecer da restrita circularidade das obras literárias da época, que atingiam sobretudo os círculos de amizades de Plutarco. Devido a esses fatos, se reduz drasticamente o número de pessoas que tinham o poder de ler a produção escrita da época.

Esse grupo reduzido de “leitores ideais” concebido por Plutarco, era composto basicamente de homens, bem nascidos, que como o autor concluíram seus estudos, e, estavam engajados nas atividades políticas e também militares de suas cidades.

Isso não quer dizer que há uma rigidez das relações de produção e publicação de acordo com hierarquias sociais, uma vez que o acesso às obras pode ultrapassar essas barreiras, mas existem sim procedimentos de exclusão inseridos nessas relações, que se não dificultam o acesso às obras proíbem-no de uma vez, como a língua em que a obra foi escrita, o tema da obra, o uso de uma escrita simples ou elaborada, o uso de figuras de linguagem, entre outros.

Em Roma, no I século, por exemplo, indivíduos que dominavam a língua grega, tanto a fala quanto a escrita, eram considerados indivíduos cultos, que gozavam de uma alta

⁷³ BOURDIEU, 1983.

⁷⁴ Entendendo o conceito de *amicitia* como uma forma de reunião de pessoas pertencentes a um grupo social semelhante e com mesmos privilégios.

educação e eram provenientes da aristocracia. Só o fato das obras de Plutarco terem sido escritas em grego limita ainda mais o livre acesso à leitura, entretanto não a proíbe, uma vez que existiam estrangeiros e escravos em Roma que falavam e liam o grego.

O que queremos enfatizar, não é o alcance das obras plutarquianas, Entretanto, o que fortalece a argumentação de que Plutarco teria escrito para seus contemporâneos, bem nascidos, gregos e romanos que como ele ocupavam cargos públicos, é o conteúdo de alguns tratados de teor político (*Sobre a necessidade de que o filósofo converse especialmente com os governantes; A um governante sem instrução; Preceitos políticos*) claramente endereçados àqueles que tinham o poder: magistrados, chefes militares, e poderia se pensar inclusive nos imperadores. Visto que autores contemporâneos a Plutarco como Plínio, o jovem que escrevera o *Panegírico de Trajano* e Dion Crisóstomo que escrevera os *Discursos*, alguns destes em favor do mesmo imperador, ambos tomaram como imagem de *princeps* ideal Alexandre Magno.

O teor desses tratados gira em torno da idéia da virtude e da educação filosófica dos governantes, baseado sobretudo em Platão, mas que também encontram consonância com o pensamento de Isócrates, dos pitagóricos e dos estóicos sobre a qualidade e os deveres dos governantes.

O discurso contido nesses tratados segue o modelo de pensamento de outros autores contemporâneos a Plutarco como Dion Crisóstomo e Sêneca, reafirmando que o discurso Plutarquiano, embora apresente estilo próprio, não é individual e sim coletivo, representando todo o pensamento de um grupo.

Segundo Oliveira, se olharmos para toda a literatura romana, produzida desde o final da época de Augusto até Trajano, observaremos um grande número de autores literários engajados, “simultaneamente produtores e vetores da ideologia imperial. O engajamento sugerido deve ser entendido à luz dos significados que as obras literárias têm enquanto

veículos das mensagens necessárias à formação da opinião pública romana, entendendo-se por pública, neste caso, o conjunto de representações políticas ligadas à imagem do poder de Roma”⁷⁵.

Literatos como: *Petrônio* e *Sêneca*, que viveram ao longo dos governos de Tibério, Cláudio e Nero; *Plínio, o Velho*, que viveu ao longo dos governos de Nero e de Vespasiano, passando pela crise de 69; *Plínio, o Jovem*, *Tácito*, *Suetônio* e *Juvenal*, que são contemporâneos e viveram toda a época dos Flávios e os governos dos primeiros Antoninos - Nerva, Trajano e Adriano. No conjunto, esse grupo de autores representa grande parte da produção de todo o século I d.C. e esse mesmo grupo vivenciou, “como testemunho da realidade social concretamente vivida, as peripécias do Principado desde a sua origem”⁷⁶.

Entretanto, não são todos esses autores que escrevem sobre o seu próprio tempo, como *Petrônio*, que faz importante crítica à principal personagem do *Satiricon*; como *Sêneca*, filósofo cínico-estóico que divide sua produção intelectual em duas fases: a fase da apologia do *quinquennium* neroniano e a fase da crítica aos métodos e às práticas adotados pelo imperador Nero, principalmente em seu tratado sobre o tempo *De brevitae vitae*; e também como *Plínio, o Jovem*, que retrata o cotidiano da sociedade patrimonial em Roma em seus 9 livros de cartas⁷⁷.

Mas todos esses autores escreveram dentro desse contexto do I século, imprimindo em suas obras todo o sentimento dessa época, como fez o autor grego *Dion Crisóstomo* em alguns de seus discursos em favorecimento ao Imperador Trajano, e o próprio *Plutarco*.

As *Vidas* proporcionam um retrato político e moral, de personagens históricos que apresentam vícios e virtudes, servindo de modelo para seus leitores. A imitação ou a rejeição desses modelos dependerá exclusivamente da apreensão de seu leitor, que estará de acordo

⁷⁵ OLIVEIRA, 2001 p.53

⁷⁶ *Idem* p.54

⁷⁷ *Ibidem* p.54

com a sua própria formação, por isso o grande interesse que Plutarco demonstra na formação dessa aristocracia, como ele deixa claro no grupo de tratados referentes à educação dos jovens (*A educação das crianças; Como os jovens devem ouvir os poetas; Como ouvir; Sobre a virtude e Sobre a música*) e principalmente no tratado *Sobre um governante sem instrução*.

Dessa forma, não é justo dizer que Plutarco não faz nenhum paralelo das *Vidas* com a vida contemporânea, que o autor está à parte do movimento político dentro de uma província grega, a Queronéia, e principalmente do Império. Pensar que Plutarco estava à parte da atividade política somente porque ele não se dirige diretamente a um imperador ou a qualquer senador, é desconhecer as profundas relações que as províncias mantinham com Roma e, é, sobretudo, desprezar todo seu contexto e as condições de sua produção literária.

9. A virtude e a educação do governante no Principado

9.1. Conceito de *areté*

Embora nosso foco de análise se centre na questão da virtude para Plutarco, é interessante que trabalhemos um pouco o conceito de *areté* ainda na Grécia clássica, como forma de entendermos a importância de seu significado para os gregos, mesmo para aqueles que estavam inseridos no mundo romano do Século I e II d.C.

O termo *areté*, de uma forma geral, refere-se às qualidades ou méritos de algo ou alguém. A tradução mais usual para o termo *areté* é a palavra virtude ou o seu plural *aretai*, virtudes. Embora nos dias de hoje, a palavra virtude traga uma conotação moral carregada de elementos cristãos, ela pode ser usada para transmitir o conceito de *areté*, desde que tenhamos em mente que virtude não se refere especificamente às qualidades éticas, como salientou Werner Jaeger “o termo virtude na sua acepção não atenuada pelo uso puramente moral, e como expressão do mais alto ideal cavaleiresco unido a uma conduta cortês e distinta e ao

heroísmo guerreiro, talvez pudesse exprimir o sentido da palavra grega”⁷⁸.

A noção de *areté* também é, frequentemente, associada a palavra *agathós*, que pode designar igualmente o nobre, o aristocrata, mas também o homem que tem valor e coragem. Porém, se traduzida como bom, pode levar a algumas confusões, pois seu sentido básico não é moral. Na poesia heróica, por exemplo, é adequado dizer-se de um homem que ele é *agathós* se ele tem valor, valor que se refere à coragem guerreira ou a certas habilidades⁷⁹. Em suma, *areté* designa a coragem, a bravura e a força, mas acima de tudo significa simplesmente excelência, excelência do corpo, excelência da alma.

Entretanto, há algumas discussões⁸⁰ em torno do conceito de *areté* que afirmam seu conceito funcional dentro da sociedade grega clássica, onde todos poderiam ter uma *areté*, incluindo mulheres, crianças, animais e os escravos, de acordo com essa passagem de Platão, em Meno:

“[...] se quer a virtude de um homem, é fácil dizer que esta consiste em ser capaz de dirigir habilmente as relações da cidade, [...] a virtude da mulher, não é difícil responder que é necessário que ela administre bem o lar, conservando o que está em seu interior e sendo obediente ao marido. E outra há de ser o da criança, seja homem ou mulher, outra a do ancião, livre ou escravo. E há muitas outras virtudes, de maneira que não existe problema em dizer o que é a virtude. Em efeito, segundo cada uma de nossas ocupações e idades, em relação com cada uma de nossas funções, se apresenta a nós a virtude, da mesma maneira que se apresenta o vício” (71e-72a).

A mulher, por exemplo, tinha um tipo de *areté*, que era proporcional à sua posição na sociedade, entretanto, ela não possuía *areté* para gerir uma pólis, por exemplo. De acordo com Finkelberg, os gregos das épocas arcaica e clássica “moldaram sua concepção de uma pessoa fora das realidades da cidade-estado, a identidade daqueles membros era estritamente

⁷⁸ JAEGER, Werner. *Paidéia*. Os ideais da cultura grega. Trad. Artur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1986 p. 23

⁷⁹ BARROS, Gilda N. M. *Areté e cultura grega antiga* - pontos e contrapontos. Artigo pdf disponível na internet no endereço: <http://www.hottopos.com/videtur16/gilda.htm>.

⁸⁰ Sobre o conceito funcional de *areté* ver BALL, T. (Reappraising Political Theory: Revisionist Studies in the History of Political Thought. Oxford Clarendon Press, 1995) *Apud* FINKELBERG, M. (*Virtue and Circumstances: on the City-State concept of areté*. *AJPh* 123, 2002 p.35-49)

atribuído ao seu papel social de livres cidadãos”⁸¹.

Entretanto, é importante ressaltar que apesar de todos terem um tipo de excelência, o corpo cívico, formado por aqueles que participavam da cidadania, não coincidia com a totalidade da população, pois “*dirigir habilmente as relações da cidade*” era uma virtude indispensável para o cidadão da pólis, e esse era o motivo da procura dos ensinamentos sofistas pelos jovens das melhores famílias gregas⁸².

Como resultado de mudanças ocorridas no V século a.C; particularmente a entrada de cidadãos pobres (*thetes*) como membros ativos da comunidade em decorrência de suas honradas participações nas guerras pérsicas; a *areté* tornou-se objeto de discussão dos filósofos, diretamente estimulada sobre as contendas geradas em torno do alargamento das bases sociais da democracia ateniense⁸³.

Como foco da questão, discutia-se a possibilidade da virtude ser ensinada, já que os *thetes* tinham acesso às assembleias como resultado de uma situação de fato.

A questão de a virtude poder ser ensinada, em Platão ganhou relevo no seu *Protágoras*, onde o autor mostra o debate entre Sócrates e um importante sofista, Protágoras. Para Sócrates a virtude política não é um saber transmissível da forma como os sofistas a vêem, isto é, de uma forma técnica.

Do período helenístico ao império romano, a questão da *areté* e das virtudes ideais do cidadão povoou o pensamento de muitos filósofos e virou uma das questões centrais de muitas doutrinas filosóficas como o estoicismo, o epicurismo, o ceticismo e o cinismo. Esse mesmo debate foi feito por Plutarco, em seu *A virtude pode ser ensinada*, atestando a atualidade e a importância do pensamento platônico nas questões referentes à política imperial do primeiro século. É sobre a noção plutarquiana de virtude que vamos nos ocupar deste ponto em diante.

⁸¹ FINKELBERG, 2002 p. 37

⁸² *Idem* p.40

⁸³ *Ibidem* p.43

9.2. A virtude Plutarquiana

A questão da virtude para Plutarco está diretamente relacionada com a educação na medida em que essa é a responsável pelo refinamento e pela conduta correta de um indivíduo perante a sociedade. Dessa forma, para Plutarco, a virtude pode ser ensinada e lapidada por meio da educação e da filosofia.

No ensaio chamado *A virtude pode ser ensinada*⁸⁴ (*An virtus doceri possit*) Plutarco discute a possibilidade da Prudência, da Justiça ou do Bem Viver serem ensinados. Segundo o autor, atividades do cotidiano são aprendidas, como tocar um instrumento, dançar e ler, cultivar a terra e montar a cavalo, além de se vestir, servir o vinho e cozinhar⁸⁵. O Bem Viver para Plutarco depende de aprendizado e de habilidade, não podendo, portanto ser espontâneo. Apesar de essa obra estar incompleta, ela fornece alguns indícios sobre o pensamento de Plutarco acerca da virtude e pode ser complementada por outros trabalhos do autor.

Influenciado pelo pensamento platônico, Plutarco fundamenta nessa doutrina toda sua teoria de virtude, tanto a qualidade moral buscada nos governantes quanto a idéia de rei-filósofo. A influência platônica é uma herança de sua própria formação, pois como vimos anteriormente, Plutarco concluiu seus altos estudos na Academia em Atenas. E assim como Platão, Plutarco, em suas obras, associa diretamente a educação à justiça e à virtude e conseqüentemente à capacidade de governar a cidade justamente.

Essa analogia permite entendermos que para Plutarco, as ações de seus biografados ocorridas na esfera particular de suas vidas podem interferir em suas ações políticas na esfera pública, prejudicando a cidade com sua ingerência e inaptidão de governo.

⁸⁴ Infelizmente este ensaio está fragmentado ou mesmo inacabado. No Catálogo de Lâmprias essa é a obra de número 180

⁸⁵ *An virtus* 439b

Portanto, para Plutarco, assim como para Platão, quanto maior a educação de um governante, melhor será sua administração.

Um tratado em particular parece estar em conexão com àqueles dedicados à política e sua atividade em geral, chama-se *Sobre a virtude moral (De virtute morali)*. Neste tratado, influenciado tanto pelo pensamento platônico quanto pelo aristotélico (particularmente a *Ética a Nicômaco*) sobre a concepção da alma humana, Plutarco diferencia dois tipos de virtude, a virtude moral (*etike arete*) e a virtude contemplativa (*theoretike arete*)⁸⁶. A virtude moral tem a paixão como matéria e a razão como forma.

Para muitos autores⁸⁷, este tratado é uma crítica direta a noção estóica da natureza unitária da alma, e sua insistência sobre a insensibilidade das emoções ou até mesmo sua abolição (*apatheia*) como ideal⁸⁸.

Concordando com Platão e Aristóteles, Plutarco acreditava que a alma era dividida em duas partes: uma racional, a própria razão; e outra irracional, as paixões⁸⁹, sendo que a parte racional deveria governar o homem e sua parte irracional⁹⁰. Esse pensamento comprova o quanto as *Vidas* estão em consonância com os demais tratados de Plutarco, pois os seus biografados nunca são apresentados como totalmente bons ou totalmente ruins. Pelo contrário, parece-nos que o objetivo de Plutarco é enfatizar o embate entre a razão e a paixão na alma desses homens.

A parte irracional ainda era dividida em outras duas partes, uma concupiscível e outra irascível, de acordo com o conceito platônico de divisão tripartida da alma⁹¹. A concupiscência seria a parte irracional aliada somente aos desejos e às satisfações do corpo. O elemento irascível é a parte que reage emocionalmente ao senso de certo e de errado, e no

⁸⁶ *De virtute* 440d

⁸⁷ DUFF, 2005; ZIEGLER, *op.cit.*

⁸⁸ *De virtute* 446f-448c

⁸⁹ *Idem* 441d; 442a

⁹⁰ *Idem* 442a

⁹¹ Ver Platão *Rep.* 435a-b; 439e; 440d; 442a

indivíduo que ainda não foi totalmente corrompido, segundo Plutarco, é o elemento que faz o homem reagir diante das ações que são realizadas contra sua razão provocando nele a censura e a reprovação. Foi esse elemento que agiu sobre Alexandre ao assassinar Clito. O elemento irascível lhe deu forças para trespassar o corpo de Clito com o dardo e o fez cair em si através da culpa e do arrependimento.

Dessa forma, o caráter para Plutarco também é uma qualidade da irracional parte da alma, pois é moldada pela razão,

“que não deseja suprimir em absoluto a paixão, e sim impor um limite e uma ordem, e fazer nascer as virtudes morais (*etike arete*) que não são carência de paixão (*apatheia*), e sim proporção e meio termo das paixões” (*De virtute* 443c).

As paixões, sob sua ótica não devem ser suprimidas pois servem como exercício da virtude e precisam ser controladas pela razão⁹².

O caráter (*êthos*), por isso, modifica de acordo com o costume (*éthos*), para melhor ou para pior. Virtude se, por meio do hábito, o caráter for bem treinado, e vício se a paixão tiver sido mal instruída pela razão⁹³, ou seja, o indivíduo criado no meio dos vícios e dos prazeres, segundo o autor, possivelmente crescerá com essa impressão, e tenderá, na fase adulta, a praticar os mesmos vícios e faltas. Um exemplo pode ser encontrado na *Vida de Alexandre*, em relação ao gosto de Alexandre pela bebida, que pôde ser incutido ainda na infância, quando o príncipe presenciava as cenas de embriaguez do pai.

Por isso, o caráter para Plutarco é o hábito longamente continuado⁹⁴, e o seu treinamento deve ser iniciado ainda na juventude⁹⁵, “pois os jovens são impressionáveis e plásticos, e enquanto suas mentes ainda são tenras as lições são incutidas profundamente dentro delas”⁹⁶.

Isso explica o porquê, no pensamento plutarquiano, daquele indivíduo que

⁹² *Idem* 444b; 451c

⁹³ *Idem* 443d

⁹⁴ *Lib. educ.* 3a

⁹⁵ *Idem* 2f

⁹⁶ *Idem* 3e-f

recebeu pouca educação ser mais suscetível aos vícios e ao fracasso. Pois a educação resulta no poder do indivíduo de moderar suas paixões, logo, aquele que foi mal instruído, se rende mais fácil aos prazeres e aos desejos do corpo.

Pensando nessa questão, Plutarco escreveu um tratado intitulado *A um governante sem instrução* (*Ad principem ineruditum*), onde ele critica a atitude tirânica de governantes e reis que preferem mostrar sua grandeza não pela sabedoria e inteligência, mas pelo medo e terror⁹⁷. Plutarco afirma que a maioria dos governantes, sem razão, acredita que o primeiro privilégio de governar consiste em não ser governando⁹⁸, então ele aconselha que o governante deva governar a si mesmo antes de tudo, endereçar depois sua alma e estabelecer seu próprio caráter, para assim poder moldar seus súditos a ele⁹⁹, pois o governante que possui educação é sensato e tem dentro de si a voz que lhe fala e lhe aconselha¹⁰⁰.

9.3. Plutarco e a educação do cidadão

Como pudemos perceber, a questão da virtude para Plutarco está diretamente relacionada com a *paidéia* grega, ainda na mesma consonância com o pensamento platônico. Era por meio da *paidéia* que todos os valores sociais e religiosos eram transmitidos, unificando pelos costumes e pela forma de pensar todos os povos da hélade, adquirindo por isso, sentido de civilização. Assim na Grécia do período clássico, aqueles que tinham *areté* naturalmente tinham acesso a *paidéia*, ou educação como passaremos a nos referir a partir daqui, que era transmitida pelos sofistas, os responsáveis pela instrução dos jovens mediante pagamento.

Os sofistas ensinavam política e matemática, e a arte da retórica, o que lhes

⁹⁷ *Ad princ. iner.* 780a

⁹⁸ *Idem* 780c

⁹⁹ *Idem* 780b

¹⁰⁰ *Idem* 780d

confere uma posição de destaque na origem da educação helênica. Mas desde o princípio, como devemos ressaltar, a finalidade dos sofistas não era educar o povo, eles “põem seu ensino a serviço do ideal da *areté* política: equipar o espírito do cidadão para a carreira de homem de Estado, formar a personalidade do futuro dirigente da cidade”¹⁰¹.

No *Protágoras* de Platão, Sócrates pergunta ao melhor dos sofistas que qualificações o jovem deveriam adquirir se ele se tornasse seu discípulo, e Protágoras responde que:

“O próprio cuidado de suas relações pessoais, que ele tanto pode melhor gerir sua própria casa como também as relações do Estado, então como tornar o poder real na cidade, ambos como orador e homem de ação”¹⁰². (*Prot.* 318e)

Críticos do ensino sofista, Sócrates e Platão no IV século a.C., desenvolveram uma teoria pedagógica, em benefício da pólis e de seus cidadãos, baseada numa preocupação moral-política do futuro governante, ou seja, a educação deveria também buscar o aprimoramento espiritual, além daquele intelectual e técnico, baseado no discurso retórico, que os sofistas ofereciam.

Esse tipo de educação visava sobretudo, a formação global do indivíduo, no sentido amplo, formal e informal, por meio do estudo da literatura, da música, da retórica, da política, das ciências naturais e da filosofia. Não era apenas uma formação de conteúdo, mas primava o aperfeiçoamento do espírito.

N’A *República* Platão constrói um sistema educativo idealista baseado na verdade e na virtude do governante visando o benefício do Estado. Como Jaeger frisou, “Platão aspira realizar a verdadeira comunidade, como espaço dentro do qual se deve consumir a suprema virtude do Homem”¹⁰³.

“Opondo-se ao pragmatismo dos Sofistas, demasiado apegados à eficácia

¹⁰¹ MARROU, 1973 p. 83

¹⁰² Trad. do grego por W.K.C. Guthrie (*A History of Greek Philosophy*. Vol.3 Cambridge: Cambridge University Press, 1969) *apud* FINKELBERG *op. cit.* p. 41

¹⁰³ JAEGER, 1986 p. 549

imediate, Platão edifica todo o seu sistema educacional sobre a noção fundamental da verdade, sobre a conquista da verdade pela ciência racional”¹⁰⁴. A preocupação de Platão está baseada na compreensão da realidade por meio da filosofia e não mais no mito.

Dentre os conhecimentos ensinados, a música e a ginástica teriam papel preponderante na formação harmônica da alma, pois a união dessas duas naturezas criaria jovens corajosos e moderados. Neste ponto, Platão faz uma observação quanto às fábulas e aos poemas míticos de Homero e sugere que estes sejam excluídos da formação do jovem¹⁰⁵.

A educação, portanto, proposta por Platão deveria ser Universal, no sentido de perpassar todas as áreas de conhecimento, e deveria ser compromisso do Estado, ou seja, pública e gratuita, contrariando a formação sofística paga. Uma educação pensada integralmente, de modo que desenvolvesse todas as capacidades do indivíduo, não consistindo apenas numa formação técnica. Nesse sentido, a expressão *paidéia* assume um sentido muito mais amplo que o seu original “criação dos meninos”, podendo ser entendida como “cultura” e “educação”.

Nesse sistema, o modelo educacional de Platão supervaloriza a filosofia e desenha um tipo de governante virtuoso e justo, capaz de governar uma pólis harmônica e coesa com as necessidades de seus cidadãos. O filósofo idealizado por Platão é o único capaz de governar a cidade com justiça, pois é o que mais recebeu educação¹⁰⁶.

A educação, portanto, pensada por Plutarco é em muitos pontos, grandemente influenciada por essa teoria platônica, mas não podemos deixar de ressaltar que a educação helênica do V e IV séculos foi amplamente modificada em decorrência dos próprios eventos históricos. A influência da cultura romana também não pode ser desprezada, uma vez que temos que sempre nos lembrar que o mundo vivenciado por Plutarco une elementos gregos e elementos romanos.

¹⁰⁴ MARROU, 1973 p. 110

¹⁰⁵ *República*, III 387a

¹⁰⁶ TEIXEIRA, Evilázio F. B. *A educação do homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999 p.26

Para Plutarco, a educação era o bem mais precioso que um indivíduo poderia possuir. A boa educação adicionada ao treinamento apropriado auxiliaria e guiaria o indivíduo em direção à virtude (*aretê*) e à felicidade¹⁰⁷. O conjunto dos trabalhos de Plutarco voltados para a educação dos jovens, se endereçava àquelas crianças nascidas livres e que tinham, de preferência, um nascimento nobre. Embora esses trabalhos se refiram às crianças, é importante que tenhamos em mente que a antiguidade não pensava na criança como tal, mas como um futuro adulto, e, portanto, um futuro cidadão e governante.

Vejamos um trecho que exprime muito bem o pensamento de Plutarco:

“O nascimento nobre é uma coisa fina, mas é uma vantagem que é creditada aos ancestrais. A riqueza é tomada em respeito, mas ela é uma roda da fortuna, muitas vezes ela afasta a riqueza daqueles que a possuem, e a traz e apresenta àqueles que não a esperam... Reputação, entretanto, é imponente, mas instável. Beleza é altamente premiada, mas de vida curta. Saúde é uma valiosa possessão, mas inconstante. Força é muito admirada, mas é presa fácil para a doença e para a idade... Mas *paideia*, de todas as coisas no mundo é imortal e divina. Dois elementos na natureza humana são supremos – mente e razão. A mente exercita o controle sobre a razão, e razão é serva da mente, incombata pela fortuna, inexpugnável a calúnia, incorruptível pela doença, não é páreo para a idade”. (*Lib. Educ.* 5d-e)

O nascimento nobre era, então, um dos elementos essenciais na vida de um jovem, pois era um acesso à educação e a um futuro político promissor, mas as virtudes que o indivíduo alcançaria seriam frutos tão somente de seu próprio esforço, obtidos mediante o ensino e exercício diário. E essa sólida educação deveria iniciar-se ainda nos primeiros anos de vida, sob os cuidados da mãe e de pessoas aptas ao serviço pedagógico, como os pedagogos.

Aos pais Plutarco alerta sobre a boa educação, e os aconselha a acompanharem de perto os progressos de seus filhos, pois:

“Quais árvores não crescem tortas se elas são negligenciadas e provam infrutíferas? Contudo se elas recebem uma cultura apropriada, elas se tornam frutíferas, e levam suas frutas à maturidade. Que vigor físico não é afetado e finalmente arruinado por negligência, luxúria e má condição? Por outro lado, que corpo franzino não mostra um grande melhoramento no vigor se o homem exercita e treina a si mesmo? Que cavalos não se tornam obedientes para seus cavaleiros se eles são bem domados quando jovens, enquanto que se eles não forem domados eles resultam duros e inquietos?” (*Lib. Educ.* 2e-f)

¹⁰⁷ *Lib. educ.* 5c

Sob o seu ponto de vista nada deveria ser negligenciado, como o aleitamento materno e o carinho próprio das mães, funções que muitas vezes era relegado às amas¹⁰⁸. O comportamento reto que os pais deveriam ter tomando, por exemplo, o cuidado de não se envolverem com outras mulheres, cortesãs ou concubinas¹⁰⁹; ou serem flagrados bêbados pelos filhos¹¹⁰ também é mencionado. E ainda, aos pais, Plutarco alerta sobre a escolha de escravos e servos que deveriam servir de acompanhantes dos filhos. Estes não deveriam ter baixo caráter e nem serem “bárbaros” nos modos¹¹¹, e o autor conclui:

“Preceptores devem ser buscados por serem livres de escândalos, por serem irrepreensíveis em suas maneiras, e em experiência os melhores que possam ser encontrados. Pois receber uma educação apropriada é o princípio e fonte de toda a bondade” (*Lib. Educ.* 4b).

Tal como era Fênix, preceptor de Aquiles¹¹²; e Aristóteles, preceptor de Alexandre.

Porém, aos pais que privam os filhos de uma boa educação Plutarco adverte:

“Agora eu direi o que acontece a estes admiráveis pais quando eles educam mal seus filhos [...] alguns deles ocupam-se com adutores e parasitas, homens abomináveis de origens obscuras, corruptos e espoliadores da juventude, e outros compram a liberdade de cortesãs e prostitutas, orgulhosas e suntuosas em demasia; outros se lançam aos prazeres da mesa, enquanto outros se arruinam nos dados, e alguns finalmente tomam formas bestializadas, tais como o adultério e os decadentes bacanais, prontos a pagar com a vida por um simples prazer” (*Lib. Educ.* 5b)

Assuntos como o discurso demagógico produzido por aqueles que só têm o interesse de ludibriar as pessoas também era alvo das críticas de Plutarco. Somente uma sólida educação poderia afastar os jovens do exagero e dos disparates do discurso público, pois na ótica plutarquiana aqueles que praticam o discurso de um modo a prender o favor da multidão eram também, por sua vez, desregrados e repletos de prazeres¹¹³.

De todos os ensinamentos transmitidos ao jovem, a filosofia deveria ser a mais

¹⁰⁸ *Idem* 3c

¹⁰⁹ *Idem* 1b

¹¹⁰ *Idem* 1d-2a

¹¹¹ *Idem* 4a

¹¹² *Idem* 4b

¹¹³ *Idem* 6b

honrada¹¹⁴ e deveria estar à frente de toda a educação¹¹⁵. Pois de acordo com Plutarco, no tocante ao cuidado com o corpo, “o homem teria descoberto duas ciências, a médica e a ginástica”, uma implantaria a saúde e a outra fortificaria o corpo; mas para as enfermidades e danos da mente a filosofia era o único remédio¹¹⁶.

A filosofia, pois, para Plutarco ajudaria no discernimento daquilo que era honrável daquilo que era vergonhoso, daquilo que era justo e injusto, em resumo, daquilo que se selecionaria e daquilo que se esquivaria¹¹⁷. A filosofia igualmente balizaria os relacionamentos no sentido de como se deveria tratar o outro:

“como um homem deve manter suas relações com os deuses, com seus pais, com seus idosos, com as leis, com os estrangeiros, com as autoridades, com os amigos, com a esposa, com as crianças e com os servos” respondendo em seguida que o homem “deve respeitar os deuses, honrar seus pais, respeitar os mais velhos, obedecer às leis, priorizar aquele em autoridade, amar os amigos, ser casto com a esposa, ser afeiçoado com as crianças e não ser arrogante com os escravos; e mais importante de tudo, não se extasiar com o sucesso ou excessivamente se abater no infortúnio, não ser desregrado nos prazeres, nem impulsivo e grosseiro no temperamento” (*Lib. educ.* 7e)

Em relação à amizade, Plutarco vai ainda mais longe. O autor acreditava que as amizades eram também fontes de aprendizado, adquirido por meio da observação de homens virtuosos, por isso deveriam ser escolhidas levando-se em conta o caráter do amigo. O jovem deveria ser mantido longe de homens maldosos, particularmente dos adúladores¹¹⁸, pois,

“Não há classe de pessoas mais perniciosas que os adúladores, nem qualquer um que mais rapidamente proporciona ao jovem uma desagradável queda. Eles arruinam totalmente pais e filhos, trazendo a tristeza à velhice daqueles e à juventude desses, [...] Aos filhos que são herdeiros das fortunas dos pais recomendo sobriedade, os adúladores bebem excessivamente; aos pais recomendo autocontrole, os adúladores dissipam; aos pais frugalidade, os adúladores são extravagantes; aos pais produção, os adúladores são indolentes” (*Lib. Educ.* 13a-b)

Outro ponto a ser ponderado por Plutarco é o modo como pais tratam os filhos. Para o autor, os pais deveriam conduzir os filhos pelo encorajamento e pela razão, e não por

¹¹⁴ *Idem* 7c-d

¹¹⁵ *Idem* 7d

¹¹⁶ *Idem* 7d

¹¹⁷ *Idem* 7d-e

¹¹⁸ Há outro tratado plutarquiano intitulado *Da maneira de distinguir o bajulador do amigo*

maus tratos e pancadas¹¹⁹. O elogio e a repreensão deveriam ser alternados, pois que o elogio incitaria ao que era honrável enquanto que a reprovação afastaria o que era vergonhoso¹²⁰.

“Sábios pais podem, portanto, especialmente durante este tempo (a juventude), serem vigilantes e alertas, e trazerem o jovem à razão pela instrução, pelas ameaças, pelo apelo, apontando exemplos de homens que por meio dos gozos amorosos se tornaram envolvidos em infortúnios, e daqueles que, por meio de sua fidelidade, tiveram aprovados benefícios e boa reputação. Pois estas duas coisas – esperança de retribuição e medo da punição – são como devem ser os elementos da virtude” (*Lib. educ.* 12c)

Entretanto, para Plutarco, os pais não deveriam ser totalmente severos e austeros, pois que deveriam entrar em acordo com os filhos em alguns pontos, lembrando que aqueles já foram jovens também¹²¹. Então, os pais deveriam combinar a rudeza de suas censuras com a suavidade¹²² e deveriam tolerar infrações com a serenidade quando possível¹²³.

Na formação proposta por Plutarco ainda cabiam os exercícios físicos como forma de incutir a disciplina e o autocontrole¹²⁴ e ainda evitar contar às crianças mitos enganosos, como sugere Platão¹²⁵, que poderiam encher as cabeças das crianças com bobagens e corrupção¹²⁶.

9.4. Conselhos ao governante

Embora grande parte da educação proposta por Plutarco esteja compilada na obra *Educação das Crianças*, esta não é a única a conter o pensamento plutarquiano sobre a formação do cidadão. Algumas obras são mais direcionadas ao governante, com a intenção de aconselhá-lo a gerir melhor sua cidade, como o tratado *Preceitos políticos*, que é endereçado a

¹¹⁹ *Lib. educ.* 8f

¹²⁰ *Idem* 9a

¹²¹ *Idem* 13d

¹²² *Idem* 13e

¹²³ *Idem* 13e

¹²⁴ *Idem* 8c-d; *Plat. Rep.* 403d-e)

¹²⁵ *Rep.* 377a-e; 387a; 391d-e; 392a

¹²⁶ *Lib. educ.* 3f

Menêmaco de Sardes¹²⁷.

Pela forma didática que esse tratado foi escrito, acreditamos que Plutarco também o tenha endereçado a qualquer aristocrata proveniente das províncias gregas que se interessasse pela atividade política.

Sabendo que as possibilidades políticas eram limitadas dentro das províncias, Plutarco instrui o governante de como tirar proveito dessa pequena margem de liberdade, não se revoltando contra a dominação romana, ao contrário, aceitando sua dominação, obedecendo a suas leis e estreitando as relações com a sua aristocracia.

Plutarco inicia este tratado fazendo alusão à vocação política que o futuro governante deveria ter¹²⁸. Segundo o autor, muitos ingressam na política pelo interesse financeiro¹²⁹ ou por fama e honra ou por simples passatempo, por não terem uma atividade que vale a pena¹³⁰ e,

“desprestigiam o exercício da política com seu arrependimento e seu enfado quando, iludidos com sua popularidade, caem na impopularidade, ou, confiando a causa de seu poder em inspirar medo aos outros, se vêem envolvidos em assuntos cheios de perigos e em trapalhadas” (*Praec. ger.* 798d-e).

Uma vez que a política tenha sido a escolha de um homem, ele deve ser aceito pelos cidadãos da cidade não pelo medo, mas por simpatia, Plutarco ainda sugere que o governante faça pequenas concessões ao povo para angariar seu favor, para fazer-lhe frente nas questões mais importantes e impedir-lhe que cometa erro¹³¹ pois, ao contrário, se o governante se mostra

“demasiado restrito e rigoroso no todo e não realiza nenhuma concessão nem transige em nada, mas que é sempre brusco e inexorável, acostuma o povo a apresentar-lhe oposição e obstinada resistência” (*Praec. ger.* 818b)

¹²⁷ Este Menêmaco era jovem e rico e desejava dedicar-se à política de sua cidade, como a maioria dos jovens aristocratas provinciais do Império Romano, entretanto, sua idade não lhe permitia concretizar sua aprendizagem observando as funções públicas de um filósofo, pedindo a Plutarco que se tornasse seu mestre. Plutarco lhe oferece os *Preceitos políticos*, que são conselhos úteis ao governante servindo-se de grande variedade de exemplos, que podem ser encontrados também nas *Vidas*.

¹²⁸ *Praec. ger.* 798c

¹²⁹ *Idem* 798e

¹³⁰ *Idem* 798c

¹³¹ *Idem* 818a

Além disso, Plutarco acreditava que o governante deveria apresentar um comportamento reto já que “os políticos não só prestam contas do que dizem ou fazem em público: também se fala de sua comida, amores, matrimônio, diversões e toda classe de ocupação”¹³².

“O homem de Estado, na medida de suas possibilidades, não lhe permitirá nenhum ultraje aos cidadãos nem a confiscação de bens dos estrangeiros nem a distribuição de fundos públicos, sim que se valendo de sua persuasão, o ensinamento e a intimidação, combaterá sem trégua desejos como os que Cleon¹³³ e seus partidários fomentaram até engendrar na cidade, como disse Platão, um grande enxame de zangões providos de ferrões” (*Praec. ger.* 818c).

O seu discurso deve ser sincero e verdadeiro¹³⁴, segundo Plutarco, pois que deve estar “cheio da franqueza herdada dos antepassados, providência e solícita compreensão, e deve aumentar a sua nobreza o encanto e atrativos derivados de uma expressão grave e de pensamentos originais e convincentes”¹³⁵. À eloquência do político também cabem relatos históricos e míticos e metáforas desde que sejam bem empregados e moderadamente¹³⁶ bem como cabem o sarcasmo e a zombaria, igualmente bem usados, sendo útil para repreender e criticar¹³⁷.

Mais uma vez, Plutarco retoma a questão de as amizades serem saudáveis como parte fundamental da vida do governante, pois que os amigos “são instrumentos vivos e pensantes dos políticos”¹³⁸, entretanto, o político deve escolher os amigos que não se aproximam somente por interesses, pois estes podem arruinar a honra daqueles como aconteceu com Sólon. Segundo Plutarco, Sólon concebeu um projeto de diminuir a dívida ou

¹³² *Idem* 800c-d

¹³³ Cleon, um dos demagogos atenienses mais conhecidos durante a guerra do Peloponeso, promoveu um forte incremento dos tributos dos aliados de Atenas em 425 a.C. Seguiu essa medida a subida das receitas pagas aos juizes dos tribunais populares atenienses. A imagem dos zangões providos de ferrões consta em Platão *Rep.* 552C-d, 555d, 564b, 573a.

¹³⁴ *Praec. ger.* 802e

¹³⁵ *Idem* 802f

¹³⁶ *Idem* 803a

¹³⁷ *Idem* 803b

¹³⁸ *Idem* 807d

mesmo de cancelá-las e comunicou aos seus amigos, estes por sua vez, cometeram enorme abuso: tomaram dinheiro emprestado antecipando-se em secreto a lei, e pouco tempo depois, com a lei promulgada, revelou-se que tinham comprado mansões e terrenos com o dinheiro do empréstimo, e Solon, vítima de seus amigos, foi acusado de ser cúmplice¹³⁹.

Entretanto, Plutarco afirma que se as pretensões dos amigos do governante são vis, este deve rechaçá-las com afabilidade e não aspereza, “justificando a negativa com o argumento de que não está em consonância com a virtude”¹⁴⁰.

Para Plutarco, toda a atividade política suscitava inimizades e dissensões, porém o autor cita Fócio e Catão¹⁴¹ que não admitiam nenhuma classe de ódio nos enfrentamentos políticos;

“eram rigorosos e inexoráveis nos debates públicos para não prejudicar o interesse comum, enquanto que nos assuntos privados tratavam seus adversários políticos sem ressentimento e com humanidade” (*Praec. ger.* 809d-e)

Sobre ocupar cargos importantes, como as magistraturas, Plutarco adverte que se deve honrá-los ao máximo, e o que honra uma magistratura é a concórdia e a amizade entre colegas mais que as coroas ou a clâmide com orla de púrpura¹⁴²; e que não se deve ambicioná-los em excesso nem recusá-los quando o povo os oferece conforme à legalidade e o convida a ocupá-los.

“Pois é da justiça que, se adquirimos prestígio por conta dos cargos mais importantes, prestigiemos os menos importantes que por um lado, seguindo uma conduta moderada rebaixamos e atenuamos um pouco os cargos mais altos, por outro outorguemos categoria e dignidade aos mais humildes, da sorte que não seremos depreciados pelos últimos nem invejados por aqueles”. (*Praec. ger.* 813c).

Relativo aos povos dominados, Plutarco afirma que o homem de Estado deveria apaziguar os simples cidadãos com um trato igualitário e, os poderosos com concessões

¹³⁹ *Idem* 807d-e

¹⁴⁰ *Idem* 808d

¹⁴¹ *Vida de Fócio* 10.7; *Vida de Catão* 21.10

¹⁴² *Praec. ger.* 816a

mútuas, e assim manter e solucionar os problemas dentro das instituições da cidade¹⁴³, evitando recorrer a intervenção das autoridades romanas.

Plutarco também acreditava que era importante manter como amigos romanos influentes, com a intenção de firmar o apoio da própria política¹⁴⁴ e conseguir benefícios para a sua cidade (e provavelmente Plutarco se referia as melhorias em Delfos). Essa questão parece se espelhar nas próprias atitudes do autor, pois como vimos Plutarco mantinha uma rede de relações com romanos importantes como Sócio Senécio. É mais um elemento que nos diz que as teorias de Plutarco estão em conformidade com sua própria vida.

Isso não quer dizer que Plutarco era complacente com a dominação romana na Grécia, mas realista, uma vez que a resistência dos dominados poderia culminar com a intervenção dos romanos, e essa intervenção deveria ser evitada, o que nos leva a crer que essa reação vinda de Plutarco era um desdobramento do doloroso passado das províncias na época das guerras civis, que encontrava-se ainda vivo na mente dessa aristocracia provincial da qual o autor fazia parte. Portanto, era incumbência do governante

“inspirar a concórdia e amizade recíproca e permanente entre os cidadãos e eliminar as discórdias, desacordos e toda classe de hostilidades. Deveria fazê-lo como nas desavenças dos amigos, primeiro encontrando-se com a parte que se considera mais agravada e dando-lhe a entender que compartilha de sua ofensa e indignação; depois, tentando desta maneira acalmá-lo e mostrar-lhe que aqueles que se abstêm de brigas são superiores aqueles que resistem em usar a violência e vencer, não só por seu caráter ponderado e sim também por sua maneira de pensar e sua magnanimidade, e que, ainda que façam uma pequena concessão, ganham nos assuntos mais nobres e importantes” (*Praec. ger.* 824d-e)

E a forma de evitar essa intervenção era manter a cidade em harmonia, procurar governar bem para que não houvesse sedições, pois os bens mais importantes que poderiam gozar as cidades eram a paz, a liberdade, a prosperidade, a abundância de homens e a concórdia¹⁴⁵.

A análise dessa obra fortalece nossa argumentação de que Plutarco de fato era

¹⁴³ *Idem* 815b

¹⁴⁴ *Idem* 814c

¹⁴⁵ *Idem* 824c

preocupado com a atividade política, principalmente com a gerência das províncias gregas, e com a relação que elas mantinham com Roma, uma vez que um governante sem caráter e sem educação poderia colocar tudo a perder com sua ingerência e provocar uma possível intervenção romana.

As vantagens que essa aristocracia provincial adquiriu com o advento do Principado (entre participações no poder como senadores, cônsules e a obtenção da cidadania romana, principalmente com a ascensão de Trajano que como já dissemos era também um provincial) cada vez mais afastam a idéia de que esse grupo era hostil a Roma, e principalmente sugerem que essa aristocracia se encontrava numa situação cômoda, de dominados e dominadores. No caso de Plutarco, os discursos devotados à atividade política não trazem nenhuma referência de resistência ou insatisfação com o império romano, pelo contrário, sugerem que o autor aceitava essa dominação e aconselhava todos a seguirem o seu exemplo.

Capítulo 3

Alexandre como modelo de governante

1. Reconstruindo um mito.

Neste capítulo iremos trabalhar a reconstrução do mito de Alexandre enquanto ideal de governante dentro do Principado Romano. O objetivo deste capítulo é mostrar que Plutarco inseriu no seu Alexandre os elementos que compunham o tipo ideal de governante vigente em sua época, ou seja, no governante ideal representado por Alexandre, encontram-se exemplos de virtude tanto gregos quanto romanos: como o controle de si, a mansuetude, a generosidade, a humanidade, a coragem e a sabedoria. Tipo esse também composto por outros autores contemporâneos, como veremos no decorrer do capítulo, que se dedicaram a escrever sobre essa figura lendária, com objetivos e propostas diferentes, ajudando a manter sua dúbia imagem e representação. O mais interessante é que o mito de Alexandre também serviu como discurso de manutenção do poder imperial romano, identificando no *princeps* um novo Alexandre, virtuoso, filósofo e guerreiro.

1.1. Mito e Memória

Por apresentar sentidos múltiplos, o mito se torna difícil de delimitar, de definir, pois se refere às diferentes idéias em diversos contextos. O que para nós de fato interessa é sua função na sociedade, o papel que ele desempenha na vida dos indivíduos.

A definição de mito para Everardo Rocha é a de que ele é uma narrativa, “é um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de ‘estar no mundo ou as relações sociais’”¹.

Mas não é uma fala qualquer, é uma fala especial que precisa de condições

¹ ROCHA, Everardo. *O Mito*. São Paulo: Brasiliense, 1991 p.8

particulares para ser considerada mito. É fundamental entender que o mito

“constitui um sistema de comunicação, uma mensagem. Isto indica que o mito não poderia ser um objeto, um conceito nem uma idéia; se trata de um modo de significação, de uma forma... já que o mito é uma fala, tudo que justifique um discurso pode ser mito. O mito não se define pelo objeto de sua mensagem e sim pela forma em que a profere: seus limites são formais não substanciais”².

Segundo Burke, uma outra definição de mito poderia ser “uma história com uma moral e personagens estereotipadas que – sejam heróis, sejam vilões – são maiores (ou mais simples) que a vida”³. É o caso do mito de Alexandre, cuja imagem do herói esteve presente na mídia oficial de sua época e em épocas posteriores, a República e o Principado romanos, como herói praticamente onisciente e onipotente⁴.

O mito será entendido, portanto, como sendo a narrativa daquilo que se pretende que seja, enquanto expressão do pensamento de uma dada sociedade. Dessa forma, a memória, individual e coletiva, tem uma importância relevante, pois era ela a responsável pela transmissão oral dos mitos, não somente as genealogias, mas o material doméstico e religioso, os costumes e os hábitos, sendo sujeita, portanto, a múltiplas contradições, tensões e reconstruções⁵.

Na antiguidade clássica era por meio da poesia, nas suas formas épica, lírica e trágica que se narravam, durante as festividades religiosas e os banquetes, os feitos dos heróis, a fundação da cidade, as origens dos ritos, os mitos⁶. “Não se trata, para os ouvintes, de um simples divertimento pessoal, de um luxo reservado a uma elite erudita, mas de uma verdadeira instituição que serve de memória social, de instrumento de conservação e comunicação do saber, cujo papel é decisivo”⁷. E nesse cotidiano, o mito tinha uma função mais importante para o indivíduo que era a de educá-lo e conduzi-lo no caminho da virtude e

² BARTHES, R. *Mitologias*. México: Siglo XXI Ed., 1999 p. 108

³ BURKE, P. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002 p.142.

⁴ *Idem* p. 142

⁵ DOSSE, F. *A oposição História/ Memória*. In: __História e ciência social. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004. p. 187

⁶ FINLEY, M.I. *Uso e Abuso da Historia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985 p. 6

⁷ VERNANT, J-P. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006 p.16

da nobreza, dessa forma a memória tinha fundamental importância na preservação e na manutenção desses valores.

Segundo Finley, “a memória de grupo, era a transmissão para muitas pessoas das lembranças de um homem, ou de alguns homens, repetida muitas e muitas vezes; e o ato da transmissão da comunicação e, portanto, da preservação da lembrança, não é espontâneo e inconsciente, e sim deliberado, com a intenção de servir a um fim conhecido pelo homem que o executa”⁸.

Em paralelo à transmissão da memória puramente oral, o desenvolvimento da escrita proporcionou novas formas de armazenamento dessa memória coletiva, a primeira é a comemoração de datas memoráveis por meio de epígrafias gravadas na pedra. Na Grécia e na Roma antigas essas inscrições acumulavam-se ao longo das estradas, nos cemitérios, nas praças, obrigando a comemoração e a perpetuação da lembrança, e essa transmissão não era feita de forma inconsciente e sim com uma intenção, seja lá qual fosse: aumento de prestígio, garantia do poder, ou justificação de uma instituição⁹.

Outra forma de memória é o documento escrito que tinha como funções principais “o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; a outra, “ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual”, permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas”¹⁰.

A escrita origina também uma memória real, pois os governantes criam “programas de memorização” por meio de museus, bibliotecas e arquivos¹¹. E principalmente fazem redigir pelos seus secretários reais narrativas detalhadas dos seus governos “onde emergem vitórias militares, benefícios da sua justiça e progressos do direito, os três domínios

⁸ FINLEY, 1985. p.21

⁹ *Idem*, 1985 p.21

¹⁰ GOODY, 1977b, p. 78 *Apud* LE GOFF, 1996.

¹¹ LE GOFF, 1996

dignos de fornecer exemplos memoráveis aos homens do futuro”¹².

Tendo como suporte a memória e como instrumento de rememoração os ritos, os mitos podem também ser entendidos como veículo de controle social, como chamou a atenção Ginzburg. A religião que pode ser definida como o conjunto das ações pelos qual o homem se liga ao divino também, e principalmente, pode ser vista como impostura política, tendo uma utilidade social determinada assegurando obediência às leis¹³.

Pois como afirmou Finley, “o mito era o grande mestre dos gregos em todas as questões do espírito. Com ele, aprendiam moralidade e conduta; as virtudes da nobreza e o inestimável significado ou a ameaça da *hybris*; e ainda sobre raça, cultura e até mesmo política”¹⁴. Como Oliveira concluiu “a função dos mitos na formação do cidadão grego é a de inculcar no imaginário da *polis* a credulidade, a participação e a função de uma pequena parcela da população, parcela essa constituída dos *homoioi*, se não os melhores”¹⁵.

Assim, o mito como abordado aqui não tem caráter unicamente religioso, mas também político, já que o mito imperial que se tornou prática em roma derivava de uma deificação que visava interferir no equilíbrio do plano dos vivos. Como legitimar um poder, que exigia necessariamente a construção de um mito fundador que remetesse a um passado ideal e a homens de ação considerados heróis.

1.2. O mito imperial

Na República Romana era inaceitável, de acordo com as normas, fazer de um homem vivo um deus. Acredita-se que o culto aos governantes romanos tenha se instaurado

¹² *Idem*

¹³ GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001 p. 63.

¹⁴ FINLEY: 1985 p.6

¹⁵ OLIVEIRA, 2001 p.50

com a deificação de Júlio César, a partir da obtenção do título de *imperator*, entretanto Adcock afirma que essa deificação foi póstuma¹⁶, provavelmente construída pelos seguidores políticos de César, também chamados de Cesaristas. Mas, uma vez que o Senado concedeu-lhe o título de *imperator* ou “vencedor perpétuo”¹⁷, fundou-se um regime novo, no qual as funções jupiterianas estavam reunidas num único personagem, “ao mesmo tempo e perpetuamente chefe de guerra e magistrado civil supremo, detendo, pois, simultaneamente, o *imperium* civil e o *imperium* militar”¹⁸.

O culto a Augusto, por outro lado, homenageava um homem vivo e foi criado primeiro nas províncias romanas, visto que suas primeiras ações como Imperador agradaram tanto a aristocracia senatorial romana, os eqüestres e as legiões; como também a aristocracia provincial que desejava paz e segurança, elementos que o poder imperial romano assegurava. Nesse sentido, “a divinização significava essencialmente que o ser humano em questão dera provas, durante a vida, de que era animado por uma força particularmente eficaz, e, tratando-se de um homem de Estado, de que fora feliz, 'feliz', em tudo o que havia empreendido, por conseguinte benéfico para a pátria”¹⁹. Segundo Adcock,

“nada poderia afirmar que Augusto ou seus sucessores imediatos governaram pela graça de Deus, mas na metade oriental do império havia existido um culto à realeza associado com a idéia de que os deuses eram benfeitores ou salvadores. Naquela parte do Império, Augusto era, em aparência, a coisa mais semelhante a um rei”²⁰.

Na Gália, por exemplo, o culto a Augusto apareceu pela primeira vez depois de dez anos que ele se tornara *princeps*, e derivou de uma política deliberada para assegurar a lealdade dos notáveis gauleses, que oficializavam o culto, e o ligavam com a lealdade de Roma tanto como ao próprio Augusto²¹. Por essas razões, podemos dizer que os cultos que se

¹⁶ ADCOCK, F.E. *Las ideas y la practica política em Roma*. Trad. M. Garcia Pelayo. Caracas: Instituto de Estudios Políticos, Facultad de Derecho/ Universidad Central de Venezuela, 1960 p. 122

¹⁷ GRIMAL, P. *O império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1999, p.13

¹⁸ *Idem* p.13

¹⁹ *Ibidem* p. 58

²⁰ ADCOCK, 1969 p.122

²¹ *Idem* p.122

praticavam ante o imperador vivo eram de base secular e não religiosa, pois o “imperador vivo, ainda não é um deus, é o agente da divindade, a alma desse ser transcendente que é o Estado Romano”²².

O culto ao imperador, dessa forma, foi estabelecido sob Augusto e continuou com seus sucessores. Porém, Augusto e seu sucessor imediato Tibério não se declararam divindades, embora ambos fossem superiores em autoridade (*princeps*); ao contrário, eles tomavam cuidado ao se comportar com membros de outras famílias senatoriais, como se eles estivessem entre iguais²³.

Já Calígula, que não obteve o título de *princeps*, se apresentava como uma figura semi-divina, posição que lhe conferia status frente a aristocracia romana. Segundo Alston a vantagem de uma posição divina era que ela “permitia o desenvolvimento de novos caminhos de representar o poder imperial e de forçar outras exibições de lealdade, caminhos normalmente reservados aos deuses”²⁴.

Mas é no governo de Nero, a partir do pensamento de Sêneca, em seu tratado *De Clemência*, que surge uma teoria do poder imperial, no âmbito do principado augustano. Para Sêneca, Nero retomaria os princípios do regime, tal como fora concebido pelo deus Augusto, que foram duramente alterados nos regimes de Calígula e Cláudio. Segundo Grimal, “este programa, que integrava no principado augustano idéias inspiradas no estoicismo, tinha o mérito de conferir um quadro ideológico à vida política, justificando devidamente a universalidade da monarquia imperial e atribuindo-lhe, como fim, o reinado da *humanitas*”²⁵.

Essa prática de culto ao governante vivo prosseguiu com outros imperadores romanos tomando maior vulto com Trajano. Além de *princeps*, Trajano obteve um outro título que afirmava a sua superioridade diante dos homens, o de *Optimus*.

²² GRIMAL, 1999 p.59

²³ ALSTON, R. *Aspects of Roman History*. London / New York: Routledge, 1998 p.62

²⁴ *Idem* p.63

²⁵ GRIMAL, 1999 p.91

A designação *Optimus* era normalmente restrita ao primeiro deus de Roma, Júpiter, *Optimus Maximus* – o melhor e o maior – e, portanto, subentendendo suas qualidades divinas²⁶. Essas qualidades divinas são encontradas em um discurso bastante conhecido o *Panegírico*, cujo autor, Plínio, o jovem, elogia Trajano e o conecta aos deuses, particularmente à *Hercules*²⁷.

A literatura nesse aspecto, assume papel importante como veículo propagador do mito do culto imperial e do governante ideal, que segundo Oliveira traz em seu discurso um vocabulário que abrange valores morais inestimáveis como a *virtus*, o principal desses valores, cujo significado dignifica o homem; a *voluntas*, norma suprema das atividades práticas e dos deveres humanos; a *pietas*, como disposição interior do *vir bonus*; a *fides*, exercício de destreza e paciência. Completam a imagem do homem-deus combinada com a imagem do homem-mortal situações dialéticas às quais todos aspiram, o reconhecimento do *honestum* pela sociedade dos desiguais; *honor*, atributo do reconhecimento público ao homem virtuoso; e a *philantropia*, que se confunde na sua ação com a *munificentia*, enquanto atividade voltada para o bem comum de natureza pública²⁸.

Ainda segundo a autora “o rico vocabulário constituinte da linguagem que filtra as relações de poder imperial, contida nos textos literários, combina, por sua vez, a intenção moral e patriótica. Assim, a combinação da moral com o útil constitui a sustentação das idéias expressas por meio da obra literária”²⁹.

Assim é que a literatura produzida na época de Trajano, ao reverenciar as figuras míticas de Alexandre da Macedônia e de Augusto, reverencia, em última forma, a figura do conquistador e a sua *virtus*, enquanto imagem híbrida do homem-deus e do homem-mortal.

Neste ponto, a principal questão que chama a atenção é a utilização do mito de

²⁶ BENNETT, J. *Trajan Optimus Princeps. A Life and Times*. London /New York: Routledge, 1997 p.106

²⁷ ALSTON, 1998 p.198

²⁸ OLIVEIRA, 2001 p. 58

²⁹ *Idem* p.58

Alexandre, o Grande como o *basileus* ideal do povo grego, como aquele que promoveu a unificação do território e a construção de um império universal. Pode-se observar esse princípio nos *Discursos* do provincial Dion Crisóstomo e na biografia e nos tratados sobre Alexandre de Plutarco, igualmente contemporâneos de Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem, que enaltece a figura do *basileus*. Com base nessa informação preliminar, Alexandre e Augusto são os modelos tomados por empréstimos os mais comuns na caracterização do *princeps* ideal.

1.3. As fontes sobre Alexandre Magno

Sem dúvida, Alexandre Magno³⁰, o grande conquistador Macedônio, é um dos personagens que mais desperta a admiração nos leitores, por suas artimanhas militares, suas grandes conquistas e seu caráter ambíguo, que oscila entre a virtude e o vício. Desde sua morte, sua figura heróica serviu e continua servindo de modelo não só para generais ou chefes de estado, mas também para historiadores, biógrafos, ou qualquer outro autor que se disponha a escrever sobre ele.

Os relatos contemporâneos a Alexandre infelizmente se perderam. O principal desses relatos seriam as Efemérides, que eram os diários dos reis. Nas Efemérides constavam todos os episódios mais importantes da vida e das expedições de Alexandre. Após a sua morte, Ptolomeu³¹ levou o corpo e os diários de campanha de Alexandre para o Egito, para ficarem ambos sob a proteção real. Ptolomeu escreveu uma história de Alexandre provavelmente baseada nesses diários, que é considerada uma fonte importante de conhecimento das instituições macedônicas e das táticas do exército macedônio.

³⁰ Doravante será referido apenas como Alexandre.

³¹ Um dos generais de Alexandre. Ptolomeu se tornou rei do Egito fundando a dinastia Lágida, nome que provem de seu pai Lagos.

Há ainda as narrativas de contemporâneos como Clitarco, Calístenes, Marsias de Pela e Aristóbulo. Clitarco foi uma das fontes mais lidas no período helenístico, e influenciou as narrativas feitas no período romano como Plutarco e Quinto Cúrcio.

Clitarco era amigo de Alexandre, provavelmente teve acesso a inúmeros documentos, porém acredita-se que por ser grego, o autor sentia antipatia pelos macedônios, e como filósofo se alinhava junto a Calístenes contra Alexandre³².

Seus gostos se inclinavam mais para as histórias fantásticas e sensacionalistas, como por exemplo, Alexandre viajando com cerca de 365 concubinas, 'uma para cada dia do ano'; e, crianças queimadas vivas nos sacrifícios fenícios. E é possível que ele tenha visto a execução de Calístenes como degeneração de Alexandre³³.

Calístenes, também filósofo e sobrinho de Aristóteles, acompanhou Alexandre nas expedições com o intuito de preparar uma história das campanhas na Ásia. Provavelmente, ele também se baseou nos Diários para escrever sua narrativa. Porém, em 327 ele morreu³⁴. Os fragmentos que sobreviveram mostram que ele fez uma descrição detalhada de muitas batalhas.

Marsias de Pela, um colaborador do rei, começa sua história com o primeiro rei da Macedônia e pretendia narrar os acontecimentos até a morte de Alexandre, mas ele morreu antes. O mais importante é que ele descreveu Alexandre como rei Macedônio e descreveu as instituições macedônicas que poucos gregos conheciam.

Aristóbulo era um engenheiro grego e escreveu suas memórias em forma de história de Alexandre. Suas preocupações eram mais científicas e geográficas do que militares, tinha uma habilidade natural para a descrição e citou algumas das qualidades de

³² HAMMOND, N.G.L. *Alejandro Magno, Rey, General y estadista*. Trad. Adolfo J. Dominguez Monedero. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1992 p.19

³³ *Idem* p. 19

³⁴ Calístenes foi acusado e preso por cumplicidade em uma conspiração contra Alexandre. Plutarco nos conta que ele morreu na prisão de talvez obesidade ou mau pedicular.

Alexandre³⁵.

Dentre os autores menores temos o grego Nearco que escreveu alguns relatos sobre a viagem ao Indo até o Golfo Pérsico; Onesicrito, que contou sobre as maravilhas da Índia; Charés de Mitilene, que contou sobre a vida na corte.

Mas, sobretudo, devemos nossas informações as obras escritas durante o Império Romano, entre elas, as mais importantes são: Diodoro de Sicília, que era contemporâneo de César e Augusto; Plutarco de Queroneia, que viveu no I séc. d. C e escreveu uma biografia de Alexandre e outros tratados *Sobre a fortuna ou a virtude de Alexandre*; o romano Quinto Cúrcio Rufo, que viveu no I século e o grego Arriano de Nicomédia, que escreveu no II século d.C.

Diodoro e Cúrcio utilizaram em abundância a fonte de Clitarco, já Plutarco o cita algumas vezes. O estilo sensacionalista e retórico de Clitarco e sua descrição dos excessos e degeneração de Alexandre vão bem ao gosto e a experiência da época que viu Tibério, Calígula, Cláudio e Nero degenerando-se. Os três autores também fizeram uso de alguns outros escritores, mas possivelmente não empregaram diretamente Ptolomeu.

Arriano de Nicomedia, no século II publicou sua história de Alexandre. De todos os autores mencionados Arriano parece ter a preferência dos historiadores modernos, pois ele possuía experiência militar e administrativa, já que foi promovido pelo imperador Adriano a ser governador da Capadócia³⁶.

1.4. Imagem e Representação de Alexandre no Principado Romano

Sobre os romanos, sua imagem exerceu uma atração irresistível, consolidando a *imitatio Alexandri* que se deu sob diversas formas – escultura, pintura e literatura. Na

³⁵ HAMMOND, 1992 p. 20

³⁶ *Idem* p.21-2

literatura encontramos autores gregos e romanos: Suetônio, Plutarco, Dion Crisóstomo, Tácito, Plínio, o Jovem, Dion Cássio, como fontes importantes que contribuíram para a representação de Alexandre dentro do Principado, refletindo em seus trabalhos as impressões de seus próprios tempos e principalmente suas intenções.

Em Chartier, vemos que a idéia de representação é alternada entre uma substituição e representação de uma coisa ausente e a representação como exibição de uma presença³⁷. Embora sejam práticas diferentes, ambas são chamadas de representação se enquadrando num jogo de espelhos como afirma Ginzburg, pois se

“por um lado a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto evoca a ausência; por outro torna visível a realidade representada e, portanto sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida; no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar”³⁸.

Dessa forma a representação é resultado de uma prática, e essa prática pode ser exercida através da literatura, onde podemos “reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada”³⁹ assim como “pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor indica a justa compreensão de seu texto, mas também pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo”⁴⁰.

A dúbia imagem de Alexandre, portanto é fruto de uma prática de representação pensada a partir da proposta de seu autor, que optava, com base em seus ideais políticos e filosóficos – sua ideologia – por utilizar a imagem de Alexandre como modelo de governante

³⁷ CHARTIER, 1990 p. 20

³⁸ GINZBURG, 2001 p.85

³⁹ CHARTIER, 1990 p.123

⁴⁰ CHARTIER, 2001 p.78

ideal ou como modelo de tirano despótico para depois o associar aos líderes do exército romano e imperadores.

Ainda que o mito de Alexandre fosse utilizado para propostas diferentes, o essencial é entender que sua imagem é uma representação dos ideais da cidade romana, sejam eles republicanos ou monárquicos, sendo interiorizados de forma consciente a partir de um sistema de representações e de valores.

A *imitatio Alexandri* teria se iniciado com o general romano Cipião, o africano logo após a conquista romana na guerra contra os cartagineses. Cipião ficou conhecido por ter derrotado Aníbal, o general de Cartago. Essa imitação começa com a pretensão de Cipião ter entre seus vínculos pessoais, Júpiter e de ter sido inspirado por Hércules. Isto é ilustrado por uma passagem de Tito Livio⁴¹ relatando a dádiva de uma coroa de ouro à Jupiter Capitolino para os Sagotins.

A associação de Pompeu à figura de Alexandre também é recorrente. Aos 27 anos Pompeu assumiu o nome Magnus em suas campanhas no oriente, o que nos leva a fazer uma analogia com Alexandre⁴².

Após sua vitória sobre Mitridates em 61 a.C, Pompeu vai mais além, cunha em suas moedas a imagem de Alexandre que também caminhou sobre as Índias, mas também insinua que é a reencarnação de Dionísio, e adota como símbolo a serpente⁴³.

Essa representação imagética de Alexandre se tornou muitas vezes contraditória como ocorreu nas guerras civis entre Pompeu e César e entre Antônio e Otávio. Ambos Pompeu e seu oponente Mitridates reivindicavam a herança de Alexandre como mencionam

⁴¹ XVIII, 39, 15

⁴² ISAGER, Jacob. *Alexander the Great in Roman Literature from Pompey to Vespasian*. In: ____ *Alexander the great reality and myth*. Edited by Jesper Carlsen; Bodil Due; Otto Steen Due; Birte Poulsen. *Analecta Romana Instituti Danici*, Suppl. XX. "L'Erma" di Bretschneider, Rome, 1993. p. 76; MOSSE, C. *Alexandre, o grande*. Trad. Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004 p.180.

⁴³ A serpente também é um símbolo retratado na Vida de Alexandre por Plutarco. Olímpia era iniciada nos cultos orgiásticos feitos em homenagem a Dionísio, e Plutarco narra o episódio que Filipe teria visto Olímpia ao lado desse deus na noite de núpcias, sugerindo uma possível concepção deste encontro.

Plutarco⁴⁴ e Apiano:

“O próprio Pompeu exibia-se em uma biga adornada de gemas, usando como dizem, o manto de Alexandre o grande. Que parece ter sido encontrado entre as possessões de Mitridates que os habitantes de Cos receberam de Cleopatra” (*Mitr war.* 117).

Plínio, o velho, ajuda a fortalecer essa versão de que Pompeu criou uma tradição como um novo Alexandre em seu *elogium* na *Historia Natural*, onde ele enumera exemplos de magnanimidade e excepcionalidade em um homem.

"Mas isto diz respeito a glória do Império Romano, e não de um único homem, mencionar neste lugar todos os recordes das vitórias de Pompeu o grande e todos os seus triunfos, que igualam o brilho das explorações não apenas de Alexandre o grande mas até de Heracles e Liber pai" (7.95)

Em comparação a Alexandre, Plínio pôde associar Pompeu ao herói e à sua essência divina, inseparável do mito de Alexandre, e fez de Pompeu um novo Alexandre dentro do mundo romano. E conclui seu capítulo sobre Pompeu com o que se segue:

“O coroadado ápice de seus gloriosos recordes era (como ele próprio declarou na assembléia, quando discursava sobre suas conquistas) ter encontrado as mais remotas províncias da Ásia e então fazê-las domínio central de sua pátria. Se alguém, por outro lado, desejasse rever numa maneira similar as conquistas de César, que o mostrasse grande quanto Pompeu” (7.99)

Neste trecho, Plínio compara César com Pompeu, mas não com Alexandre. Embora César tenha sido grande, esta comparação é reservada para Pompeu que foi o grande conquistador da Ásia.

A documentação também aponta que César desejou usar Alexandre como modelo, como nos narra Plutarco:

“Na Espanha, num dia de folga em que lia uma obra sobre Alexandre, pôs-se longamente a refletir, absorto em si mesmo, e depois passou a chorar. Seus amigos, surpresos, perguntaram-lhe o motivo de suas lágrimas. 'Não vos parece digno de aflição pensar que na idade que ora tenho Alexandre já tinha um tão vasto império, e que eu ainda não fiz nada de grande'”? (*Vida de Cesar* 11. 5-6)

No final da República, a imagem de Alexandre aparece comprimida sob múltiplos

⁴⁴ *Vida de Pompeu* 2.1-2

símbolos, incluindo a realeza, e tudo que ela representa, marcando profundamente a imaginação romana. Alternadamente herói, conquistador, vencedor do Oriente, Dionísio reencarnado.

Até Augusto, responsável pela valorização das tradições ancestrais, o *mos maiorum*, rendeu homenagens a Alexandre em respeito a personalidade nobre que ele foi. Segundo Suetônio, após a tomada de Alexandria, Augusto “expôs publicamente o caixão e o corpo do grande Alexandre, que retirara de sua cova, e demonstrou veneração nele depositando uma coroa de ouro e lançando flores” e perguntado se ele desejava ver também a tumba dos Ptolomeus, ele replicou “Meu desejo era ver um rei, não corpos”⁴⁵.

Sob a República, a imagem de Alexandre foi uma forma eficaz de fazer avançar políticas expansionistas audaciosas ou de afirmar a primazia de uma personalidade em toda a comunidade. Sob o Império, a imagem de Alexandre desta vez parece ser propriedade exclusiva dos imperadores que a manipulam e a distorcem a sua vontade.

No período do principado, a idéia do Imperador Romano como novo Alexandre é relatado por Dion Cássio⁴⁶ e novamente por Suetônio.

“Ele frequentemente vestia a roupa de general, até depois de suas campanhas, e às vezes usava a armadura de Alexandre o grande, que ele tomou de seu sarcófago”
(*Calígula* 52.3)

Neste trecho, Suetônio conecta Calígula à imagem de Alexandre pela indumentária militar. A idéia de Calígula vestir frequentemente uma roupa de guerra mostra que ele estava sempre pronto para o combate, assim como Alexandre, e o elemento real que os liga é a armadura. A armadura era o símbolo de todos os valores militares que Alexandre possuía e que Calígula desejava obter.

Já durante o principado dos Antoninos - Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio – a imagem de Alexandre foi modelo de bom governo no intuito de que essa

⁴⁵ Suetônio *Augusto* XVIII. 1-2

⁴⁶ 59.17.3

associação fosse positiva para a imagem desses imperadores.

De acordo com o que se pode observar na documentação, a condição divina do Imperador Romano é exaltada em muitos textos literários, extrapolando as práticas consagradas de divinização dos imperadores mortos.

Dion Crisóstomo, por exemplo, em seus discursos *Sobre a Monarquia* Discurso I e II, utiliza a imagem de Alexandre como recurso para a *laudação* do Imperador Trajano, “que aparece como referência da unidade do Império em torno das heranças da helenização do mundo antigo. Assim, Dion Crisóstomo combina a imagem de Alexandre, o Grande com a figura presente e viva de Trajano, enaltecendo-as como símbolos de poder imperial a desembocar no modelo da monarquia divinizada”⁴⁷.

Além de associar Trajano à imagem de Alexandre, Dion Crisóstomo evoca Heracles para a proteção do imperador, aproximando-o de Zeus, e o situando no mesmo patamar da divindade de Alexandre, já que este se considerava filho de Zeus.

Segundo Oliveira, a “representação literária do pensamento político romano remete também para a tese de que a literatura romana encarregada de criar e estimular o gosto pela imagem do *princeps* tratava-se no ‘entanto de uma representação que ganha existência própria devido ao ato da escrita que a instaura e devido ao texto que a suporta’⁴⁸ aquilo que de imediato trata-se de uma invenção da representação da sociedade leva à formulação de uma sociedade ideal produto da combinação do passado conhecido e vivido, o passado republicano ou helenístico, e o futuro dessa mesma sociedade, conservadora e inovadora ao mesmo tempo”⁴⁹.

Porém, mesmo existindo a tradição de *imitatio Alexandri* (imitação de Alexandre) que se inicia com Cipião, o Africano no século II a.C. e continua com generais e imperadores romanos, há também a crítica, principalmente de caráter moral a um Alexandre bêbado,

⁴⁷ OLIVEIRA, 2001 p. 54-55.

⁴⁸ *Idem* p.165

⁴⁹ *Ibidem* p. 165

violento e que se orientalizou; insurgida em nome dos valores coletivos romanos⁵⁰.

Tito Lívio, por exemplo, numa passagem muito conhecida consegue exprimir esse sentimento nacionalista romano. Em Lívio⁵¹ Alexandre emerge como a representação da negação das virtudes romanas, um símbolo da voluptuosidade do oriente, a fonte de todo o mal.

“Lamento recordar naquele grande rei a soberba que o fez mudar de trajes, o desejo de ver seus súditos se prosternarem para lhe render homenagem, a adulação que teria sido insuportável para os macedônios vencidos e com mais forte razão o eram para os macedônios vencedores, os espantosos suplícios que ordenava, o assassinio de seus amigos em meio ao regozijo do vinho e dos banquetes, e a vaidade de mentir sobre sua estirpe. Que teria acontecido se tivesse aumentado cada vez mais seu amor ao vinho? Se o mesmo tivesse acontecido com sua cólera selvagem e terrível (digo apenas o que foi afirmado pelos historiadores)? Podemos acreditar que tais vícios não viessem a prejudicar suas qualidades de general?” (IX, 18)

Esta descrição de Alexandre entra em desacordo com a *imitatio Alexandri* conectada com Augusto. Lívio escolhe a versão negativa de Alexandre e como podemos perceber na documentação deste período, ele foi seguido.

Tácito em seus *Annales* descreve a morte de Germanico:

“Seu funeral, desprovido de efígies ancestrais ou procissões, era distinguido por elogios e lembranças de suas virtudes. Havia aqueles que, considerando sua aparência pessoal, sua pouca idade, e as circunstâncias da morte – que eles adicionavam à proximidade da região onde ele pereceu – comparado seu falecimento com o de Alexandre Magno - cada um eminentemente atraente, de famosa linhagem, e em idade não excediam muito os trinta, caíram entre povos estrangeiros pela traição de seus conterrâneos. Mas o romano tinha figurado como amável para seus amigos, moderado em seus prazeres, contente com uma única esposa e as crianças de legítimo matrimônio. Nem era ele menos um homem de espada; contudo ele careceu da temeridade dos outros, e quando suas numerosas vitórias tinham batido os germanos, era proibido de fazê-los escravos. Mas tinha ele sido o único árbitro das relações, de real autoridade e título, ele poderia ter ultrapassado o grego na fama militar com uma facilidade proporcionada à sua superioridade em clemência, auto controle, e todas outras voas qualidades”. (2.73)

Aqui Germanico é descrito como o bom governante, “o *rex iustus*, concedido com *clementia et temperantia*, e Alexandre permanece como seu par negativo”⁵², aquele que foi

⁵⁰ *virtus, pietas e fides*, que significam respectivamente, virtude, respeito aos deuses e aos homens e o cumprimento dos deveres.

⁵¹ IX, 16-19

⁵² ISAGER, 1993 pg. 81

inclemente com seus amigos, que teve várias mulheres e que se tornou déspota.

Estóicos como Quinto Cúrcio e Lucano, influenciados por Sêneca, também contribuíram com narrativas que criticavam a boa imagem de Alexandre. Quanto a Cúrcio voltaremos a falar mais adiante, pois se trata de um caso à parte.

Em seu poema épico *A Fársalia*, Lucano narra a guerra civil que opôs César à república de Pompeu. O trecho abaixo se refere ao episódio do assassinato de Pompeu e a ida de César ao Egito, onde se encontrava o túmulo de Alexandre, confiscado por um de seus generais, Ptolomeu, que se tornou o primeiro rei da dinastia lágida.

“Banindo ou dissimulando então o seu temor, ele (César) percorre as ruas da cidade, seus templos e seus mais belos edifícios. Mas ele só honra de relance todos esses ricos monumentos e desce num antro soberbo, o único a atrair o seu olhar. É lá que repousa o filho insensato de Filipe da Macedônia. Foi lá que se ergueram altares a esse bandido bem-sucedido que a vingança celeste eliminou e que se deveria privar de sepultura. O tempo e os povos respeitam os seus manes e ele reina ainda no túmulo. Mas, se a liberdade renascer, logo se esquecerá esse tirano cujo exemplo pernicioso ensinou que muitas províncias podiam tremer diante de um único homem. Ele desdenha, abandona os seus próprios estados; passa como uma torrente através da Ásia, leva a todos os lugares a guerra e a carnificina; subjuga os persas, os indianos, tinge de sangue o Eufrates, o Ganges, como um astro fatal às nações, raio que cai, que golpeia por todos os lados, flagelo do gênero humano. Pretendia cobrir com suas esquadras o oceano que cerca a terra, tanto ao sul quanto no Oriente. Os sirtes (golfos de), os ventos, as ondas, o fogo, nada o detinha. Ele poderia ter girado em torno do mundo, ter visto ambos os pólos, ter bebido na fonte do Nilo. Mas a morte o impediu; só ela podia por fim aos projetos desse rei insensato. A mesma ambição que o fez conquistar o mundo fez também com que, ao morrerem os seus herdeiros, ele não indicasse um sucessor e deixasse desmembrar seu vasto império. Mas ele morre, temido pelos partos e senhor da Babilônia. Que vergonha! Os arsácidas temiam então mais as armas macedônias (as sarissas) do que temem hoje as nossas (as pila). Roma reina do sul ao norte e submeteu também o poente. Só a Pártia, no Levante, limita o nosso império. Entretanto, esse Estado tão funesto aos Crassos não passava de uma província da obscura Pela⁵³”. (X, 15-52)

Segundo Vidal-Naquet o texto de Lucano mistura temas morais, tema pompeiano, tema do nacionalismo romano. Alexandre é visto por Lucano como aquele que reduz à escravidão, aquele que leva à revolta e à insurreição e que levou também a aculturação⁵⁴.

Alexandre também não é um *exemplum uirtutis* na literatura neroniana. Sêneca em uma de suas *Cartas a Lucilius*, cria uma imagem negativa de Alexandre.

⁵³ Capital da Macedônia na época de Filipe e Alexandre.

⁵⁴ VIDAL-NAQUET. P. *Os Alexandres*. In. ____ Os gregos, os Historiadores, a Democracia. O grande desvio. São Paulo: Cia das Letras, 2002 p. 127

“O furor de devastar o bem de outrem era o que movia o pobre Alexandre e o lançava ao desconhecido. Pode-se creditar saúde mental a um homem que começa devastando a Grécia, sua mestra, furta a cada Estado o que tem de mais precioso, aos espartanos a independência, aos atenienses a fala, depois, não contente com a ruína de tantas cidades que Filipe conquistara, pelas armas ou com dinheiro, parte para destruir aqui e ali outras cidades e passear seu exército pela terra inteira, sem que em nenhum lugar sua crueldade esgotada se detenha, semelhante a um animal feroz que, saciando a fome, sai mordendo?” (XV, 94, 62)

No Livro I *De beneficiis*⁵⁵ diz que desde a infância, Alexandre não passava “de um bandido e um destruidor de nações, flagelo tanto de seus inimigos como de seus amigos”. Em *De Ira*⁵⁶ Sêneca lembra que Alexandre “transpassou em seu banquete e com suas próprias mãos Clito, seu melhor amigo e companheiro de infância, só porque ele não o bajulava o bastante e não mostrava boa vontade para passar do macedônio livre à servidão persa”. Sêneca fornece outros exemplos desse mesmo tipo em seus ensaios morais⁵⁷.

Para Mossé, essa visão negativa que principalmente os filósofos tinham era uma reação à destruição da liberdade republicana, por essa razão Alexandre era visto como um déspota⁵⁸. Adicionado a esta idéia, a filosofia estoica influenciou fortemente a Roma do I século com suas premissas morais, baseadas na virtude do indivíduo. Por esta ótica, Alexandre não serve como paradigma, pois ele quebra com os princípios fundamentais do estoicismo, a conduta virtuosa, a austeridade física e a tranqüilidade da alma.

Mas não podemos afirmar que todos os filósofos, principalmente os estóicos rejeitavam Alexandre⁵⁹. Alguns autores que colaboraram com a construção da historiografia de Alexandre, que de alguma forma eram influenciados pelo estoicismo, narraram suas histórias inserindo, ao mesmo tempo, passagens que exaltam a imagem de Alexandre e as críticas que fazem ao seu comportamento. O romano Quinto Cúrcio é um deles.

⁵⁵ 13.1-3

⁵⁶ 3, 17, 1-2

⁵⁷ *De ira* 3.17.1-3; *De Clem.* 1.25

⁵⁸ MOSSE, 2004 p.184

⁵⁹ Ver M. Eicke, *Veterum philosophorum qualia fuerint de Alexandro iudicia* (Quais foram as opiniões dos antigos filósofos sobre Alexandre), Rostok, 1909 *Apud* Vidal-Naquet: 2002 p. 124.

Em sua *História de Alexandre*, Cúrcio⁶⁰ explora bastante a violência e a ação premeditada do assassinato de Clito, um dos generais e amigos do rei macedônio. Cúrcio expõe a violência, o descontrole e a falta de *humanitas*, ou seja, do respeito, da generosidade e da amabilidade com os amigos e colaboradores, valores importantes dentro da cultura romana. Mas no geral, sua obra tende a ser mais idealizada como a obra de Diodoro.

Ambos, Diodoro e Cúrcio utilizaram a obra de Clitarco como fonte. Segundo Paul Goukowsky, Diodoro “só manteve do retrato de Alexandre as virtudes estereotipadas que fazem do conquistador o representante do soberano perfeito. Ele não cala os atos repreensíveis de Alexandre que foram a destruição de Tebas, o assassinato de Parmênio e a morte de Clito. Tenta, contudo, explicá-los, quando não justificá-los”⁶¹.

De outro autor de Alexandre, Trogo Pompeu, contemporâneo de Augusto, temos apenas fragmentos compilados por Justino nas suas *Histórias filípicas*, três séculos mais tarde⁶². O Alexandre de Trogo/Justino⁶³ é caracterizado como excessivo e com mais defeitos que seu pai: “Um queria reinar com seus amigos, o outro reinava sobre eles”⁶⁴. Para se atribuir uma origem divina, Alexandre não titubeou em subornar os sacerdotes de Amon e ditar-lhes as respostas que desejava⁶⁵. Senhor do império persa, “começou a tratar os seus à maneira não de um rei, mas de um inimigo”⁶⁶, a ponto de, dali em diante, a glória de suas vitórias ter ficado desvanecida pela nódoa negra da crueldade⁶⁷. Mas apesar das críticas, Trogo/Justino não deixa de concluir sua reflexão dedicada a Alexandre com um elogio ao macedônio, “dotado de um gênio mais que humano”⁶⁸.

Plutarco também seguiu essa linha. Sua *Vida de Alexandre* e outro tratado

⁶⁰ *Hist. Alex.* 8. I. 48-52

⁶¹ GOUKOWSKY, P. (*Essai sur les origines du mythe d'Alexandre* : 336-270 av. J. C. Nancy : Université de Nancy II, 1978) *Apud* MOSSE, 2004 p. 182

⁶² MOSSE, 2004 p.182

⁶³ Sobre as referências a Trogo Pompeu reunidas na obra de Justino ver Mosse, 2004 p.182

⁶⁴ Justino *Histórias Filípicas* IX, 6, 17

⁶⁵ *Idem* XI, 11, 6

⁶⁶ *Idem* XII, 5, 1

⁶⁷ *Idem* XII, 5, 5

⁶⁸ *Idem* XII, 16, 1

intitulado *Sobre a virtude ou a fortuna de Alexandre* aumentam as fileiras de obras escritas exaltando o rei macedônio. É certo que nas *Vidas Paralelas* Plutarco se mostra muito mais crítico que nos discursos. A narrativa de Plutarco também apresenta um Alexandre dividido entre a mansuetude aristotélica e o luxo oriental, mas o autor enfatiza muito mais o lado “bom” de Alexandre, um Alexandre civilizador de povos bárbaros, um rei filósofo, um governante ideal, um ícone da *paidéia* grega. Para o autor, eram esses elementos que faziam do governante um exemplo e é por isso que nos dedicamos ao estudo da *Vida de Alexandre*, para analisar como Plutarco insere sua teoria de governante ideal, que expusemos no capítulo anterior, num exemplo concreto: Alexandre.

Essa idéia de governante ideal já havia sido tratada pelos filósofos clássicos gregos e novamente foi retomada no Principado, provavelmente devido aos exemplos de imperadores que figuram como maus governantes, o que nos leva a pensar que Plutarco somente reconstruiu uma imagem inserindo seus próprios valores, mas que em essência é uma reprodução dos anseios vigentes. Nesse sentido a literatura proveniente do Século I d.C., ajudou a criar uma cultura que associava Alexandre aos governantes romanos que acabou dando ênfase para a consolidação do culto imperial.

2. As virtudes de Alexandre

2.1. A nobreza e ancestralidade de Alexandre

Um governante amante da literatura e da filosofia, mas não menos apaixonado pela política e pela atividade militar. É esse tipo de homem que podemos extrair da *Vida de Alexandre* e dos discursos sobre *A fortuna ou a virtude de Alexandre*.

Pela leitura atenta dessas obras, percebemos que Plutarco se preocupou em salientar primeiramente a *areté* do herói, virtudes que se traduzem na narrativa como a

humanidade e a generosidade, a coragem e a bravura e o controle de si. Por meio da filosofia e da educação Alexandre pôde adquirir e lapidar todas essas virtudes, pelo menos é o que sugere Plutarco. Entretanto, a imagem que Plutarco tem de Alexandre é idealizada e excessivamente filosófica, muito mais uma reconstrução dos homens de seu tempo do que a imagem verdadeira do rei macedônio, pois como abordamos no terceiro capítulo, a imagem de Alexandre foi tomada como bandeira política, seja lá qual fosse a sua orientação. Ao final desse capítulo, veremos que a própria narrativa de Plutarco apresenta contradições ao elaborar a imagem desse herói, pois ao lado das virtudes podemos encontrar um homem violento e cheio de vícios.

Na biografia, o Alexandre de Plutarco, devido a isso também é retratado como um personagem ambíguo, apresentando muitas facetas. A sua imagem é mesclada pelas virtudes e pelos vícios, e nesse sentido ele parece muito próximo de um ser humano real, um homem dividido entre o bem e o mal, entre a razão e a paixão. Porém, nos tratados, é desenhado outro Alexandre, um Alexandre sábio e filósofo muito mais por suas ações expansionistas e civilizatórias do que pelo domínio de seu caráter; um rei idealizado e excepcional por ter espalhado por onde passou o gérmen da civilização. Aquele que foi capaz de levar luz às sombrias tribos de bárbaros.

Enfim, é com a apresentação de suas virtudes, tidas como ideais, que iniciamos esse capítulo, ressaltando em primeiro lugar sua nobreza e sua ancestralidade.

Plutarco inicia sua narrativa ligando a dinastia Macedônia à dos descendentes de Zeus e da deusa Tétis: “Descendendo de Heracles, por meio de Carano, do lado paterno e de Neoptolemo⁶⁹, por meio de Eacides⁷⁰, do lado materno”⁷¹.

A ascendência divina era natural aos olhos dos gregos e macedônios da Grécia

⁶⁹ Também chamado Pirro, filho de Aquiles.

⁷⁰ Os descendentes de Éaco, filho de Zeus e da ninfa Egina. Éaco é bisavô de Neoptolemo. cf. GRIMAL, P. Dicionário de Mitologia Grega. Trad. Victor Jabouille. Bertrand Brasil, 2005.

⁷¹ *Vida de Alexandre* 2, 1; *De Alex. fortuna* 334d

clássica, e eles acreditavam na possibilidade dos deuses se juntarem com mortais para conceberem filhos. Segundo Claude Mossé, as famílias aristocratas atenienses aceitavam tais ascendentes, mesmo que na época de Alexandre a maior parte delas estivesse extinta⁷².

Isso nos leva a acreditar, que mais que uma simples crença, esse tipo de ligação era uma forma de legitimar o poder dos reis macedônios e facilitar a sua aceitação frente à população grega. Os laços de parentesco com os deuses só vinham reafirmar a idéia de que tais descendentes teriam um destino grandioso.

Essa mesma tática de legitimação foi também utilizada no Egito. Alexandre foi ao templo consultar os deuses e saiu muito satisfeito quando os sacerdotes lhe disseram que era filho de Amon e que ele sairia vencedor da guerra contra os Persas⁷³.

O que é mais interessante é que Plutarco também acolhe uma série de tradições e lendas em torno do nascimento de Alexandre que enfatizam a sua ascendência divina, proveniente de Zeus. Alexandre crendo nesse tipo de ligação, automaticamente herdava as virtudes e as habilidades de seus ancestrais.

Uma dessas lendas, descrita por Plutarco, narra a noite de núpcias de Filipe, e Olímpia:

“à noite, depois que o casamento foi consumado, a noiva sonhou ter escutado um trovão e ter sido atingida no ventre por um raio, e que com o golpe, um grande fogo se acendera, e se dissipara em numerosas labaredas crepitantes” (*Vida de Alexandre* 2,2)

Percebemos nesta narrativa a invocação de Zeus representado pelo raio e pelo trovão, fecundando Olímpia, sugerindo que deste encontro Alexandre fora concebido. Concepção, aliás, muito parecida com a de Sêmele, que foi atingida pelos raios de Zeus e morreu carbonizada. Desta concepção nasceu Dionísio.

Por meio desse trecho, a narrativa induz o leitor a crer na possibilidade de

⁷² MOSSE: 2004

⁷³ *Vida de Alexandre* 27.5.

Alexandre ser mesmo filho de Zeus, e como tal, Alexandre é tão divino quanto Heracles, pois ambos eram filhos do mesmo pai, ou seja, Plutarco claramente promove Alexandre a categoria de um semideus.

Em outra passagem, Plutarco acrescenta que Filipe teria perdido uma das vistas ao olhar pelo buraco da fechadura⁷⁴ e ver o Deus transformado em serpente deitado ao lado de sua esposa⁷⁵. Plutarco não nomeia o Deus, mas acredita-se que este seja Dionísio pelas características dos cultos orgiásticos feitos em homenagem a esse deus.

Em outro trecho elucidativo, Plutarco nos conta que,

“Em outro tempo, também, após o casamento, Filipe sonhou que estava marcando o ventre da esposa com o sinete real, neste sinete estava gravado a imagem de um leão” (*Vida de Alexandre* 2, 2).

Este sonho nos faz lembrar daquele da mãe de Péricles, que sonhou ter dado à luz a um leão⁷⁶. O leão é um símbolo de coragem e nobreza⁷⁷ e de poder real⁷⁸ que remete a Heracles. Portanto, o leão é a representação da força, da coragem e da invulnerabilidade e, é essa a imagem que os reis macedônios, Filipe e Alexandre, querem projetar de si mesmos.

Essa expressão leonina e viril, também pode ser encontrada em suas estátuas, como comenta Plutarco⁷⁹, que diz que foi Lisipo o artista que melhor retratou Alexandre; exprimindo com perfeição a leve inclinação do pescoço sobre o ombro, a vivacidade dos olhos, e, sobretudo a cor, que era muito alva. A leve pendida do pescoço é tida como sinal de bravura, magnanimidade, assim como a brancura da pele que também revela a bravura e a boa disposição⁸⁰.

Alexandre, e antes dele seu pai Filipe, já utilizavam a imagem de Heracles e Zeus

⁷⁴ Filipe não perdeu uma das vistas nesse momento, e sim anos mais tarde, em decorrência de uma batalha frente à cidade de Metone.

⁷⁵ *Vida de Alexandre* 3, 1

⁷⁶ Heródoto 6, 131

⁷⁷ Aristóteles *Pol.* 1338b19, *Hist. An.* 1, 1, 488b16

⁷⁸ Herod. 5, 92 β 3

⁷⁹ *Vida de Alexandre* 4.1-2; *De Alex. fortuna* 335b

⁸⁰ SANSONE, D. *Plutarch, Alexander, and the Discovery of Naphtha*. Greek and Roman and Byzantine Studies. 21:1 (1980) p. 65-66

como símbolos de seu reinado, tentando associar suas qualidades às dos próprios Deuses, o que nos intriga, é o motivo pelo qual Plutarco continua a fazê-lo.

A ênfase de Plutarco na nobreza e na ancestralidade de Alexandre pode sugerir que o autor enxergava na ascendência nobre um elemento importante que definiria o caráter de sua personagem, e que implicaria em todas as suas ações futuras. Ou seja, a natureza e as virtudes do herói estavam ligadas à sua ancestralidade, o que sugere que sua grandiosidade derive de sua ascendência divina e nobre, associada a Zeus; por outro lado, sugere também que sua decadência seja diretamente proporcional à sua ascendência macedônica.

Esse pensamento provém de uma teoria baseada nos ideais pedagógicos sofistas, a saber: a Trindade Pedagógica (natureza, ensino e hábito). Plutarco acreditava que a união desses três elementos em um indivíduo desse condições de torná-lo excelente, já a falta de um deles poderia condená-lo ao fracasso:

“pois natureza sem aprendizado é coisa cega, e aprendizado sem natureza é coisa imperfeita, e prática sem ambas as coisas é ineficaz. Como em uma lavoura, em primeiro lugar o solo deve ser bom, em segundo o lavrador deve ser habilidoso, e em terceiro, as sementes devem ser saudáveis, então, da mesma maneira, natureza é como o solo, o professor é o lavrador, e os conselhos verbais e os preceitos são como a semente”. (*Lib. educ.* 2. 4b)

Segundo a narrativa de Plutarco, a natureza de Alexandre era rústica e muito intempestiva, podendo ser notada inclusive por Filipe. Como o rei macedônio pretendia ter origem grega, era muito natural que seu filho Alexandre tivesse uma educação helênica, e com esse intuito mandou chamar Aristóteles para ser preceptor do príncipe. Ademais, sobre a educação de Alexandre falaremos mais adiante.

O que importa nesse momento é mostrar como a *areté* ocupava um papel importante no pensamento de Plutarco. A *areté* era a marca de uma aristocracia e passagem garantida à uma vida pública cheia de sucessos. Talvez, por isso Plutarco continuasse a propagar essas tradições relativas ao nascimento de Alexandre, para mostrar que todos aqueles sinais anunciadores eram indicadores de um destino excepcional. Entretanto, para Plutarco o

sucesso e prestígio alcançados pelo rei não se deviam à sorte (*tyche*), mas ao seu valor como estrategista e conquistador, assim como o seu infortúnio eram causados pelo seu caráter destrutivo.

O que agravava essa condição bárbara, como Whitmarsh relembra, era Olímpia ter nascido no reino da Molóssia, um reino considerado “bárbaro”, além disso, a mãe de Alexandre era iniciada no culto dos Cabiros, “que se relacionava à fertilidade de homens e animais e com a vida após a morte no mundo subterrâneo”⁸¹. Olímpia também fazia parte do culto à Orfeu e à Dionísio, este último se tornou famoso pela obra de Eurípides, *As Bacantes*. Segundo Plutarco, “Olímpia era a mais supersticiosa e mais dedicada que as outras”⁸² e nas danças orgiásticas trazia em seu corpo serpentes domesticadas.

Essa natureza rústica de Alexandre, para alguns estudiosos sugere que Alexandre não conseguiu se “civilizar” por completo, e é muito provável que Plutarco tenha mantido esses relatos com a intenção de atenuar a condição “bárbara” de Alexandre. Os macedônios eram povos considerados “bárbaros” nas atitudes, mas que puderam se “civilizar” com o contato com a cultura grega.

2.2.A educação de Alexandre

A educação de Alexandre pode ser dividida em dois momentos: a fase da infância, cuja educação foi responsabilidade de Leônidas, parente de Olímpia, e de Lisímaco⁸³; e, a fase da juventude que foi incumbida a Aristóteles⁸⁴.

Aristóteles chegou a Pela por volta de 343 a.C., chamado por Filipe. Plutarco conta que em troca dos ensinamentos, Filipe prometeu a Aristóteles reconstruir sua cidade

⁸¹ HAMMOND: 2005 p.20

⁸² *Vida de Alexandre* 2. 6

⁸³ *Idem* 5.4-5

⁸⁴ *Idem* 7-8

natal, Estagira, que ele mesmo destruíra.

Aristóteles nasceu por volta de 384 a.C. e, como muitos jovens de sua época, viajou a Atenas para seguir os passos dos sofistas. Teria sido discípulo de Isócrates, mas sua formação se deu na Academia de Platão. Terminada sua formação, ele foi embora de Atenas e se instalou na corte do tirano Hérmiias de Atarneia, depois foi a Pela, voltando a Atenas tempos depois, em 335 a.C. onde fundou o Liceu e ensinou até o seu exílio, pouco antes de sua morte em 322 a.C.

Plutarco nos conta que Alexandre se dedicou ao estudo da moral e da política, das ciências profundas e secretas:

“Ademais, em minha opinião o amor de Alexandre pela medicina foi inculcada nele por Aristóteles. Pois ele não apenas se limitou à teoria, mas cuidava de amigos que estavam doentes, e prescrevia a eles certos tratamentos e regimes”. (*Vida de Alexandre* 8)

É possível que Aristóteles também tenha incutido em seu discípulo o gosto pela filosofia visto que a narrativa chama a atenção para o interesse que o rei demonstrou a Anaxarco, ao filósofo Xenócrates de Calcedônia e aos filósofos indianos, os brâmanes, Dandamis e Cálam⁸⁵.

Dentro do pensamento Plutarquiano, a filosofia tem um papel ativo sobre o comportamento do governante, pois a filosofia é um caminho para a moderação, a prudência e a justiça. O filósofo para Plutarco é um intelectual, um sábio, o único capaz de entender as necessidades da comunidade sem requerer para si fama, dinheiro ou poder⁸⁶. Capaz de influenciar beneficentemente um governante em direção à virtude e à felicidade.

Plutarco prega a importância das relações entre filósofos e governantes, no intuito dos primeiros transmitirem virtudes que se traduzem em benefícios para todos os cidadãos⁸⁷, pois o discurso do filósofo pode tocar um governante, caracterizado como “um homem ativo

⁸⁵ *Idem* 8.4

⁸⁶ *Max. cum princ.* 776b

⁸⁷ *Max. cum princ.* 776b

interessado na política, e o reveste de nobreza e virtude ajudando muitos através de um, como fez Anaxágoras relacionando-se com Péricles, Platão com Dion e Pitágoras com os mandatários itálicos”⁸⁸.

Em acordo com esse mesmo pensamento está a *Vida de Alexandre*. Estrategicamente, Plutarco discute a formação de Alexandre em sequência imediata a narrativa da doma de Bucéfalo⁸⁹, o famoso cavalo do rei conhecido por seu comportamento recalcitrante e selvagem,

Plutarco afirma:

“ E Filipe visto que o caráter do filho era difícil de governar e que ele sempre resistia, mas que era facilmente levado à razão pelo dever, ele mesmo tentou persuadí-lo mais que comandá-lo; e por ele não confiar inteiramente a direção e o treinamento do jovem aos professores de poesia e aos estudos formais, sentindo que isso era matéria de grande importância, e nas palavras de Sófocles, 'o emprego de muitos freios bem como de muitos lemes', ele mandou chamar o mais famoso e sábio dos filósofos, Aristóteles”. (*Vida de Alexandre* 7. 1-2)

Esse trecho mostra que Plutarco preocupava-se com a influência de um filósofo ao lado de Alexandre, acentuando que ele seria o único a domar o comportamento rústico do príncipe, na narrativa associado ao cavalo Bucéfalo. Essa ênfase no início da *Biografia* pode justificar o comportamento desregrado no final da vida de Alexandre, quando este se encontrava cercado de adutores e privado da companhia de um filósofo que lhe aconselhasse como conduzir bem sua vida e seu império.

Sendo educado para um dia suceder o seu pai no trono da Macedônia, a formação de Alexandre foi realizada nos moldes gregos. A Literatura Grega, portanto, era ensinada naturalmente ao jovem príncipe, com destaque das duas grandes epopéias de Homero, das quais a *Ilíada* era sua obra preferida, pois para Alexandre, “a *Ilíada* era um arsenal para a

⁸⁸ *Max. cum princ.* 777a. Péricles foi amigo e admirador de Anaxágoras. Dion foi discípulo e amigo de Platão durante muitos anos, e tentou ajudá-lo a ganhar a confiança de Dionísio II de Siracusa e ali instaurar sua república ideal. Sabe-se que os Pitagóricos intervieram ativamente na política, e governaram algumas cidades da Magna Grécia.

⁸⁹ *Vida de Alexandre* 6. 1-5

guerra”⁹⁰.

Entretanto, Alexandre não lia somente Homero, segundo Plutarco:

“quando ele não poderia encontrar nenhum livro no interior da Ásia, pediu a Hárpalo que lhe enviasse alguns: as tragédias de Eurípides, Sófocles e Ésquilo, e os ditirambos de Telestes de Selimonte e de Filoxeno de Cítara” (*Vida de Alexandre* 8.3)

Segundo Plutarco afirma, não obstante a relação entre mestre e discípulo, por desconfiança da parte de Alexandre, o amor e a amizade que ele nutria por Aristóteles foram arrefecendo⁹¹. Ao mencionar que Alexandre e Aristóteles trocavam correspondência, Plutarco comenta que por meio delas o rei censurou o mestre por este ter publicado suas lições que deveriam ter permanecido secretas:

“Alexandre, para Aristóteles, saudações. Tu não fizestes bem em publicar tuas doutrinas acromáticas; pois em que deveríamos ser superiores a outros homens se estas doutrinas forem conhecidas por todos os homens”? (*Vida de Alexandre* 7.5)

Outro incidente acontecido muito tempo depois, mas não menor em importância, foi a tentativa de Calístenes, sobrinho de Aristóteles, de se esquivar da *proskynesis*⁹², o que somente agravou as relações entre o mestre e o discípulo.

A relação entre Aristóteles e Alexandre não é mencionada em nenhuma das obras do filósofo, entretanto, na *Política*, como nos lembra Mossé, Aristóteles é reticente com relação à monarquia absoluta, pois a seu ver ela só se justifica se existir um indivíduo possuindo uma *areté*, uma “virtude” superior à de todos os outros membros da comunidade. E essa “virtude” que transforma o rei em “lei viva” não provém de uma dominação de fato, relacionada às conquistas militares. É parte intrínseca da “personalidade” desse homem excepcional⁹³.

⁹⁰ *Idem* 8.2

⁹¹ *Idem* 8.3

⁹² *Idem* 54

⁹³ MOSSÉ: 2004 p. 99

2.3. Alexandre filósofo

Para Plutarco, a maior virtude de Alexandre era a filosofia, dela derivam a sua generosidade, e principalmente o controle de si, qualidades que o autor acredita serem essenciais na formação de um governante justo.

Foram os ensinamentos filosóficos transmitidos por Aristóteles que fizeram com que Alexandre refreasse suas paixões e o levasse a criticar os amigos por estes viverem cercados de luxo e moleza:

“Alexandre admoestava-os suavemente por suas loucuras, demonstrando grande sabedoria. Admiro-me de que vós, que participaste de tantos e tão grandes combates, vos esqueçais de que os que vivem fatigados dormem um sono mais suave do que os que vivem na indolência. Não vedes, comparando vosso gênero de vida com o dos Persas, que nada há de mais servil do que o luxo e a moleza, e nada de mais nobre do que o trabalho? E, aliás, como poderá sujeitar-se a tratar de seu cavalo, a lustrar sua lança e seu capacete, aquele que tiver perdido o hábito de empregar as mãos no cuidado de seu próprio corpo, que lhe interessa tão de perto? Não sabeis que o meio de tornar duradoura a vitória, é não imitar os vencidos?” (De *Alex. fortuna* 40.2; 41.1).

Algumas passagens da narrativa mostram o quanto significava a filosofia para Alexandre. Uma delas em especial marca bem essa importância:

“Alexandre foi ver Diógenes em Corinto que estava deitado ao sol; este ao perceber que muitas pessoas vinham em sua direção levantou um pouco a cabeça e fixou seus olhos em Alexandre. O monarca endereçou-se a ele com cumprimentos, e perguntou se ele precisava de algo, “Sim”, disse Diógenes, “afasta-te um pouco de meu sol”. Alexandre ficou muito impressionado com essa resposta, e admirou a altivez e a grandeza do homem que nada tinha mas que o desprezou, ele disse aos seus seguidores que escarneciam de Diógenes “Se não fosse Alexandre, eu seria Diógenes” (*Vida de Alexandre* 13.3)

Plutarco considera Alexandre um filósofo, que não se retém apenas na teoria, mas se concentra na ação. Prova disso, é que, Plutarco, no tratado *Sobre a fortuna* dá um significado diferente a mesma versão que consta na *Vida de Alexandre*. Segundo Plutarco, Alexandre, se não estivesse tão ocupado em civilizar tribos bárbaras e fundar novas cidades

seria Diógenes, e se dedicaria a viver com a mesma frugalidade que o filósofo⁹⁴.

Não foi por ter escrito tratados filosóficos que Alexandre figura entre os maiores filósofos, mas por querer que toda a humanidade fosse considerada parte do grande império universal. E nesse sentido, Alexandre foi contra os ensinamentos de Aristóteles, que via o povos “bárbaros” como seres inferiores; e de Isócrates que aconselhava Filipe a transformar os bárbaros capturados em hilotas dos gregos.

“Platão escreveu um livro sobre a constituição ideal, mas por causa deste caráter proibitivo ele não pôde persuadir ninguém a adotá-lo, mas Alexandre estabeleceu mais de setenta cidades entre as tribos selvagens, e semeou toda a Ásia com as magistraturas Gregas, sendo assim, superou este incivilizado e bruto modo de vida” (*De Alex. fortuna*.328e)

Para Plutarco, Alexandre era um filósofo porque conseguiu impor uma lei entre as tribos selvagens⁹⁵. “Não eram esses filósofos” (Sócrates, Arcesilao, Pitágoras e Carneades) continua Plutarco, “que se preocupavam com grandes guerras, nem em espalhar a civilização entre principados estrangeiros, nem em estabelecer cidades gregas entre civilizações selvagens, nem instruíram tribos sem leis nos princípios da lei e da paz⁹⁶.”

“Ensinou aos Hircanos o casamento, aos aracósios a agricultura, aos sogdianos o cuidado de alimentar seus pais em lugar de matá-los, aos persas o respeito por suas mães, aos citas a enterrar seus mortos em lugar de comê-los, aos indianos a se prosternarem diante dos deuses, a todos a ler Homero e a declarar as tragédias de Eurípides e de Sófocles”. (*De Alex. fortuna* 328d-e)

A dominação de Alexandre, dessa forma, para Plutarco é mais humanizada quando comparada com a ação de outros governantes, pois a violência física e a ruptura do modo de vida e dos valores culturais dos povos conquistados são justificadas em nome da civilização.

Em nome dessa aproximação com os bárbaros, sobretudo pelo interesse em tê-los sob seu domínio, muito mais pela vontade do que pela força, Plutarco comenta:

“Ele (Alexandre) adaptou seu próprio modo de vida continuando os costumes do

⁹⁴ *De Alex. fortuna* 332b

⁹⁵ *Idem* 328b

⁹⁶ *Idem* 328b

país, e tentou aproximá-los (iranianos) mediante a introdução de hábitos macedônios, pensando que por esta mistura e comunidade de prática que produziu seriam boas, mais que pela força, sua autoridade deveria ser mantida segura enquanto ele estava longe. Devido a essa idéia, escolheu entre os “bárbaros” trinta mil crianças e mandou que lhes ensinassem o grego e as instruissem nos exercícios militares macedônios apontando muitos instrutores para esse trabalho” (*Vida de Alexandre* 47, 3-4)

Além disso, realizou centenas de casamentos entre macedônios e iranianas, tendo ele mesmo se casado com Roxana, uma princesa “bárbara”.

Segundo Mosse, essas atitudes não negavam as diferenças entre gregos e bárbaros⁹⁷, mas tinham como fim reunir sob um único governo povos tão diferentes entre si regidos pela mesma lei⁹⁸.

Plutarco afirma ainda que Aristóteles deu-lhe o equipamento necessário, a filosofia, para que Alexandre cruzasse a Ásia. A filosofia o proveu de grandeza de alma, uma inteligência apurada, autocontrole e coragem viril⁹⁹.

2.4. Humanidade e generosidade

A generosidade de Alexandre é um dos temas mais explorados por Plutarco, em muitas passagens da *Vida*. A maior parte desses atos de generosidade é ilustrada na forma de anedotas narradas entre os fatos históricos da vida do herói, como análise do caráter e do comportamento de Alexandre.

Alexandre era capaz de ser generoso com seus soldados, e, sobretudo com seus inimigos. Dentre essas histórias contadas por Plutarco, a que mais chama a atenção é justamente aquela que narra a desventura da esposa e das filhas do Rei Persa Dário. Alexandre as acolhe quando essas são capturadas após a primeira investida contra Dario:

⁹⁷ MOSSE: 2004 p.109.

⁹⁸ *De Alex. fortuna* 342a-b.

⁹⁹ *Idem* 327e-f.

“Alexandre, mais sensível à desventura delas que à sua própria felicidade, enviou Leonato para comunicar-lhes que Dario não estava morto, e que elas nada tinham a temer da parte de Alexandre; que este não fazia guerra contra Dario senão pelo império, e que nada lhes faltaria das honras com as quais estavam acostumadas enquanto Dario reinava”. [...] “Mas, o benefício mais belo e mais real que podiam receber em seu cativeiro, mulheres de coração nobre que sempre viveram castamente, foi o nunca terem ouvido uma só palavra desonesta, nem terem tido ocasião de temer ou mesmo suspeitar algo da parte de Alexandre” (*Vida de Alexandre* 21. 1-4).

Essa mesma humanidade pode ser encontrada quando da morte da esposa de Dário, que apesar de cativa não foi privada de ter um enterro digno¹⁰⁰ e, em seguida, a morte do próprio Dário, a quem Alexandre tratou com o mesmo respeito e generosidade¹⁰¹. É o que Veyne chama de espírito de *humanitas* no comportamento bélico¹⁰², traduz-se por uma atitude de indulgência para com seus amigos vencidos, mas sobretudo, aos seus amigos e soldados.

Por isso, Alexandre tem uma dupla obrigação de ser generoso fora dos seus domínios e dentro de casa¹⁰³, dessa forma justifica-se a demonstração de generosidade entre os persas.

Segundo Plutarco, Alexandre demonstrava sua estima e afeição aos amigos pelos benefícios que concedia a eles, mas não deixava de se interessar pela proteção e saúde dos mesmos. A Peucestas, que fora mordido por um urso, Alexandre escreve para saber notícias:

“Agora, entretanto, escreva-me como você está, e diga-me se algum dos teus amigos que caçavam contigo te abandonou no perigo, para que eu o castigue”. (*Vida de Alexandre* 41. 3).

Tendo o mesmo Peucestes se curado de uma doença, Alexandre escreveu ao médico Alexipo para agradecer-lhe e, durante uma doença de Cratera, o rei teve em sonho uma visão, devido à qual fez sacrifícios pela cura e ordenou-lhe que o fizesse também de sua parte¹⁰⁴.

Em outro momento, por ocasião da guerra travada contra os Tebanos e Ilírios,

¹⁰⁰ *Vida de Alexandre* 30. 1-3

¹⁰¹ *Idem* 43.7.

¹⁰² VEYNE, 1992 p. 293

¹⁰³ ASIRVATHAM, 2005 p. 119

¹⁰⁴ *Vida de Alexandre* 41.3-4

Alexandre deu outra prova de sua generosidade e justiça. Plutarco narra que,

“Entre as muitas agruras e calamidades que sucedeu a esta cidade (Tebas), alguns Trácios invadiram a casa de Timocléia, uma mulher de alta reputação e castidade, e enquanto o resto (dos soldados) pilhava sua propriedade, seu líder desavergonhadamente a violou, e então perguntou a ela se tinha ouro e prata escondidos. Ela admitiu que tinha, e após levá-lo junto ao jardim e apontar-lhe o poço, disse a ele que enquanto a cidade era tomada ela tinha com suas próprias mãos deixado lá suas possessões mais valiosas. Então, como o Trácio estava na borda do poço inspecionando o lugar, ela empurrou-o para dentro do poço, e colocou muitas pedras sobre ele, matando-o. Então os Trácios a levaram para ver Alexandre, ela mostrou por sua fineza e porte que era uma pessoa de grande dignidade e elevado espírito, então calmamente e sem nenhum temor ela seguiu seus condutores; e quando o rei perguntou a ela quem era, ela replicou dizendo que era a irmã de Teagenes, que liderou as forças contra Filipe ao lado da liberdade dos gregos, e que foram derrotadas na batalha de Queroneia. Surpreso, então, pela sua réplica e pelo que ela tinha feito, Alexandre a deixou ir em liberdade com seus filhos (*Vida de Alexandre* 12.1-3).

Outra prova de bondade e generosidade pode ser vista na reconciliação de Alexandre com os Atenienses, que desagradaram o rei quando deram proteção aos tebanos refugiados. Alexandre não os recriminou, diz Plutarco, e os “aconselhou a tomar conta de seus próprios negócios, pois se algo acontecesse a ele, era Atenas que dirigiria toda a Grécia”¹⁰⁵.

Em relação aos seus soldados, Alexandre se mostrava o mais generoso e mais cuidadoso possível. Antes da partida da expedição à Ásia, Alexandre se certificou da situação financeira de todos os seus companheiros:

“e distribuiu a um uma fazenda, a outro uma vila, a outro rendimentos de um burgo ou um porto. Como já tinha gasto quase todos os bens do reino em doações, Perdicas disse a ele: 'Mas o que guardas para ti, o rei?' e Alexandre respondeu, 'A esperança'” (*Vida de Alexandre* 15. 3-4)

Após a primeira batalha vencida contra os Persas, no Granico, Alexandre dividiu o butim da seguinte maneira: mandou 300 talentos aos atenienses, reservou alguns objetos para si e mandou o resto para sua mãe¹⁰⁶.

O mesmo aconteceu após a tomada de Tiro e Gaza, onde foram encontradas grandes riquezas: uma parte dos espólios mandou à sua mãe, a Cleópatra e aos amigos. A Leônidas, seu governador, mandou quinhentos talentos de incenso e cem de mirra e Plutarco

¹⁰⁵ *Idem* 13.2

¹⁰⁶ *Idem* 16.8

acrescenta essa história com a seguinte passagem:

“como Alexandre estava um dia sacrificando e pegando incenso com as duas mãos e o atirando ao altar, (Leônidas) disse a ele: ‘Alexandre, quando tu conquistares as regiões produtoras de especiarias tu poderás ser generoso com o uso do incenso; agora, entretanto, use moderadamente o que tu tens.’. De acordo, Alexandre escreveu a ele agora: ‘Eu envio mirra e incenso em abundância, que tu talvez pare de tratar os deuses mesquinhamente’” (*Vida de Alexandre* 25. 6-7)

E depois, com a vitória em Gaugamela, que deu a Alexandre o domínio do Império Persa e meios de presentear amigos e colaboradores:

“Alexandre ofereceu aos deuses sacrifícios magníficos, e presenteou os amigos com riquezas, casas e governos” (*Vida de Alexandre* 34.1.)

Mas as suas ações generosas não param por aí. Segundo Plutarco nos conta, Alexandre declarou que na Grécia todas as tiranias ficavam abolidas e que os povos podiam se auto governar; aos Platenses comunicou que iria reconstruir a cidade; para os habitantes de Crotona, na Itália, enviou parte do butim em homenagem ao atleta Failo, que no tempo das guerras médicas, equipou uma galera por sua própria conta e foi a Salamina participar dos riscos da Grécia¹⁰⁷.

Com a tomada de Susa e Persépolis, Alexandre se apoderou de uma grande quantidade de ouro e prata e de luxuosos bens, entretanto, sua liberalidade natural aumentava à medida que cresciam seu poder e riquezas.

Conta-nos Plutarco, com a intenção de exaltar a grande generosidade de Alexandre que certo dia um tal de Ariston, que comandava os Peônios, tendo morto um inimigo, trouxe sua cabeça aos pés do rei, dizendo-lhe:

“- Em minha terra, ó rei, costuma-se retribuir este presente com uma taça de ouro. Alexandre respondeu: - Sim, com uma taça vazia; eu porém dou-a cheia de vinho e bebo à tua saúde” (*Vida de Alexandre* 39.1-2).

Talvez a anedota que mais ilustre esse comportamento seja a seguinte história contada por Plutarco:

¹⁰⁷ *Idem* 34.1-2

“um macedônio estava levando uma mula carregada de ouro real, e quando o animal desistiu, o soldado tomou a carga sobre os ombros e tentou carregá-lo. O rei, vendo o homem desesperado e prestes a cair com seu fardo e estudando os fatos do caso, disse, ‘Não desista, mas termine sua jornada levando este carregamento para sua própria casa’” (*Vida de Alexandre* 39.2-3)

Em outro trabalho, Plutarco discute a questão da liberalidade dizendo que é uma qualidade e parece ser o meio termo entre a avareza e a prodigalidade¹⁰⁸. Na biografia o autor não descreve nenhuma cena de avareza e afirma que Alexandre não era esbanjador, nem no dinheiro nem nos prazeres da mesa, do qual há a referência de sua frugalidade e do limite imposto para os gastos com sua alimentação¹⁰⁹.

Entretanto, nem todos concordavam com essa liberalidade, como expõe Plutarco, ao contar da correspondência que Alexandre mantinha com Olímpia. A rainha percebendo os excessos do filho escreveu a respeito:

“Eu aprovo muito que tu faças benefícios a teus amigos: estas liberalidades te honram; mas, pondo todos teus amigos em pé de igualdade com os reis, tu lhes dás o meio de se rodearem de uma multidão de partidários ao passo que tu os perderás” (*Vida de Alexandre* 39.5)

A aparente contradição de Plutarco também emerge em outra passagem:

“o filho de Mazeus, que fora um dos mais favoritos de Dário, era possuidor de uma satrápia, e Alexandre deu a ele outra maior ainda que a primeira. Ele, entretanto, declinou do presente, dizendo: - Oh rei! Antes havia só um Dário; e agora fizeste vários Alexandres” (*Vida de Alexandre* 39.5-6).

Essa passagem sugere que a intenção de Plutarco era justamente mostrar os excessos de Alexandre, um contraponto feito pelo próprio autor com as narrativas que exaltam sua generosidade. Entretanto, apesar do que a narrativa conta sobre o descontentamento que a liberalidade de Alexandre produziu em alguns, é a imagem da humanidade que sobressai de sua personalidade, e, que de certa forma, favorece o rei macedônio quando pesada na balança com seus vícios ou suas más ações.

¹⁰⁸ *De virtute* 445a

¹⁰⁹ *Vida de Alexandre* 22.1-5

2.5. Coragem e bravura

A coragem é uma outra qualidade ressaltada na Vida de Alexandre. Essa qualidade pode ser um meio termo entre a covardia e a temeridade¹¹⁰ excessos contidos no elemento irascível da alma. De acordo com Plutarco, seria esse elemento irascível que impulsionaria Alexandre para as grandes conquistas, e da mesma forma refrearia seus impulsos, pois o faria utilizar a razão, caracterizando-o como prudente.

Desde o início da narrativa, Plutarco narra as grandes aventuras do príncipe, como a doma de Bucéfalo¹¹¹, que requeriu grande habilidade e tenacidade; a administração do reino enquanto Filipe se ausentara por conta da guerra contra os bizantinos, que fez com que Alexandre submetesse sozinho povos rebelados e, a investida contra o batalhão sagrado dos Tebanos, na batalha de Queroneia contra os gregos¹¹².

O mesmo aconteceu quando sucedeu seu pai. Com a morte de Filipe muitos povos da Grécia se rebelaram, obrigando Alexandre a intervir e restabelecer a paz. Diante de tal empreitada, Plutarco conta que Alexandre

“decidido a não procurar a segurança de seu império senão na sua própria audácia e magnanimidade, convencido como estava de que, por pouco que deixasse esmorecer sua coragem, excitaria contra si um levante geral...” (*Vida de Alexandre* 11. 2-3)

...resolveu a questão enviando seu exército e em pouco tempo sufocou as agitações. Segundo Plutarco, Alexandre não apenas mostrou coragem mas provou que tinha verdadeira inclinação e gosto pelo comando.

Em outra passagem Plutarco conta que, Alexandre, imbuído de coragem, cruzou o Helesponto e visitou Tróia:

“sacrificou a Atena e fez libações aos heróis. Depois, besuntou com óleo a tumba de Aquiles, e correu em volta dela com seus companheiros, nu, como o costume, [...] e

¹¹⁰ *De virtute* 445a

¹¹¹ *Vida de Alexandre* 6.1-5

¹¹² *Idem* 9.1-2

quando estava indo ver as curiosidades da cidade, alguém o perguntou se queria ver a lira de Paris. ‘Pois que lira’, disse Alexandre, ‘Eu não me importo; mas ficaria feliz de ver a lira de Aquiles, que ele usou para cantar as glórias e os grandes feitos de bravura’ (*Vida de Alexandre* 15. 4-5).

A sua tenacidade também levava Alexandre a derrubar e a reformular tradições. Para não perder tempo em uma batalha, Alexandre reformou uma tradição que proibia os macedônios de entrar em campanha no mês de Désius¹¹³, renomeou o mês para segundo Artemísio¹¹⁴. Outra mudança feita por Alexandre nos dias de um mês ocorreu na tomada da cidade de Tiro:

Aristrando, o adivinho, afirmou que a tomada da cidade ocorreria ainda naquele mês, porém aquele era o último dia do mês, Alexandre então

“ordenou que aquele dia não fosse mais contado como trigésimo dia e sim vigésimo oitavo, depois mandou tocar as trombetas e atacou as muralhas... o ataque foi muito animado, as tropas do acampamento não puderam conter-se e correram em socorro de seus companheiros, os tirianos perderam a coragem e a cidade foi tomada naquele mesmo dia” (*Vida de Alexandre* 25.1-2)

Ignorava os conselhos de amigos, e generais mais velhos, mostrando obstinação e presença de espírito, como fez com Parmênio antes de cruzar o Helesponto:

“E quando Parmênio, ainda em terra (aconselhou) que era tarde naquele dia, contestando seu risco nesta passagem, ele (Alexandre) declarou que o Helesponto deveria ruborizar de vergonha, se, após cruzarem o estreito, ele deveria temer o Granico, e mergulhou dentro do rio com treze tropas de cavaleiros [...] parecia que aquela era uma atitude de um temerário, não de um general prudente” (*Vida de Alexandre* 16.3),

Entretanto, continuando a narrativa de Plutarco, como Alexandre chegara a outra margem de surpresa, os Persas não tiveram tempo de se preparar para a batalha, oferecendo, pois, pouca resistência. Com a batalha ganha ficou provada sua grande coragem e habilidade para a guerra.

Foi também por coragem e lealdade a Lisímaco, seu preceptor, que Alexandre enfrentou muitos perigos. Plutarco conta que Lisímaco querendo provar que também era

¹¹³ Mês de maio

¹¹⁴ *Vida de Alexandre* 16.2

corajoso se aventurou na expedição com Alexandre, mas esgotado pelo cansaço queria desistir. O frio daquela noite era rigoroso, e Alexandre preocupado com Lisímaco tentava encorajá-lo a continuar já que o inimigo também estava perto.

“Confiando em sua agilidade natural e acostumado a encorajar os macedônios às suas próprias custas, correu até os bárbaros... atravessou dois que estavam perto do fogo e apanhando um tição aceso voltou aos seus” (*Vida de Alexandre* 24. 11-12).

Segundo Plutarco, Alexandre, ansioso para visitar o templo de Amon, enfrentou os perigos do deserto, a falta de água e as areias movediças, que atemorizavam a todos pelo o que aconteceu ao exército de Cambises¹¹⁵. Como afirmou Plutarco:

“A fortuna que sempre lhe era benevolente, tornava-o firme em seus propósitos; a sua coragem, em todas as empresas, dava-lhe aquela obstinação invencível que não somente atua sobre os inimigos, mas até sobre os lugares e o tempo” (*Vida de Alexandre* 26.13-14).

Apesar dos amigos lhe aconselharem atacar os persas à noite, Alexandre decidiu esperar o dia seguinte e “dormiu profundamente a noite toda”. Segundo Plutarco, Alexandre

“compreendia que nunca a insuficiência de armas e de soldados obrigaria a Dário cessar de combater, ele só renunciaria à guerra quando, vencido pelo emprego de força e em pleno dia, se convencesse de sua fraqueza, perdendo o orgulho e as esperanças [...]Não é somente antes da luta, mas durante a ação em si que ele se mostra grande e firme por sua presença de espírito e sua confiança” (*Vida de Alexandre* 32.4)

Segundo Plutarco, Alexandre era atraído pelo perigo e muito mais pelas glórias provenientes dele. Não se furtava às batalhas, participando pessoalmente de todas elas. Mesmo ferido continuava sua expedição, como narra Plutarco, na ocasião da travessia pelo rio Orexartes. Alexandre fora ferido na coxa por uma flecha e em outra ocasião levava uma pedrada no pescoço que o fez ficar com os olhos ofuscados por algum tempo, e mesmo assim continuava a expor-se a todos os perigos¹¹⁶.

Certa vez, conta-nos Plutarco, um enviado da Lacedemônia viu-o derrubar um leão enorme e lhe disse “Alexandre, tu disputaste gloriosamente o leão a realeza”. Cratera

¹¹⁵ Rei Persa (528-522) cujo exército foi engolido pelas areias do deserto

¹¹⁶ *Vida de Alexandre* 45.5

consagrou no templo de Delfos, com um monumento, a lembrança dessa caçada: formavam-no estátuas de bronze, representando o leão e os cães, Alexandre que derrubava o leão, e ele próprio que ia em socorro do rei.

Pela narrativa dessas lendas, percebemos que a imagem de Alexandre se consolidou não só como grande estrategista e general, mas também como combatente e soldado. Plutarco ao narrar essas histórias não só contribui com a manutenção dessa imagem no I século, como também incentiva outros governantes a fazerem o mesmo, pois as atitudes de Alexandre são tomadas como modelo, ou seja, esperava-se que o governante não fosse apenas figurante nas batalhas, mas que participasse ativamente dela.

2.6 Controle de si

O controle de si era um desdobramento de uma personalidade tocada pela filosofia. Para Plutarco, o controle que Alexandre apresentava de si próprio mostrava que ele tinha aprendido a dominar suas paixões. É claro que Plutarco não consegue sustentar essa visão a narrativa inteira, já que Alexandre também deu provas de seu descontrole e intempestividade.

Entretanto, o controle de si era uma virtude essencial na vida de um governante, pois se ele não conseguisse refrear suas paixões como conseguiria governar justamente? E o Alexandre idealizado por Plutarco, aquele Alexandre caracteristicamente helênico apresenta essa virtude, principalmente antes de tomar contato com os persas, que ao que parece, exasperou seu lado passional. Nos tratados *Sobre a fortuna*, entretanto, não é um Alexandre de caráter incontrolável que se desenha:

“Mas sobre Alexandre era a virtude que pousava o trabalho real e divino, cujo fim e objetivo não era o ouro, carregado por incontáveis camelos, nem o luxo persa, os banquetes, e as mulheres, nem o vinho de Calibon, nem o peixe da Hircânia” (*De Alex. fortuna* 342a)

Segundo Plutarco, Alexandre deu muitas provas de frugalidade, principalmente aos prazeres da mesa. Em referência à Ada, sua antiga ama e que ele nomeou rainha da Cária, Plutarco narra:

“Como ela mostrava seu afeto enviando-lhe todos os dias refeições e os doces mais finos, com os melhores cozinheiros e os doceiros mais hábeis, ele lhe respondeu que não precisava deles, que possuía os melhores cozinheiros que lhe haviam sido dados por seu preceptor Leônidas: no desjejum, uma caminhada antes do amanhecer, no almoço, uma comida frugal. (*Vida de Alexandre* 22.9)

Apesar de sua alimentação ser cuidada com esmero, Alexandre estabeleceu o limite das despesas em dez mil dracmas. E distribuía para os amigos os finos presentes que recebia como frutas e peixes, muitas vezes sem deixar nada para si.

Outra lenda também sugere que Alexandre era capaz de privar-se de bebida. A perseguição de Besso, levou Alexandre e seu exército a percorrerem grandes distâncias e padecerem de sede. Mas no caminho, vendo alguns Macedônios carregarem água, Alexandre os pergunta a quem estavam levando, e os homens respondem que levavam a água aos filhos, mas que se o rei sobrevivesse, eles poderiam ter outros filhos, e ofereceram a água. No entanto, Alexandre não aceitou beber a água, pois não podia diferenciar-se de seus soldados e disse:

“Se eu beber sozinho esta gente perderá a coragem. Os cavaleiros, vendo seu domínio de si e sua grandeza de alma, gritaram para que ele os conduzisse com destemor e chicotearam seus cavalos. Não podemos aceitar, diziam-se eles, que estamos cansados, ou que estamos com sede ou ainda, enfim, que somos mortais, enquanto tivermos um rei como esse” (*Vida de Alexandre* 42.9-10)

Em relação ao vinho, Plutarco conta que Alexandre tinha mais fama do que hábito de beber¹¹⁷:

“essa fama foi criada ao tempo que ele desperdiçava muito tempo em cada taça, mais conversando do que bebendo, sempre mantendo uma grande conversa, e isto também quando ele tinha bastante lazer. Pois quando se tratava de negócios, jamais o retinham o vinho, o sono, nem o amor, nem os jogos” (*Vida de Alexandre* 23)

¹¹⁷ *Vida de Alexandre* 23

Era, sobretudo em duas coisas, segundo nos conta Plutarco, que Alexandre se reconhecia mortal: no sono e no amor, porque “considerava a lassidão e a volúpia como dois efeitos de uma só causa: a debilidade de nossa natureza”¹¹⁸.

Em relação ao amor, Plutarco desenha um Alexandre ainda mais contido quando se refere a beleza das mulheres iranianas, em particular das filhas e da esposa de Dário:

“Mas Alexandre, como parece, considerando o controle de si uma coisa mais importante que a conquista de seus inimigos, nem deitou as mãos sobre essas mulheres, nem conheceu outra mulher antes do casamento que Barsina.” (*Vida de Alexandre* 21.4)

Barsina era de linhagem nobre, filha de Artabazo, nascido da filha de um rei. Quando Alexandre a conheceu ela já era viúva de Mêmnon e tinha sido capturada em Rodes. Ao que parece, pelo silêncio de Plutarco sobre outras mulheres, por muito tempo Barsina ocupou sozinha o lugar de concubina de Alexandre.

A beleza da mulher e das filhas de Dário parece não ter exercido qualquer pensamento desonroso no rei macedônio, pois além de não tocá-las ainda as tratou com toda a dignidade que a realeza persa merecia¹¹⁹. Entretanto, segundo Plutarco, Alexandre reconhecia a beleza das mulheres iranianas e dizia que elas eram o tormento para os olhos¹²⁰, o que torna suas ações mais louváveis.

Roxana teria sido a esposa legítima de Alexandre, era filha de Oxyartes. Segundo Plutarco esse casamento foi movido apenas pelo amor que Alexandre nutria por ela¹²¹. Como um filósofo, Alexandre não a obteve pela violência e sim pelo casamento¹²².

Entretanto, o autor também admite que esse casamento teria o objetivo de unir os dois povos, o que sugere a intenção de Alexandre fazer um sucessor que fosse aceito tanto pelo seu exército quanto pelos persas. Os muitos casamentos realizados entre os seus soldados

¹¹⁸ *Idem* 22.3

¹¹⁹ *Idem* 21.1-3

¹²⁰ *Idem* 21.5

¹²¹ *Idem* 47.8

¹²² *De Alex.fortuna* 332e

e as mulheres iranianas podem ter sido uma manobra bem pensada para justificar tais objetivos.

Alexandre ainda se casou uma segunda vez, com uma das filhas de Dário, Estatira, entretanto, Plutarco afirma que ele amou somente uma mulher Roxana, tendo contraído casamento apenas pelos interesses políticos¹²³.

O respeito pelas mulheres também se estendeu àquelas que não eram nobres de nascimento.

“foi informado que Damon e Timóteo, dois macedônios que serviam às ordens de Parmênio, violaram as esposas de alguns soldados mercenários, ele escreveu a Parmênio ordenando que se os dois soldados fossem mesmo culpados de tal crime, os mandasse executar como animais ferozes nascidos para se tornarem flagelos dos homens” (*Vida de Alexandre* 22.2).

Nesta carta, ainda dizia de si próprio, o seguinte:

“Quanto a mim, não poderei ser censurado de ter visitado ou pensado em visitar a mulher de Dário; pois nem mesmo permiti que se falasse da sua beleza na minha presença” (*Vida de Alexandre* 22.2-3).

Referente a pederastia, Plutarco mostra um Alexandre que repudia tais relações. E essa atitude, pensamos que pode ser um reflexo direto do que o próprio Plutarco achava das relações de amor entre homens maduros e mocinhos. Segundo a *Vida de Alexandre*, Plutarco conta que

“Quando Filoxeno, comandante de suas forças do litoral, escreveu-lhe um dia, dizendo que certo Teodoro de Tarento, seu vizinho, possuía dois meninos de uma grande beleza para vender, e perguntava ao rei se queria comprá-los, Alexandre, indignado com a proposta, exclamou várias vezes, perante seus amigos, perguntando a eles que ações vergonhosas Filoxeno já tinha visto nele que ele poderia perder seu tempo fazendo tais propostas infelizes. E sobre Filoxeno ele próprio enviou em uma carta muitas censuras, ordenando-lhe que enviasse este Teodoro e sua mercadoria à perdição” (*Vida de Alexandre* 22. 1-2)

Com igual severidade, repreendeu Hagnon, que lhe escreveu que queria comprar Crobilo de Corinto, mocinho de maravilhosa beleza, para lhe presentear¹²⁴.

¹²³ *Idem* 338d

¹²⁴ *Vida de Alexandre* 22.2

Esse pensamento de repulsa às relações entre homens é matéria de dúvida para Plutarco. O autor se pergunta se essas relações devem ser mantidas, e se os pais devem afastar de seus filhos tais homens que apreciam garotos, ou se deve incentivar tais relações tomando como exemplo Sócrates, Platão, Xenofonte, e outros que apoiavam tais afeições entre homens, e guiavam os jovens mesmo assim pela conduta virtuosa¹²⁵.

A partir dessas narrativas fica clara a intenção de Plutarco em mostrar um Alexandre lapidado pela *paideia* helênica: altamente educado, generoso, humanizado, moderado em suas relações amorosas e nos prazeres da mesa, a comida e a bebida. Além disso, o Alexandre de Plutarco é bem disposto, corajoso, guerreiro, um tipo de rei-soldado adicionado ao arquétipo de rei filósofo. Entretanto, como também pudemos observar, a narrativa não esconde o lado sombrio do rei macedônio, narrando seus excessos e suas condutas reprováveis.

O que podemos destacar da narrativa, é que a primeira parte da obra, Plutarco parece retratar um Alexandre mais próximo do ideal grego, enquanto que a segunda parte enfatiza a aproximação do rei com a cultura persa. Essa aproximação, pelo que podemos depreender da leitura exacerbou o lado passional e intratado de Alexandre, mostrando que apesar dos ensinamentos aristotélicos e de toda a educação aos moldes gregos, a sua natureza não foi suficientemente trabalhada, e portanto sucumbiu aos excessos. Essa imagem dual como vimos no início deste capítulo, faz parte de um discurso recorrente ao Século I d.C. que tencionava ressaltar tanto os vícios quanto as virtudes, com a preocupação mesma de servir de exemplo aqueles que se lançavam a carreira política tanto em Roma como nas províncias. E Plutarco, faz parte desse discurso que evoca as pretensões e aspirações de um grupo em particular, a aristocracia.

O próximo tópico, dessa forma irá tratar da progressiva “barbarização” de

¹²⁵ *Lib.educ.* 11d

Alexandre a partir das próprias impressões de Plutarco, como a violência, seguida ou não de bebedeiras, a auto imagem e a deificação de um homem vivo.

3. A progressiva “barbarização” de Alexandre

3.1. A adoção dos costumes persas e o culto ao governante

Como é sabido, Alexandre conquistou um império rico e vasto que ia da Ásia Menor à Índia, incluindo o Egito, a Grécia e a região da Bactria. A conquista dessas regiões e as muitas cidades fundadas na Ásia criaram condições de intercâmbio cultural entre gregos e macedônios com a grande massa de populações orientais que era formada principalmente por camponeses.

A fundação de cidades era um corolário necessário da conquista para situar guarnições estrangeiras permanentes em um território inquieto, além de difundir o modo de vida grego¹²⁶. Porém, essa forma de dominação provocou não só a aculturação de muitos povos como a fusão de culturas completamente diferentes, criando resistências e gerando insatisfação, principalmente entre os macedônios mais tradicionalistas.

Ao desembarcar na Ásia em 334 a.C., Alexandre vinha a título de *hegemon* dos gregos com o objetivo de libertá-los da Ásia da dominação persa. Mas com a morte de Dario, o grande rei, e a tomada das cidades persas, Alexandre proclamou-se o sucessor dos Aquemênidas rompendo assim a tradição da monarquia macedônica. O poder absoluto, para os gregos, só poderia se dar de duas formas: pela tirania e pela monarquia persa, que era caracterizada por um despotismo endereçado e aceito pelos povos “bárbaros”¹²⁷.

“Alexandre não tentou reorganizar a cidade, como pretendiam Platão e

¹²⁶ BOSWORTH, A. B. *Alejandro Magno*. Trad. Carmen Franci Ventosa. Madrid: Cambridge University Press: 1996, p. 359

¹²⁷ MOSSÉ: 2004, p. 51.

Aristóteles, mas inaugurou um novo modo de governar. Nesse sentido, a sua ação contrariou profundamente as orientações que recebera de Aristóteles, ao conceber a formação de um grande império, o que decretava definitivamente o fim da polis grega¹²⁸.

Segundo a narrativa de Plutarco, a ruptura que se deu entre Alexandre e seus soldados, foi ocasionada pela adoção de alguns costumes persas por parte de Alexandre, que primeiro adotou a vestimenta persa e estendeu esse “privilegio” aos seus amigos mais próximos; se casou com Roxana, uma “bárbara” e incentivou casamentos entre macedônios e “bárbaros”; e, principalmente, agiu como déspota e se deixou adorar pelos persas, criando um precedente no mundo ocidental: o culto ao governante.

Para Plutarco, os vícios que Alexandre desenvolveu são produtos da sua própria natureza e principalmente de seu ambiente cultural, primeiramente o familiar e posteriormente o seu contato íntimo com os “bárbaros”, particularmente com os persas. A adoção dos trajes é o primeiro passo nesse processo de transformação; e Plutarco relata:

“Da Hircânia passou à Pátria, e, como ali se encontrasse em descanso, pela primeira vez vestiu à moda dos bárbaros, talvez por acreditar que, conformando-se às leis e os costumes do país, poderia com maior facilidade dominar os habitantes, ou talvez porque procurasse experimentar os macedônios no tocante ao uso da adoração, que ele queria introduzir entre eles, acostumando-os aos poucos a mudar seus costumes nacionais, adotando os dos vencidos. Contudo não se vestiu inteiramente como os medas, cuja roupagem era estranha e bárbara demais; não adotou nem as largas calças, nem o vestido comprido, nem a tiara; e sim um costume que intermeava entre o dos persas e o dos medas, menos luxuoso do que o destes últimos, mas mais majestoso do que o daqueles. No começo só se vestia assim quando falava aos bárbaros ou quando estava na intimidade com os amigos ou familiares. Vestiu tal costume depois saindo em público, ou em casa quando concedia audiências. Esse espetáculo afligia muito aos macedônios, mas a admiração de que estavam possuídos pelas suas outras virtudes assegurava a benevolência deles para com esse homem” (*Vida de Alexandre* 45. 2)

Além da língua grega, uma outra característica aparente que se fazia distinguir dos povos considerados “bárbaros” era a roupa. É bastante simbólico que Alexandre tenha adotado as insígnias persas e se recusado a usar a tiara, as calças largas e a capa com mangas. A adoção do diadema na cabeça e da túnica púrpura listrada eram signos da realeza, talvez

¹²⁸ MARTINS, O.S & MELO, J.J.P. *A paidéia helenística*. Seminário de Pesquisa do PPE. UEM – Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, 2003 p. 2

Alexandre tivesse consciência disso, já que a descrição desse traje real persa feito por Xenofonte, na *Ciropédia*, nos permite compreender a importância de tais vestimentas.

“O próprio Ciro, em cima de uma biga, apareceu nos portões usando uma tiara na cabeça, vestindo uma túnica púrpura, com uma listra branca no meio (que só ele tem o direito de usar), calça vermelha escarlate e uma capa toda de púrpura. Trazia ainda um diadema em volta da tiara, marca de distinção usada também pelos parentes do rei ainda hoje. (VIII, 3. 13)

Referente ao seu casamento com Roxana, filha do iraniano Oxiartes, que após aderir a Alexandre tornou-se governador da Bactriana, podemos fazer algumas considerações baseado no relato de Plutarco:

Quanto ao casamento com Roxana, só o amor foi seu móvel, pois a achou bela e moça, vendo-a num grupo de dança após uma festa; mas seu casamento não deixou de lhe parecer apropriado a seus designios, pois os bárbaros, cuja confiança havia sido ganha pela união de um deles com o rei, devotaram a ele uma afeição extremada sobretudo porque nessa oportunidade (Alexandre) demonstrou a maior deferência, mesmo diante da mulher a quem submeteria seu império, e que não quis tocar antes de desposar legalmente” (*Vida de Alexandre* 47.7-8)

O casamento legítimo com Roxana, como já discutimos, sugere a possibilidade de mais tarde o filho de Roxana ser aceito como herdeiro legítimo de Alexandre por seus soldados¹²⁹.

Plutarco trabalha com duas hipóteses possíveis acerca da incorporação de elementos persas no governo de Alexandre. A primeira, Alexandre com o propósito de se tornar rei entre os medas e de fazer valer as leis macedônias, apelou para o uso de uma vestimenta híbrida, símbolo do poder monárquico tanto macedônio quanto persa e se casou com Roxana, uma bárbara, cuja ligação beneficiou politicamente os negócios do rei. Essas ações deveriam aproximar o rei e os vencidos sem violência ou força, tornando “humana” a aculturação dos “bárbaros”.

A segunda hipótese tem a ver com a introdução do culto ao governante. Sem dúvida que Alexandre criou um precedente na adoração do soberano como a encarnação de

¹²⁹ MOSSÉ: 2004 p. 72.

deus e prefigurou o culto aos governantes helenísticos. A adoração que Alexandre tentou introduzir no seu governo foi sob a forma da *proskynesis* no final da primavera do ano de 327 a.C.

A breve introdução da *proskynesis* só pode acontecer devido à auto imagem de Alexandre. É certo que num primeiro momento, Alexandre parece estar convencido de sua ascendência heróica, de Heracles por parte de pai, e de Aquiles por parte de mãe. Por um lado, essa situação o colocava como filho de Zeus em pé de igualdade com Héracles; por outro, Alexandre aparecia como um deus entre os homens. Esta convicção vai ser corroborada pela visita de Alexandre ao templo de Amon em Siwah.

Como “filho de Amon”, Alexandre se vê como próprio Deus. E como nos recorda, Leveque, a este respeito, “ele é bem infiel às lições de Aristóteles, que proclamava que a moderação é a única salvaguarda das monarquias”¹³⁰.

Proskynesis era um termo grego para o secular ato de homenagem que os súditos realizavam ante o rei da Pérsia. Podia incluir uma ligeira prostração enquanto se enviava um beijo com a mão, tal como descreve o relevo do tesouro de Persépolis, ou bem como poderia ser uma prosternação completa diante do monarca. Era um ato puramente secular e se encontrava em todos os níveis da sociedade persa segundo a narrativa de Heródoto¹³¹, um indivíduo que pertencia a uma classe social inferior se prosternaria diante de uma pessoa mais superior em hierarquia.

3.2. Violência e bebedeira

O intento de Alexandre de introduzir a *proskynesis* provocara ressentimento e resistência entre os macedônios tradicionalistas e em gregos agregados à monarquia persa,

¹³⁰ LEVEQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Ed. 70, 1987 p. 10

¹³¹ Hist I 134

como Calístenes de Olinto, sobrinho de Aristóteles. O que os macedônios criticavam em Alexandre era o fato de ele se comportar adotando os hábitos dos “bárbaros”, agindo como déspota e deixando-se adorar diante de homens livres, que eram os macedônios¹³².

Plutarco narra um evento que pode ter agravado o sentimento de inimizade entre Alexandre e Calístenes, e de alguma forma ter contribuído para a morte deste. Não há consenso entre as fontes, sobre a verdadeira circunstância da morte de Calístenes, mas alguns a creditam a Alexandre. Vejamos o trecho:

“Em um banquete, Alexandre, depois de ter bebido, apresentou a taça a um de seus amigos: êste, tendo-a tomado, levantou-se, dirigiu-se para o lado onde estava o altar dos deuses domésticos, bebeu e adorou o rei; em seguida, após ter beijado a Alexandre, voltou a sentar-se à mesa. Todos os outros convivas fizeram sucessivamente o mesmo. Calístenes, por seu turno, recebeu a taça, enquanto Alexandre estava conversando com Hefestion, sem lhe prestar a atenção: bebe e vai, como os outros, beijar o rei. Demétrio, cognominado Fidon, diz, porém a Alexandre: 'Senhor, não o beijas, pois ele é o único que não te adora'. Então, o rei vira a cabeça para não receber seu beijo. 'Pois bem! - diz em voz alta Calístenes, - eu irei embora com um beijo menos do que os outros'. Essas palavras irritaram o rei, ainda mais porque Hefestion lhe disse, e ele acreditou, que Calístenes lhe prometera cumprir o ato de adoração ao rei, faltando depois ao compromisso” (*Vida de Alexandre* 54. 1-4)

A tentativa de Calístenes em se esquivar da *proskynesis*, tem uma justificativa muito forte, pois no mundo grego, a *proskynesis* era um gesto de culto que se executava ante os deuses. Considerava-se este ato como servil, tanto que aceitá-lo era apropriado somente para os escravos naturais da Ásia¹³³ Aristóteles¹³⁴ o cataloga como um gesto de homenagem especificamente bárbaro.

Os gregos sentiam repugnância por vários motivos: a *proskynesis* constituía uma violação de sua dignidade pessoal; era um ato de submissão total que entrava em contradição com qualquer conceito de *eleutheria* (liberdade), e produzia uma certa inquietude religiosa dedicá-la a um homem vivo¹³⁵. De qualquer forma, como relata Plutarco, a morte de Calístenes só aconteceu muito tempo depois desse evento, entretanto, a animosidade entre

¹³² MOSSÉ: 2004 p. 57

¹³³ Esquilo, *Ag.*, 918-20, Eurípedes, *Orest.*, 1 508

¹³⁴ *Ret.* 1361A 36

¹³⁵ BOSWORTH, 1996 p. 419

Alexandre e ele se estendeu a Aristóteles também.

Para Plutarco, os vícios que Alexandre desenvolveu são produtos da sua própria natureza, que não foi suficientemente forte para controlá-los e foram agravados com o seu contato íntimo com os “bárbaros”. O caráter intempestivo de Alexandre é claramente associado com a rebeldia de seu cavalo Bucéfalo, e Filipe percebendo a dificuldade de domar o filho, manda chamar Aristóteles, que segundo Plutarco é “o mais célebre e o mais sábio dos filósofos”. Dessa forma, Plutarco isenta Aristóteles de qualquer culpa referente à sua educação.

A partir desse contato com os “bárbaros”, tornam-se mais freqüentes as cenas de violência na narrativa. Como por exemplo, o evento da morte de Filotas¹³⁶, um dos colaboradores de Alexandre e filho de Parmênio, que lutou ao lado de Filipe.

Pela narrativa de Plutarco, a morte de Filotas ocorreu como consequência de uma conspiração descoberta por Alexandre. Segundo Plutarco, Filotas era ambicioso e perdulário:

“Filotas embriagava-se e abandonava-se a discursos vaidosos: atribuía a si próprio e a seu pai os mais belos feitos de toda aquela guerra; chamava Alexandre de rapaz e dizia que o mesmo lhes devia o título de rei” (*Vida de Alexandre*. 48. 4)

Após a morte de Filotas, Alexandre se voltou para Parmênio e ordenou que este fosse morto por acreditar que ele fosse cúmplice de seu filho¹³⁷. O que torna este evento cruel é o fato de Parmênio não ter sido julgado por uma assembléia de soldados, que nos leva a supor que sua morte foi arbitrária. Plutarco não diz se Filotas foi julgado, somente comenta que ele foi torturado e morto em seguida, mas no relato de Diodoro, a sentença que o condenou proveio dos macedônios e o rei se absteve de participar da decisão. Já Quinto Cúrcio se refere a uma lei macedônia que de fato remetia a sentença à assembléia dos macedônios, que era a assembléia dos soldados¹³⁸.

¹³⁶ *Vida de Alexandre* 49. 6-7

¹³⁷ *Vida de Alexandre* 49. 7

¹³⁸ MOSSÉ: 2004 p.56

Como podemos perceber a violência também é bastante marcada na narrativa, e quase sempre está associada com o excesso de álcool, inserida como uma fraqueza que Alexandre não conseguiu controlar. “É um contraponto entre a serenidade da *paidéia* aristotélica com a violência e a força às quais são associadas com o dionisíaco e o oriente”¹³⁹.

Plutarco considera o tema do alcoolismo de suma importância justamente por estar intimamente relacionado à formação do caráter, como tratamos anteriormente. Diz o autor:

“as crianças que são criadas em um ambiente de excesso de bebidas alcoólicas têm o carinho negado dos pais e ainda são propensas a beber excessivamente” (*Lib. educ.* 3. 1-2)

A *Vida de Alexandre* ainda sugere que Alexandre gostava de beber, e que o calor de seu temperamento, que era ardente, era responsável por essa inclinação¹⁴⁰. O que nos leva a entender que para Plutarco, além do “calor de seu temperamento”, essa inclinação provinha dos maus costumes familiares, em particular de Filipe.

Whitmarsh¹⁴¹, seguindo também a linha familiar, sugere que a predisposição ao alcoolismo de Alexandre, derivava também de seu lado materno, pois Olímpia, a mãe de Alexandre, além de provir do reino dos Molossos (considerado bárbaro) era iniciada nos cultos Dionisíacos. E que embora Plutarco tente desmentir a dipsomania de Alexandre, esta ponte é disfarçada pela própria narrativa, e a auto contradição do narrador espelha esta oscilação do tema entre auto-controle filosófico e excesso Dionisíaco. Há uma passagem que deixa clara essa contradição:

“Alexandre também deixava-se tentar pelo vinho muito menos do que se acreditou: teve esta fama porque tinha o hábito de ficar muito tempo à mesa; mas era menos para beber do que para conversar. A cada copo, punha sempre em discussão algum assunto de vasta proporção; ademais, só prolongava as refeições quando tinha bastante lazer (*Vida de Alexandre* 2. 3).

¹³⁹ WHITMARSH, 2002 p. 186

¹⁴⁰ *Vida de Alexandre* 4.4

¹⁴¹ WHITMARSH: 2002 p. 186

Hammond¹⁴² acredita que essa tendência de desenhar Alexandre bêbado vem do relato de fontes que propositadamente queriam depreciar a imagem do rei macedônio. O autor nos faz recordar, que beber vinho em honra aos deuses e festejar com os amigos e oficiais, eram atividades rotineiras de muitos reis, e provavelmente Alexandre participava dessas festas e banquetes, o que não fazia dele necessariamente um bêbado. Além disso, os muitos lugares onde a escassez de água se faz presente induzem muito mais a ingestão de vinho do que de água. Essa impressão era atenuada por um detalhe que não passava despercebido entre os gregos; os macedônios não tinham o costume de acrescentar água ao vinho como faziam aqueles, ou seja, bebiam muito mais vinho que os gregos levando-se a pensar que nesse aspecto os macedônios ainda traziam resquícios de povos bárbaros, e conseqüentemente eram bêbados.

De fato, Plutarco não admite que Alexandre fosse alcoólatra, não há nenhuma passagem na narrativa que comprove isso. Plutarco só diz que Alexandre gostava de beber e sendo Alexandre um bom bebedor ou bêbado, o fato é que as narrativas de seus banquetes regados a vinho protagonizam as cenas mais dramáticas e quase sempre estão associadas à violência ou a atos de selvageria.

Em uma delas, em ocasião do casamento de Filipe e Cleópatra; Átalo, tio de Cleópatra, já tomado pelo vinho, convida os macedônios a rogar aos deuses o nascimento de um filho legítimo:

“estas palavras exasperaram Alexandre ‘Mas e quanto a mim pobre desgraçado? Me tomas por um bastardo?’ e atirou sobre sua cabeça (de Átalo) uma taça. Então Filipe se atira sobre ele com uma espada, mas felizmente para ambos, sua raiva e seu vinho o fizeram tropeçar e cair”. (*Vida de Alexandre* 9. 4-5).

Em outra, num banquete em comemoração a derrota de Dário e a tomada de seu luxuoso palácio, a amante de Ptolomeu de nome Taís, após discursar calorosamente em favor dos macedônios, sugere a Alexandre que o palácio do rei persa seja incendiado para vingar o

¹⁴² HAMMOND: 1992 p. 278

ataque de Xerxes a Atenas. Segundo Plutarco, Alexandre prontamente pega uma das tochas e inicia o incêndio, então, se arrependendo logo após, ordena que o fogo seja extinto¹⁴³.

Na passagem mais importante, considerada o ápice da decadência de Alexandre, Plutarco narra a morte de Clito¹⁴⁴. Segundo Plutarco, a discussão começou quando, em meio ao jantar, um poeta canta os versos de um certo Pranico ou Pierio, que falava sobre a derrota dos generais macedônios pelos bárbaros. Essa derrota é histórica, Alexandre enviou uma força inadequada para encontrar Spitamenes que tinha sitiado Maracanda e, em consequência disso dividiu parcialmente o comando, a força Macedônia foi quase destruída¹⁴⁵.

“envergonhando e ridicularizando os generais que tinham sido derrotados pelos bárbaros. Os convidados mais velhos censuraram ambos o poeta e o cantor, mas Alexandre e todos que escutavam com deleite deixaram que o músico continuasse. Então Clito, que estava bêbado e naturalmente, tinha um temperamento difícil e voluntarioso, estava mais do que constrangido, e insistiu que não continuasse, enquanto entre bárbaros e inimigos, insultavam os macedônios que eram muito melhores que aqueles que estavam rindo deles, até aqueles que tinham deparado com o infortúnio. Então quando Alexandre declarou que Clito estava discursando em favor de sua própria causa quando ele deu a covardia o nome de infortúnio, Clito sapateou os pés e disse: ‘foi essa minha covardia, entretanto, que salvou tua vida, divino como teus feitos, quanto tu dava as costas para a lança de Spitridates; e é pelo sangue dos macedônios, e por estes ferimentos, que teus feitos se tornaram grandes para rejeitares Filipe e fazer-te filho de Amon’”(Vida de Alexandre 50.4-6)

Inicia-se então uma áspera discussão entre Clito e o rei. Clito acusa-lhe de proteger e estimar os bárbaros. Entre as ofensas proferidas no banquete entre Clito e Alexandre, Plutarco frisa a mágoa de Clito com essa passagem:

“... não convide à sua mesa homens livres e cheios de franqueza e fique entre bárbaros e escravos prontos a adorar sua cintura persa e seu traje branco” (Vida de Alexandre 50. 6)

e conclui sua atitude audaz com os seguintes versos da Andrômaca, de Eurípides:

“Alas! Que mau governo se introduz na Grécia!”.

Após Clito ter proferido os versos, Alexandre então desarma um de seus guardas, e

¹⁴³ Vida de Alexandre 38. 1-4

¹⁴⁴ Idem 50. 4

¹⁴⁵ Quinto Curcio Hist. Alex. 7. 7. 30

atravessa o corpo de Clito com o dardo, que tomba morto¹⁴⁶. O que se segue é uma cena dramática, Alexandre então desesperado tira o dardo do corpo de Clito e tenta se suicidar, sendo detido pelos guardas é levado para seu quarto onde passa a noite e o dia seguinte chorando. No começo da narrativa, Plutarco comenta que foi um assassinato bárbaro, mas que,

“considerado em sua causa e circunstâncias, tinha pelo menos a atenuante de não ter sido precedido de premeditação: a cólera e a embriaguez do rei deram causa ao infeliz destino de Clito”. (*Vida de Alexandre* 50.1)

Plutarco ao narrar esses acontecimentos na *Vida* se abstém de julgar duramente as ações de Alexandre, entretanto, em um outro tratado¹⁴⁷, e rememora este fato acusando de falsas as palavras de consolo do filósofo Anaxarco¹⁴⁸ que acreditava que o assassinato de Clito fora um ato justo e legítimo de um rei, pois a Justiça e o Direito estão sempre ao lado de Zeus.

A narração desses diferentes conflitos mostra que a ruptura entre o rei e uma parte dos macedônios, membros de seu exército, possivelmente aconteceu. Mas é importante lembrar, que as fontes que narram esses eventos são em sua maioria provenientes de meios helenizados, assim como o próprio Plutarco que era grego. Dessa forma as narrativas dão ênfase a oposição entre a liberdade grega e despotismo bárbaro.

O tema de Clito é considerado o ápice da degeneração de Alexandre, pois a narrativa explora não só a violência e a bebedeira de ambos, mas tem como pano de fundo uma ressentida mágoa que Plutarco parece querer ressaltar, decorrente da insatisfação dos macedônios diante da mudança de comportamento de Alexandre. A bebedeira neste caso serviu de estopim para os ânimos de Clito e de Alexandre entrarem em choque, e terminar com ato tão cruel.

Como já foi dito, para Plutarco os vícios de Alexandre não são adquiridos mas congênitos. E a sua morte nada mais é que consequência de seus excessos, fruto de sua

¹⁴⁶ *Vida de Alexandre* 51.5

¹⁴⁷ *Ad princ. iner.* 781b

¹⁴⁸ *Vida de Alexandre* 52.4-7

natureza autodestrutiva. Essa idéia pode ser explicada pela teoria Hipocrática dos Humores que Sansone discute em um importante trabalho. “A tentativa de encontrar uma correlação entre caráter e atributos físicos é um elemento persistente no pensamento e na medicina grega”¹⁴⁹.

Exemplo disso, é que ao descrever os atributos físicos de Alexandre, Plutarco cita uma de suas fontes, Aristoxeno, onde leu que da pele de Alexandre exalava um odor perfumado, e que isso talvez se devesse ao calor de seu temperamento, que era extremamente ardente e inflamável. E conclui:

“as regiões mais secas e mais quentes da mundo são os que mais produzem as especiarias; pois o sol atrai a mistura que, como substância corruptível, abunda na superfície dos corpos. E no caso de Alexandre, era o calor de seu corpo, como poderíamos ver, que o fez inclinado a beber e o tornou colérico”. (*Vida de Alexandre* 4. 2-4)

Neste caso a sua bebedeira e seu caráter impetuoso podem ser diretamente relacionados à sua disposição de humor.

Essa mesma disposição de humor está diretamente ligada à educação que Alexandre recebeu. Como foi dito anteriormente, Aristóteles foi chamado para educar Alexandre, e o fato deste não ter conseguido domar sua natureza intempestiva, não diminuem o valor e a ação educadora e civilizatória da *paidéia* grega, muito menos colocam a autoridade de Aristóteles como educador em questão.

De acordo com o pensamento de Plutarco, a natureza intempestiva e recalcitrante de Alexandre foi responsável por sua decadência, adicionada às suas origens “bárbaras”, quer do lado materno, quer do lado paterno, pois aos olhos dos gregos, os Macedônios continuavam “bárbaros” apesar da introdução da cultura helênica. Quanto à educação, Alexandre teve a melhor, com o melhor dos filósofos. Em contrapartida, Alexandre se deixou levar pelo orgulho e pela vaidade, deixando de lado a moderação e o autocontrole aristotélicos. Portanto,

¹⁴⁹ SANSONE, 1980 p. 63.

como resume Plutarco “até uma natureza exuberante decai e se perde, quando ao abandono”¹⁵⁰.

Além dessa propensão genética, o ambiente cultural de Alexandre o influenciaram sobremaneira. Segundo Whitmarsh, Alexandre passa da austeridade grega para o luxo oriental. “A raiva para Plutarco, representa o triunfo da paixão sobre a razão, e isto significa que neste ponto a fachada helênica de Alexandre quebra e ele volta a ser macedônio” ¹⁵¹.

¹⁵⁰ *Lib. educ.* 4, 2

¹⁵¹ WHITMARSH: 2002 p. 183

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a nossa pesquisa, acredita-se ter adicionado novos olhares aos estudos que estão surgindo sobre Plutarco, focando principalmente sua visão política inserida no conjunto de suas obras. Para jogar luz a essa questão, tentamos argumentar, por meio da documentação já citada (a *Vida de Alexandre* e os tratados *da Moralia*) que a atividade política para Plutarco fazia parte de seu pensamento como cidadão, e utilizamos nesse sentido o contexto do próprio autor para mostrar que esse pensamento não era apenas teórico, mas que foi colocado em prática, visto como o próprio Plutarco desempenhava funções políticas e religiosas dentro de sua província, a Beócia.

Como parte integrante da aristocracia provincial, Plutarco acreditava que era esse grupo o responsável pelo exercício do governo e pela manutenção das práticas religiosas de sua província, e aqui não há a referência apenas às práticas gregas, mas também às romanas, pois como pudemos observar através do terceiro capítulo, o culto imperial se fazia presente nas províncias, e provavelmente não poderia estar à margem de Delfos, já que durante os governos de Domiciano, Nerva, Trajano e Adriano, o Templo de Apolo foi reconstruído e era referência religiosa tanto grega quanto romana. Isso só tende a reforçar a nossa idéia de que as relações entre o poder romano e as províncias eram muito estreitas e eram negociadas por essa elite que se beneficiava de tais laços ocupando cargos importantes inclusive fora das províncias e partilhavam da cidadania romana.

Dessa forma, analisando esse contexto, não podemos afirmar que o discurso da elite provincial era hostil à Roma, pelo contrário, o benefício das relações de amizade entre gregos e romanos foi discutida por Plutarco em um dos seus tratados os *Preceitos políticos*. A atitude hostil de certos gregos para com Roma, principalmente vinda daqueles que eram

governantes, no pensamento de Plutarco, só prejudicariam a comunidade, pois uma possível intervenção tiraria essa elite da situação cômoda que ela se encontrava. Nos *Preceitos* fica clara a atitude de Plutarco em aceitar a dominação e o estreitamento das relações com o império.

Acredita-se, por isso que Plutarco faz um discurso a favor da política imperial romana, seguindo uma tendência de sua época, que era exaltar o imperador vivo, particularmente Trajano, que figura no pensamento desse período como o ideal de governante, o *optimus princeps*. Essa exaltação foi feita por outros autores contemporâneos de Plutarco, Dion Crisóstomo (provinciano da Bitínia) e por Plínio, o Jovem (Senador e cônsul romano do Ponto-Bitínia), que da mesma forma faziam parte da elite e participavam do poder político romano, ocupando cargos importantes como o consulado. Embora não exista documentação que comprove o contato entre esses escritores, também não podemos afirmar que eles não mantinham um tipo de correspondência e que não partilhavam dos mesmos anseios devido às características das documentações produzidas por estes autores e que chegaram até os nossos tempos.

A *Vida de Alexandre*, então, é apresentada não só como um tipo de laudação ao imperador, mas como uma teoria colocada em prática; teoria essa que está dispersa em todo o *corpus* plutarquiano, principalmente na *Moralia*, onde o autor vai tratar mais enfaticamente dos benefícios que um governante virtuoso, bem educado, e principalmente sábio como um filósofo, poderia angariar para a comunidade de cidadãos, pois em seu pensamento, a atividade política deveria ser balizada pelos ensinamentos filosóficos e pela educação, que ensinariam o governante a refrear seus instintos e polir sua natureza.

Referências Bibliográficas

1. Fontes

APPIANO. *The Mithridatic wars*. Livro XII. Traduzido por Horace White. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 2005. (The Loeb Classical Library, Roman History vol II).

DIO. Roman History. Livros LVI-LX. Traduzido por Earnest Cary baseado na versão de Herbert Baldwin Foster. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1994 (The Loeb Classical Library vol.VII)

LIVY. Book IX. Traduzido por B.O. Foster. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1982 (The Loeb Classical Library vol. IV)

M. ANNAEUS LUCANUS. The civil War (Pharsalia). Traduzido por J.D. Duff. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1988. (The Loeb Classical Library Book I-X)

PLINY. Natural History. Livro VII. Traduzido por H. Rackham. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1989 (The Loeb Classical Library vol.II)

PLUTARCH. *De Liberis Educandis*. Traduzido por Frank Cole Babbitt. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1986. (The Loeb Classical Library, Moralia vol. I).

_____. *De Alexandri Magni fortuna aut virtute*. Traduzido por Frank Cole Babbitt. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1957 (The Loeb Classical Library, Moralia vol. IV).

_____. *De fortuna romanorum*. Traduzido por Frank Cole Babbitt. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1957 (The Loeb Classical Library, Moralia vol. IV).

_____. *De virtute morali*. Traduzido por W.C.Helmbold. London & Cambridge/

Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1957 (The Loeb Classical Library, Moralia vol.VI)

_____. *An virtus doceri possit.* Traduzido por W.C.Helmbold. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1957 (The Loeb Classical Library, Moralia vol. VI)

_____. *Maxime cum principibus philosopho esse disserendum.* Traduzido por Harold North Fowler. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1991 (The Loeb Classical Library, Moralia vol.X)

_____. *Ad principem ineruditum.* Traduzido por Harold North Fowler.. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1991 (The Loeb Classical Library, Moralia vol.X)

_____. *An seni gerenda sit.* Traduzido por Harold North Fowler.. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1991 (The Loeb Classical Library, Moralia vol.X)

_____. *Praecepta gerendae reipublicae.* Traduzido por Harold North Fowler.. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1991 (The Loeb Classical Library, Moralia vol. X)

_____. *Alexander and Cesar.* Traduzido por Bernadotte Perrin. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1994 (The Loeb Classical Library, Lives vol. VII).

_____. *Pompey.* Traduzido por Bernadotte Perrin. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press , reimpressão 1955 (The Loeb Classical Library, Lives vol. V).

_____. *Antony.* Traduzido por Bernadotte Perrin. London & Cambridge/ Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1996 (The Loeb Classical Library, Lives vol. IX).

_____. *Cimon.* Traduzido por Bernadotte Perrin. London & Cambridge/Massachusetts: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1996 (The Loeb Classical Library, Lives vol. IX).

PLUTARCO. *Pericles*. Tradução de Aurélio Perez Jimenez. Madrid: Editorial Gredos, 1996. (Biblioteca Clasica Gredos Vidas Paralelas vol II)

QUINTUS CURTIUS. *History of Alexander*. Traduzido por John C. Rolfe. London & Cambridge/ Massachusets: William Heinemann LTD & Harvard University Press reimpressão 1971 (The Loeb Classical Library vol.I-II)

SENECA. *Moral Essays*. Traduzido por John W. Basore. London & Cambridge/ Massachusets: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1985 (The Loeb Classical Library vol. I-III)

SUETONIUS. *The Lives of the Caesars*. Traduzido por J.C. Rolfe. London & Cambridge / Massachusets: William Heinemann LTD & Harvard University Press, reimpressão 1989 (The Loeb Classical Library vol.I)

TACITUS. *The Annals*. Traduzido por John Jackson. London & Cambridge/ Massachusets: William Heinemann LTD & Harvard University Press reimpressão 1979 (The Loeb Classical Library vol. I-III)

XENOPHON. *Cyropaedia*. Trad. Walter Miller. London & Cambridge/ Massachusets: William Heinemann LTD & Harvard University Press reimpressão 1953 (The Loeb Classical Library vol. II)

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

_____. *Menon*. Tradução de J. Calonge Ruiz, E. Acosta Mendez, F. J. Olivieri, J.L. Calvo. Madrid: Editorial Gredos, 1987. (Biblioteca Clasica Gredos Diálogos vol.II)

ARISTOTELES. *Poética*. Trad. Valentin Garcia Yebra. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

2. Gerais e Específicas

ADCOCK, F.E. *Las ideas y la pratica política em Roma*. Trad. M. Garcia Pelayo. Caracas: Instituto de Estudios Políticos, Facultad de Derecho/ Universidad Central de Venezuela, 1960.

ALEXANDRE Jr., Manuel. *Paradigmas de Educação Greco-Romana*. Humanitas vol. XLVII, 1995

ALFÖDI, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

AALDERS, G.J.D. *Plutarch's Political Thought*. Amsterdam, Oxford, New York: North-Holland Publishing Company, 1982.

ALVES, Manuel dos S. *O intertexto de Plutarco no discurso literário do século XIX*. Humanitas vol. XLVII, 1995

ASIRVATHAM, S.R. *Classicism and Romanitas in Plutarch's De Alexandri Fortuna aut Virtute*. AJPh 126, 2005 p. 107-125.

ALSTON, R. *Aspects of Roman History*. London / New York: Routledge, 1998

BAKHTIN, Mikhail. *Biografia e Autobiografias Antigas*. In.: _____. Questões de literatura e de estética. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988 p.250-262.

BARTHES, R. *Mitologias*. México: Siglo XXI ed., 1999.

BARROS, Gilda N. M. Areté e cultura grega antiga - pontos e contrapontos. Artigo pdf disponível na internet no endereço: <http://www.hottopos.com/videtur16/gilda.htm>. Acesso em 18/09/2008

BENNETT, J. *Trajan Optimus Princeps. A Life and Times*. London /New York: Routledge, 1997

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In.:_____ Ferreira, M e Amado, J. Usos e Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. Extraído de: ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983 p.156-183.

BORGES, V.P. *Grandezas e Misérias da Biografia*. In.: _____. Pinsky, C.B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BOSWORTH, A. B. *Alejandro Magno*. Trad. Carmen Franci Ventosa. Madrid: Cambridge University Press, 1996.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Ed. 70, 1986.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise de discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BURKE, P. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BURKE, P. & PORTER, R. (org). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Etnia, Nação e Antiguidade: um debate*. In.: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo. Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Pelotas, 2003; Canoas: ULBRA, 2005 p.87-104.

CARDOSO, CIRO FLAMARION; VAINFAS, RONALDO (org.). *História e Análise de Textos* In.: Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *Práticas da leitura*. 2ª ed. SP: Estação Liberdade, 2001

CLARKE, M.L. *The Roman Mind*. Studies in the history of thought from Cicero to Marcus Aurelius. London: Cohen & West Ltd., 1956.

DUFF, T. E. *Plutarch's Lives*. Exploring Virtue and Vice. New York; Oxford University Press, 2005

_____. *Moral Ambiguity in Plutarch's Lysander-Sulla*. In. Mossman J. M. Plutarch and his Intellectual World: essays on Plutarch, 1997.

DOSSE, F. *A oposição História/ Memória*. In: ____ *História e ciência social*. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FINKELBERG, M. *Virtue and Circumstances: on the City-State concept of areté*. AJPh 123, 2002 p.35-49

FINLEY, M.I. *Uso e Abuso da Historia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985.
_____. *O legado da Grécia*. Uma nova avaliação. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2004.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 2002 p.2 (versão autorizada para PDF)

FUNARI, P.P.A; SILVA, G.J. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Tudo é História; 153)

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: ____ *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOODMAN, Martin. *The Roman World* (44 B.C – A.D.180). London: Routledge, 1997.

GREGOLIN, M.R; CRUVINEL, M.F.; KHALIL, M.G. (org) *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1984.

_____. *O império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1999.

_____. *Dicionário de Mitologia Grega*. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAMILTON, Edith. *O Eco Grego*. São Paulo: Ed. Landy, 2001.

HAMMOND, N.G.L. *O Gênio de Alexandre, o Grande*. Trad. Júlia Vidili. São Paulo: Madras, 2005.

_____. *Alejandro Magno, Rey, General y estadista*. Trad. Adolfo J. Dominguez Monedero. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1992.

HANNESTAD, Niels. *Imitatio Alexandri in Roman Art*. In. ____ Alexander the great reality and myth. Edited by Jesper Carlsen; Bodil Due; Otto Steen Due; Birte Poulsen. *Analecta Romana Instituti Danici*, Suppl. XX. "L'Erma" di Bretschneider, Rome, 1993.

ISAGER, Jacob. *Alexander the Great in Roman Literature from Pompey to Vespasian*. In. ____ Alexander the great reality and myth. Edited by Jesper Carlsen; Bodil Due; Otto Steen Due; Birte Poulsen. *Analecta Romana Instituti Danici*, Suppl. XX. "L'Erma" di Bretschneider, Rome, 1993.

JONES, C.P. *Plutarch and Rome*. Oxford, University press, 1972

JAEGER, Werner. *Paidéia*. Os ideais da cultura grega. Trad. Artur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KIMBAL, R. *Plutarch & the issue of character*. *New Criterion*, 19 i4 2000.

LAMBERTON, R. *Plutarch*. Chelsea, Michigan: Yale University, Hermes Books, 2001

LE GOFF, J. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LEVEQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Ed. 70, 1987.

LEVI, G. *Usos da biografia*. In: ____ Ferreira, M e Amado, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1998.

LOURENÇO, F. *Plutarco em Bizâncio: aspectos de uma recepção*. In: Actas do Congresso “Plutarco Educador da Europa” Edição da Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2002 pp.163-168.

MARTINS, O.S & MELO, J.J.P. *A paidéia helenística*. Seminário de Pesquisa do PPE. UEM – Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, 2003

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

MELLOR, Ronald. *Roman Biography*. In.: _____. Roman Historians. Princeton: Routledge, 1999.

MESQUITA, F. *O Papel da Tradução de Thomas North no Plutarco de Shakespeare*. In: Actas do Congresso Plutarco Educador da Europa, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites do helenismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1991.

_____. *História e Biografia*. In.: _____. O legado da Grécia. Uma nova avaliação. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988, p. 188.

MOSSÉ, Claude. *La construction d’un mythe historique: La Vie de Lycurgue de Plutarque*. Études de Lettres p. 83-88.

_____. *Alexandre, o grande*. Trad. Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

MOSSMAN, Judith M. *Tragedy and Epic in Plutarch’s Alexander*. JHS CVIII 1988 p. 83-93.

_____. *Plutarch, Pyrrhus, and Alexander*. In.: _____. STADTER, P.A. Plutarch and the historical tradition. London: Routledge, 1992, p.90-108.

_____. *Plutarch and his intellectual world: essays on Plutarch*. London: Duckworth & Classical Press of Wales, 1997.

OLIVEIRA, Andréa L. D. *Princeps e Basileus nos Discursos de Dion Crisóstomo*. Assis, 2001. 271p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios & procedimentos*. ed. 6°. São Paulo: Pontes, 2005.

PRESTON, Rebecca. *Roman Questions, Greek Answers: Plutarch and the construction of identity*. In.: _____. GOLDHILL, Simon. *Being Greek under Rome. Cultural Identity, the Second Sophistic and the Development of Empire*. Cambridge University Press, 2001 p. 86-267.

PEELING, C.B.R. *Plutarch and Thucydides*. In.: _____. STADTER, P.A. *Plutarch and the historical tradition*. London: Routledge, 1992, p.10-40.

POWELL, J.E. *The Sources of Plutarch's Alexander*. JHS, 1939 pp. 229-240.

REMOND, R. (org) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

ROCHA, Everardo. *O Mito*. São Paulo: Brasiliense, 1991

ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

RUSSELL, D.A. *On Reading Plutarch's Lives*. G&R 13, 1966 p. 139-154.

SANSONE, David. *Plutarch, Alexander, and the Discovery of Naphtha*. *Greek and Roman and Byzantine Studies*. 21:1 (1980) p. 63-74.

SILVA, Maria Aparecida de O. *Plutarco historiador: uma análise das biografias espartanas*. São Paulo, 2006, STADTER, P.A. *Plutarch and the historical tradition*. London: Routledge, 1992.

_____. *Memória e Identidade em Plutarco*. In.: *Memória e Festa*. Fábio de Souza Lessa e Regina Maria da Cunha Bustamante (org). Rio de Janeiro: Mauad, 2005

STADTER, P.A. “Introduction”, In. *Plutarch and the historical tradition*. London, Routledge, 1992.

STARR, R.J. *The circulation of literary texts in the Roman World*. CQ 37 (i) 1987 p.213-223.

SWAIN, S.C.R. *Hellenic Culture and the Roman Heroes of Plutarch*. JHS CX, 1990 p.126-145.

_____. *Plutarch: chance, providence, and history*. AJPh 110 1989 p. 272-302.

_____. *Plutarch's De fortuna Romanorum*. CQ 39(2) 1989 p. 504-516

TEIXEIRA, Evilázio F. B. *A educação do homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999

VEYNE, Paul. *Humanitas: Romanos e não Romanos*. In.: GIARDINA, A.(org.) *O Homem Romano*. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

_____. *O Império greco-romano*. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.

VERNANT, J-P. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

VIDAL-NAQUET. P. *Os Alexandres*. In.____ *Os gregos, os Historiadores, a Democracia. O grande desvio*. São Paulo: Cia das Letras, 2002 p. 127

WARDMAN, A.E. *Plutarch and Alexander*. CQ, V, XLVIII, 1995, pp. 96-107.

WHITMARSH, Tim. *Alexander's Hellenism and Plutarch's Textualism*. CQ 52.1, 2002 p.174-192.